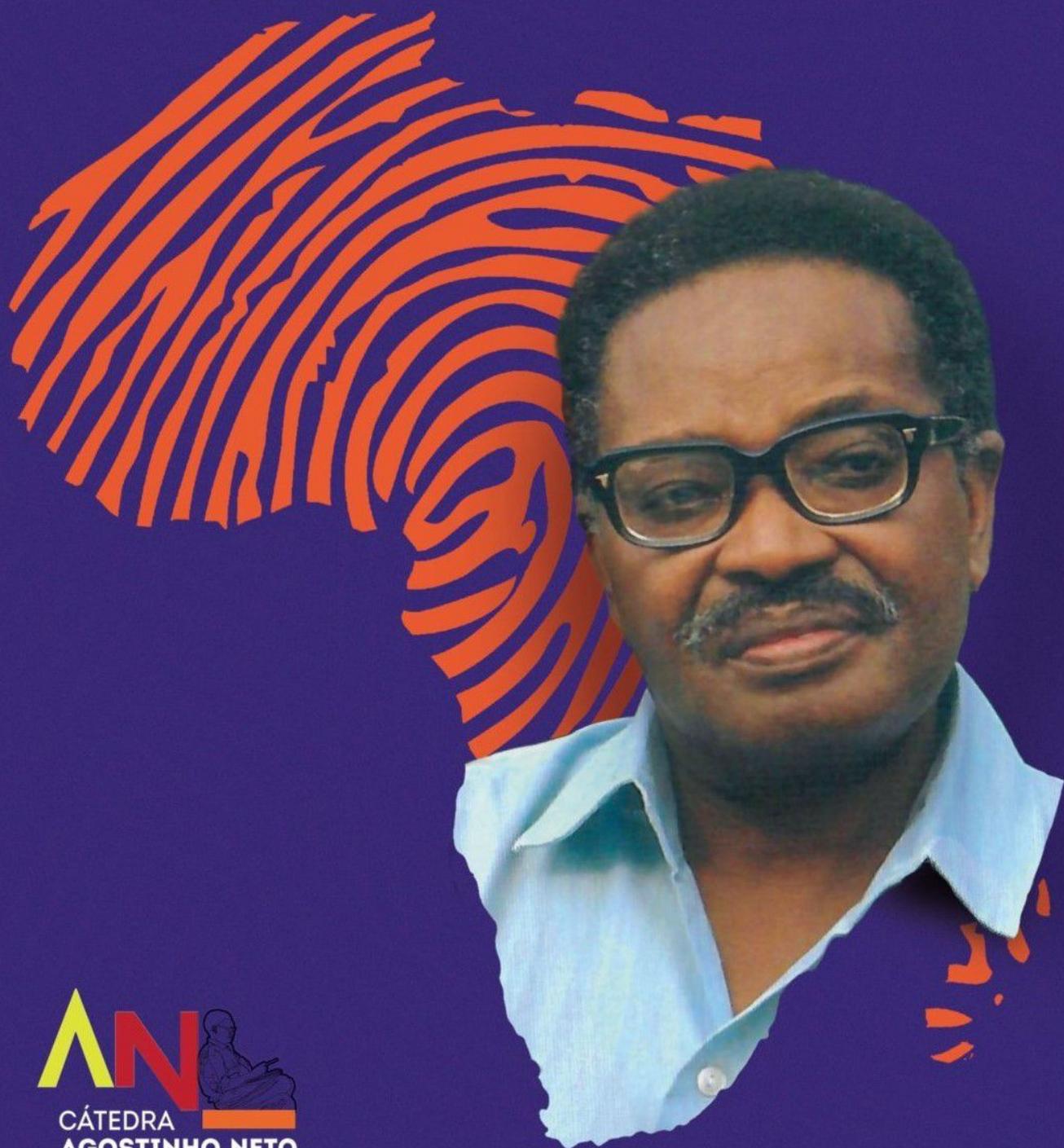


AGOSTINHO NETO E OS PRÉMIO CAMÕES

AFRICANOS



Agostinho Neto

e os Prémio Camões africanos

Organização de Francisco Topa



Porto

Design gráfico da capa: Bruno Bento

Depósito legal

ISBN

978-989-33-2962-7

Porto • 2023

Índice

Nota de apresentação	5
Discurso de abertura da Dr. ^a Irene Alexandra Neto, Presidente do Conselho de Administração da FAAN	7
Discurso de encerramento de D. ^a Maria Eugénia Neto, Presidente da FAAN	11
I. Agostinho Neto	
<i>Da poesia e da política ou a memória de Agostinho Neto</i>	17
Salvato Trigo	
<i>Agostinho Neto e as suas circunstâncias</i>	31
Leonel Cosme	
<i>How to find a tiger in Africa: searching for Agostinho Neto</i>	53
Thomas P. Wilkinson	
<i>O ritmo na poesia de Agostinho Neto</i>	65
Francisco Soares	
<i>A primeira edição estrangeira da poesia de Agostinho Neto</i>	73
Francisco Topa	
<i>Da negritude à realidade do negro nos poemas de Agostinho Neto e Geraldo Bessa Victor</i>	89
Salvador B. D. Tito	

II. ... e os Prémio Camões africanos	
<i>O Prémio Camões e a falsi(n)formação geopolítica do sistema literário angolano</i>	103
	José Luís Mendonça
<i>Literatura e pensamento na (re)elaboração de um ethos africano em língua portuguesa</i>	113
	Elter Manuel Carlos
<i>Os Prémio Camões Africanos em livros temáticos e a tradução de obras dos galardoados na Bulgária</i>	125
	Petar Petrov
<i>O Camões de Craveirinha na imprensa portuguesa</i>	131
	Ana Ribeiro
<i>Nação e identidade em Mayombe de Pepetela</i>	155
	Adriano Carlos Moura
<i>Papéis da Prisão, de Luandino Vieira: diário de um militante</i>	167
	Ana T. Rocha

Nota de apresentação

Com bastante atraso, vem agora a público um volume que reúne 12 das 26 comunicações apresentadas no colóquio *Agostinho Neto e os Prémio Camões africanos*, realizado na Faculdade de Letras do Porto a 9 e 10 de setembro de 2019.

Cumpriam-se então 40 anos da morte do poeta e estadista a quem coube desempenhar as funções de primeiro Presidente de Angola. Com esse pretexto, visava o colóquio dois grandes objetivos: por um lado, celebrar Agostinho Neto como figura maior das literaturas africanas – e não apenas das de língua portuguesa, como aliás a circulação e a receção da sua poesia facilmente o comprovam; por outro, discutir a sua eventual ligação com os Prémio Camões africanos. Relativamente a esta última parte, tratava-se de responder a perguntas como: Que disse ou diz a obra de Neto a esses autores? Que portas terá ela ajudado a abrir? Além disso, pretendia-se questionar, não tanto o prémio, mas a sua mecânica, avaliando a razoabilidade de, em 31 edições, ter contemplado apenas seis escritores africanos¹: dois moçambicanos (José Craveirinha, em 1991, e Mia Couto, em 2013); dois angolanos (Pepetela, em 1997, e Luandino Vieira, em 2006); e dois cabo-verdianos (Arménio Vieira, em 2009, e Germano Almeida, em 2018). Por último, era intenção da organização pensar sobre a crescente invisibilização da literatura africana (particularmente a de língua portuguesa) no nosso país, tanto mais estranha quanto vai na contramão do discurso oficial e de programas como o Plano Nacional de Leitura.

Os textos agora reunidos não satisfazem totalmente esses objetivos. Não obstante, creio que assinalam condignamente a passagem do 40.º aniversário da morte de Agostinho Neto, levando também em conta a dimensão da figura histórica e do estadista. Alguns deles discutem com argúcia o Prémio Ca-

¹ O número subiu entretanto, com a distinção atribuída a Paulina Chiziane.

mões e analisam a sua repercussão, ao passo que outros estudam com finura e inovação aspetos das obras de alguns dos seus premiados africanos.

Apesar dessas limitações, creio que o volume tem relevância, no seu conjunto e nos textos críticos que o constituem. Mas a sua maior importância decorre da circunstância de ele assinalar a fundação, na FLUP, da Cátedra Agostinho Neto, a segunda criada pela Fundação Dr. António Agostinho Neto. Símbolo de um tempo novo que certamente ajudará a normalizar e a aprofundar as relações entre Portugal e Angola, esta iniciativa constitui, tanto quanto julgo saber, o primeiro exemplo de uma cátedra instituída por uma antiga colónia numa antiga metrópole. Poderíamos certamente dizer que *The empires fights back*. Mas, mais do que isso, trata-se de um sinal de que *A voz igual* deixou de ser apenas uma referência literária.

Como seria de esperar, a iniciativa não foi consensual, nem interna nem externamente. Há pouco mais de quarenta anos, na sua coluna do *Expresso*, escrevia o atual Presidente da República português, a propósito da morte de Agostinho Neto:

Talvez suceda que a História, tal como já aconteceu em muitas das outras vezes, não dê razão a nenhuma das visões extremadas de Agostinho Neto. Não dê razão àqueles que dele têm uma imagem que quase atinge o panegírico fácil e de conveniência ideológica. Nem dê razão àqueles que dele têm uma imagem que quase atinge o ódio vesgo, por conveniência ideológica.

É possível que ainda não tenhamos atingido, pelo menos em Portugal, esse ponto de equilíbrio. Esperemos que este volume possa representar um pequeno passo nesse caminho.

Francisco Topa

DISCURSO DE ABERTURA

DA DR.^a IRENE ALEXANDRA NETO

Presidente do Conselho de Administração da FAAN

Distintas Autoridades oficiais e académicas,

Excelências,

Sra. Directora da Faculdade de Letras, Prof.^a Doutora Fernanda Ribeiro,

Sra. Coordenadora do CITCEM, Prof. Doutora Amélia Polónia,

Presidente da Fundação Dr. António Agostinho Neto, Sra. D.^a Maria Eugénia Neto,

Sr. Embaixador de Angola, Dr. Carlos Alberto Fonseca,

Sra. Vice-Cônsul de Angola, Dr.^a Irene Neto da Paixão,

Sr. Adido de Imprensa da Embaixada de Angola, Dr. Victor Ramalho,

Sr. Adido Cultural da Embaixada de Angola, Dr. Luandino de Carvalho,

Dr. Tito Augusto de Moraes, da Fundação Tito de Moraes,

Senhores Oradores,

Ilustres Convidados,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A Fundação Dr. António Agostinho Neto tem o grande prazer de saudar todos os presentes e de felicitar a Faculdade de Letras da Universidade do Porto pela inusitada e ousada iniciativa de organizar este colóquio em homenagem a Agostinho Neto, no 40.º aniversário da sua morte, e de reflexão sobre os Prémio Camões africanos. Recordamos uma similar iniciativa ocorrida aqui no Porto, em 1989, sob a égide da Fundação Eng.º António de Almeida. Estes dois eventos ocorridos em dois espaços, dois tempos, distancia-

dos por 30 anos, atestam a sua raridade e uma certa amenização das relações existentes, sinal de tempos que auguramos de menor críspação e maior aproximação. O centenário da Faculdade de Letras Universidade do Porto há pouco ocorrido é um marco de perenidade ao qual temos a honra de nos associar.



Mesa da sessão de abertura: Embaixador Carlos Alberto Fonseca; Diretora da FLUP, Fernanda Ribeiro; Coordenadora do CITCEM, Amélia Polónia; Presidente do Conselho de Administração da FAAN, Irene Alexandra Neto

A Fundação aceitou com grande satisfação o convite que lhe foi dirigido pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e pela sua Comissão Organizadora, na qual pontificam os senhores Professores Doutores Celeste Natário e Francisco Topa, para, em conjunto, dar corpo a este encontro de saberes e de emoções, de rememoração, de investigação, de homenagem e de apreciação crítica da premiação das obras literárias africanas no espaço plurímitivo português.

Felicitemos a FLUP por ter reunido um naipe de excelentes preleções que teremos todo o interesse em ouvir. Alguns dos oradores são investigadores catedráticos de renome, conhecidos de longa data e amigos, a quem endereçamos os nossos mais calorosos cumprimentos. Temos o prazer de ver também caras novas, sinal de rejuvenescimento neste palco de abordagem literária e cultural de autores dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP).

Ilustres Convidados,

Como sabem, Agostinho Neto desembarcou em Portugal em Outubro de 1947, para prosseguir os seus estudos universitários, porque em Angola não havia Universidade. Teve uma vivência longa em Portugal, de 1947 a 1959, ao longo de 12 anos, o que lhe permitiu conhecer outros mundos, criar fortes laços de amizade e de solidariedade, e ter acesso à ciência, à literatura, ao conhecimento e à cultura.

Estudou em duas universidades e viveu em duas cidades. Iniciou o curso de Medicina em Coimbra, cidade universitária, longeva e tradicionalista, e terminou-o em Lisboa, capital do Império colonial português. Durante a sua estadia em Portugal, teve o seu treino como militante anti-fascista e esteve sujeito a várias prisões, em Lisboa, no Aljube e em Caxias, e no Porto, de onde escreveu poemas épicos e líricos de enorme beleza e profundidade humana.

Parece-nos que, volvidos 40 anos da sua morte em Setembro de 1979, numa outra etapa da vida de Angola e de Portugal, com gerações menos comprometidas com o passado recente, existe uma maior latitude para o olhar e a apreciação crítica do substrato intelectual que contribuiu para as independências das antigas colónias.

Excelências,

Enquanto Fundação criada para tratar da promoção e divulgação do legado de Agostinho Neto assim como da promoção da educação, da ciência, da tecnologia e da cultura, consideramos a academia um meio essencial para a análise e investigação científica, mais profundas e duradoiras do que os espaços políticos, sujeitos a ciclos menos longos e a táticas de silêncio, amnésia e de conveniência.

A Fundação Dr. António Agostinho Neto tem apostado no trabalho sério de divulgação da cultura angolana, do legado político, literário e social de Agostinho Neto, nacional e internacionalmente. Agora que nos aproximamos do seu centenário, a ocorrer em 2022, surgirão cada vez mais actividades para celebrar a veneranda e invicta memória de Agostinho Neto. Assim, a criação de Cátedras Agostinho Neto em diferentes espaços académicos permitirá aprofundar o estudo e a investigação sobre o nosso país, a nossa cultura e o nosso patrono.

Para terminar, esperamos que os trabalhos produzidos para este Colóquio possam ser publicados em edição conjunta da Fundação e da FLUP ou no âmbito da futura Cátedra Agostinho Neto.

Muito obrigada pelo vosso empenho, pelo vosso labor e pela vossa presença.

DISCURSO DE ENCERRAMENTO

DE D.^a MARIA EUGÉNIA NETO,

Presidente da FAAN

Distintas Autoridades oficiais e académicas,

Excelências,

Sr. Pró-Reitor da Universidade do Porto para a Língua Portuguesa,
Prof. Doutor João Veloso,

Sra. Directora da Faculdade de Letras, Prof.^a Doutora Fernanda Ribeiro,

Sra. Coordenadora do CITCEM, Prof.^a Doutora Amélia Polónia,

Sr. Embaixador de Angola, Dr. Carlos Alberto Fonseca,

Sra. Vice-Cônsul de Angola, Dr.^a Irene Neto da Paixão,

Sr. Adido Cultural da Embaixada de Angola, Dr. Luandino de Carvalho,

Dr. Tito Augusto de Moraes, da Fundação Tito de Moraes,

Sra. D.^a Mavilde Abreu, viúva do Dr. Antero Abreu, e familiares,

Membros da Fundação Dr. António Agostinho Neto,

Senhores Oradores,

Ilustres Convidados,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Ao terminar o segundo dia de trabalhos do Colóquio *Agostinho Neto e os Prémio Camões africanos*, neste dia 10 de Setembro, data em que se assinalam 40 anos desde a morte de António Agostinho Neto, a Faculdade de Letras da Universidade do Porto pretendeu render uma homenagem ao homem de cultura e estadista angolano, e aos africanos distinguidos com o Prémio Camões.

Raras vezes temos passado esta data longe de Angola. No entanto, aceitamos com satisfação o convite que nos foi formulado para apoiar a iniciativa, nesta bela cidade do Porto que tantas recordações nos traz de outros tempos menos livres, e para realizar mais duas acções:

– A primeira, a criação de uma Cátedra Agostinho Neto na Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

– A segunda, o lançamento do livro de memórias de um amigo e camarada de luta, Dr. Antero Abreu, intitulado *Farrapos de Memória*.



Assinatura do protocolo de criação da Cátedra Agostinho Neto na FLUP:
Fernanda Ribeiro, Diretora da FLUP, e Maria Eugénia Neto, Presidente da FAAN

Distintos Convidados e Amigos,

Tivemos excelentes prelecções durante o Colóquio que trouxeram renovadas perspectivas e investigações sobre Agostinho Neto, enquanto poeta, homem de cultura e político. O nexó de causalidade da atribuição do Prémio Camões a escritores dos países de língua oficial portuguesa foi alvo de várias abordagens críticas. A língua portuguesa é hoje a língua veicular que une os angolanos e ultrapassa todas as diferenças e barreiras.

Julgo que estas reflexões profundas serão coligidas e publicadas em livro.

A Fundação Agostinho Neto, no âmbito do pré-Centenário de Agostinho Neto, assinou hoje, 10 de Setembro de 2019, um Protocolo de Cooperação com a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, para a criação da Cátedra Agostinho Neto, com o intuito de promover o estudo de Agostinho Neto, das Línguas, da Literatura e da Cultura angolanas, especificamente através do estabelecimento de um programa próprio de investigação e ensino na área dos Estudos Africanos.

Esta Cátedra irá promover a cooperação científica com outras instituições universitárias onde existam Cátedras Agostinho Neto, nomeadamente com a Universidade de Estudos Roma Tre, na Itália. E à semelhança daquela, poderá contribuir para recensar e assinalar a presença de Agostinho Neto na cidade do Porto, nomeadamente enquanto prisioneiro político no cárcere onde esteve detido e no tribunal onde foi julgado e defendido pelo saudoso e mui estimado Dr. António Macedo. O roteiro português por onde passou Agostinho Neto é de grande relevância para a nossa Fundação e para Angola, que constrói e completa paulatinamente a sua narrativa histórica. Neste particular, Portugal tem muitos pontos de interesse histórico e turístico que a Fundação pretende sinalizar como préstimo de memória às gerações vindouras.

Excelências,

O lançamento do livro do Dr. Antero Abreu foi uma iniciativa de sua família, da cara amiga Mavilde Abreu, com o apoio do escritor Luandino Vieira e da Fundação na edição e publicação do livro. Através dela, a Fundação Agostinho Neto traz a público a memória de uma época importante e rende homenagem ao Dr. Antero Abreu, antigo Procurador-Geral da República de Angola e Embaixador de Angola na Itália. Os nossos agradecimentos à Faculdade de Letras da Universidade do Porto pela amabilidade de inserir o lançamento no programa do Colóquio.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A Fundação Dr. António Agostinho Neto agradece a todos a gentileza e a hospitalidade que lhe foi reservada durante este Colóquio e conta aprofundar a cooperação ora estabelecida.

Muito obrigada pela vossa atenção.

I. Agostinho Neto...

DA POESIA E DA POLÍTICA

OU A MEMÓRIA DE AGOSTINHO NETO

Salvato Trigo

U. Fernando Pessoa

Um ano não tinha ainda passado da inesperada morte de Agostinho Neto, em Moscovo, em setembro de 1979, e numa pequena cidade do interior da Flórida – Gainsville, em pleno furacão político do “IRANGATE”, em abril de 1980, num anfiteatro de centenas de professores e ensaístas negro-americanos, fez-se um silêncio estupefacto quando a organização do congresso anunciou a delegação de Angola, convidada para participar oficialmente na homenagem *in memoriam* de Agostinho Neto, o presidente e o poeta, que se celebrava no quadro da Conferência da Associação de Literatura Africana (ALA).

A estupefação silenciosa daquele anfiteatro da Universidade de Gainsville foi provocada pela composição da delegação angolana, chefiada por Agostinho Mendes de Carvalho, então Comissário Político de Luanda, que ali estava também como o escritor Uanhenga Xitu, acompanhado dos também escritores Henrique Guerra e Ruy Duarte de Carvalho. É que longe estaria da expectativa da plateia, dominada quase integralmente por académicos americanos negros, que Angola se fizesse representar por um escritor angolano negro (Uanhenga Xitu), por um escritor angolano mestiço (Henrique Guerra) e por um escritor angolano branco (Ruy Duarte de Carvalho). Mendes de Carvalho, o sagaz político que também era, dando-se conta da estranheza dos presentes por a sua delegação não ser exclusivamente constituída por angolanos negros, ironizou com a situação e qualificou a delegação como uma au-

têntica metáfora humana do famigerado “selo de povoamento” que a colonização portuguesa tinha deixado em Angola.

Ironia que foi devidamente explicada na tradução que me pediu para eu fazer para tão ilustrada plateia em assuntos literários africanos – o tema geral do congresso, no qual Agostinho Neto foi condignamente homenageado na tripla dimensão de Homem, de Político e de Poeta.

Na efeméride dos 40 anos do desaparecimento físico de Agostinho Neto, na minha comunicação, contextualizada a partir dos Estados Unidos do governo do Partido Democrático do Presidente James Carter e do Secretário de Estado, Alexander Haig, com quem Angola não tinha, então, relações diplomáticas, cuja abertura estava muito condicionada à “guerra fria”, procurarei fazer um périplo pelos modos de ler a obra de Neto por alguns ensaístas, alguns dos quais estavam presentes em Gainesville e que os estudiosos das literaturas africanas assumem, muitas vezes, como referências analíticas, ao mesmo tempo que tentarei homenagear também o humanismo do Homem, que a sua viúva, escritora Eugénia Neto, tão bem dilucida no livro *O soar dos quissanges* (2001), glosando a epígrafe da dedicatória – “Vencer a barreira racial/ é tão difícil/ como atravessar a atmosfera da Terra./ Contudo, é preciso atravessá-la/ para a harmonia do Mundo.”

Falarei, então, dum poeta que “atravessou a atmosfera da Terra” e que contribuiu “para a harmonia do Mundo”, enquanto “pela curva ágil do pescoço da gazela” sonhou a fundação da pátria angolana. Pátria essa que continua sonhada nos seus maiores desígnios, porque, como escreveu Eugénia Neto no poema “O sonho também era teu”: “Angola precisa de sonho/ para construir a realidade.”

Um daqueles ensaístas, especialista renomado das literaturas africanas lusófonas, terminologia que passou a adotar, em *Literatura africana / Literatura necessária I – Angola*, foi Russel G. Hamilton, que refere expressamente o seu encontro com aquela delegação angolana (1981: 21). Hamilton, além de muitas outras observações percucientes sobre a arte poética de Agostinho Neto, consubstanciada em *Sagrada Esperança*, surpreende, no poema “Mus-sunda Amigo”, “uma extraordinária força estética e emotiva a toda a problemática da identidade, identificação e alienação e, ao mesmo tempo, aborda a questão da comunicação literária” (HAMILTON, 1981: 02). Da mesma forma, vê em “Fogo e ritmo”, em “Caminho do mato”, em “O choro de África”,

em “Sangrantes e germinantes”, e em “O verde das palmeiras”, uma re-africanização estilística, certamente bem diferente daquela que usaram Viriato da Cruz ou António Jacinto, todavia de idêntica busca do caminho, para afirmar a angolidade literária dentro da língua portuguesa, ela também sujeita a uma reaficanização.

Hamilton, porém, chama a atenção para que “A reaficanização, termo vago que é, pode ser uma falsificação, ao nível ontológico ou estilístico, se o produtor da forma cultural não partir duma compreensão das contradições inerentes à sua própria condição de aculturado – uma condição determinada por acidentes históricos” (1981: 108), para logo concluir que “Agostinho Neto, no desenvolvimento da sua consciência, parecia ter sempre presente, como um elemento intrínseco da sua arte, a noção dessas contradições.” (*ibid.*). Contradições, no entanto, que o Homem, primeiro, e o poeta, depois, ultrapassou, por reconhecer exatamente que a africanidade da literatura e a angolidade, como sua expressão parcial, residiriam sempre muito mais na ontologia e na estética do texto do que na epiderme estilística e lexicológica da língua por ele adotada.

No caso de Agostinho Neto, essa consciência, liberta das contradições entre o sentir africano / angolano e a sua forma de exprimi-lo, rastreia-se, particularmente, em toda a poesia que nos legou, uma poesia gerada numa *ars poetica* em que a afirmação e a negação (o Sim, do poema “Sim, em qualquer poema”, e o Não, do poema “A renúncia impossível, Negação”) não se contradizem, antes, convergem para pel’ “o caminho das estrelas/ pela curva ágil do pescoço da gazela” proclamar o oxímoro da nova ética e da nova estética que hão de construir, finalmente e depois da expulsão do Éden, “a harmonia do mundo.”

Fernando Costa Andrade, também ele consagrado poeta e ensaísta da angolidade literária e quase-biógrafo de Agostinho Neto, reconheceu factualmente a capacidade do Homem e do Poeta, para ultrapassar as contradições que Hamilton considerou o tal “elemento intrínseco à sua arte”. Num texto importante, cujo título pediu de empréstimo o célebre verso de Neto “Sou aquele por quem se espera...”, incluído no livro *Opiniões, critérios*, escreveu Costa Andrade: “Assim, no momento em que no âmbito do socialismo percebeu que tentavam condicionar-lhe os passos, a mesma coragem de sempre,

a mesma independência de opções, não obstante as consequências, optou pelo não. Uma vez mais, não!” (2007: 189).

Um *Não* que certamente violentou o seu *eu*, construído, desde a juventude, primeiro, na educação cristã protestante da Igreja Metodista de Angola, da qual seu pai era pastor, o que lhe proporcionou a bolsa de estudos com que a igreja-mãe americana lhe permitiu vir estudar medicina em Portugal, e, depois, na educação política em ideais socialistas / internacionalistas do MUD Juvenil e do ambiente clandestino do Partido Comunista português, com quem indiretamente conviveu através de colegas estudantes, como Antero Abreu e Veiga Pereira (vide *Encontro com Antero Abreu*, LABAN, 1991: 246-255) que, em Coimbra, contribuíram para a sua formação política, e de companheiros solidários da prisão, em Luanda, em Lisboa, em Cabo Verde ou no Porto –

Há nomes como os grandes rios:
o seu destino é o coração do mar.

Quanto mais lhe cortam a corrente
(à flor ou na fundura secreta)
maior a alma, maior a força, maior o canto
do poeta

Não morreu. Tombou como a água cimeira
da montanha. Ou como o silêncio do mar.

Do grande sonho ficou a matriz
a luta e a regra:
toda a libertação (pela raiz)
da África Negra. (in VÁRIOS, 1990: 64)

– no Porto, onde o poeta Luís Veiga Leitão escreveu e dedicou o poema, que acabei de ler, “Ao amigo e camarada das prisões e tribunais plenários nos tempos do fascismo”, no sexto ano da morte de Agostinho Neto.

Solidariedade, também internacional, como aquela que lhe foi manifestada por renomados intelectuais franceses, como Sartre, Mauriac, Aragon e Simone de Beauvoir; pelo poeta cubano, Nicolás Guillén, ou pelo pintor mexicano Diego Rivera, que, como enfatiza Lawrence W. Henderson (1979: 167-8), obrigou o salazarismo a pôr termo a mais uma prisão, na cadeia da PIDE, no Porto, a que Agostinho Neto foi condenado, entre fevereiro de

1955 e junho de 1957, depois de ter sido, pela primeira vez, preso, em 1951, menos de três anos após a chegada a Portugal para os seus estudos médicos, por ter sido apanhado a recolher assinaturas de apoio à Conferência Mundial da Paz, em Estocolmo.

Um *eu* que se construiu, psicológica e culturalmente, nesse ambiente ideológico, viveu certamente o drama de ter de dizer *Não* à doutrina em que convictamente militou, porque tal negação lhe impunha o interesse e a liberdade do seu povo, o futuro da sua pátria angolana verdadeiramente livre e inclusiva que, depois de tanto a ter sonhado, genuína e fraternal para todos os angolanos num modelo de inclusão que ele próprio praticou na família que constituiu, resgatando-a do colonialismo, não poderia deixá-la à mercê do imperialismo e ser usada como campo de batalha da guerra fria, entre Moscovo e Washington.

Agostinho Neto previa, seguramente, melhor do que ninguém as consequências e o sacrifício pessoal que o seu *Não* lhe iria trazer, mas, como Homem à altura do Poeta que, na hora da largada, do sonho-certeza, partia em busca da luz, em busca da vida, assumiu claramente a sua dimensão do *outro*, daquele que já não espera mas por quem o povo esperava, para, irmanado com os outros filhos das mães africanas, que como ele tiveram também de partir, “Amanhã/ entoar(e)mos hinos à liberdade/ quando comemorarmos/ a data da abolição desta escravatura”, eivados de “...uma fé que alimenta a vida” (“Adeus à hora da largada”, NETO, 1974: 35), a vida sem grilhetas físicas ou de pensamento:

Ainda o meu espírito
ainda o quissange
a marimba
a viola
o saxofone
ainda os meus ritmos de ritual orgiaco

Ainda a minha vida
oferecida à Vida
ainda o meu desejo

Ainda o meu sonho
o meu grito
o meu braço

a sustentar o meu Querer

E nas sanzalas
nas casas
nos subúrbios das cidades
para lá das linhas
nos recantos escuros das casas ricas
onde aos negros murmuram: ainda

O meu Desejo
transformado em força
inspirando as consciências desesperadas. (“Aspiração”, NETO, 1974: 68-9)

O *eu*, como se vê, é meramente enunciativo e não revelador de que a poesia de Agostinho Neto possa ser classificada de intimista ou de que, por isso mesmo, possa estar “em conflito com a realidade objectiva e consigo mesmo”, como escreveu, no já citado livro, Russel H. Hamilton, e de quem, neste particular, discordo. Hamilton, é verdade, situa a sua afirmação no contexto de uma polémica que terá surgido, nos anos de 50 e 60, sobre o intimismo na poesia de Agostinho Neto:

Podemos dizer, então, que na medida em que o “eu” está em conflito com a realidade objectiva e consigo mesmo, a poesia de Agostinho Neto é intimista. Contudo, nos anos 50 e 60, a já referida reabilitação de valores nativos destruídos – componente da reivindicação cultural e da reafirmação – e a urgência das circunstâncias da história vivida resultaram numa polémica sobre o intimismo na poesia de Angola. O intimismo – que veio a ter conotações negativas – que mais parece preocupar os escritores consciencializados é um tipo de existencialismo que evita a questão das realidades sociais, que identifica o poeta como esteticista ou que simplesmente não está ao serviço da causa. (HAMILTON, 1981: 108)

Direi, desde já, como disse com justeza Óscar Lopes, que

A própria poesia de Neto não diz um “eu” que não se entenda imediatamente como “nós”. Mesmo aqueles que poderiam ser os seus poemas mais pessoais, são a voz consciente do seu povo, do calvário colonial do seu povo, das esperanças agora exequíveis do seu povo, tudo colhido em imagens flagrantes desse mesmo povo a que o poeta se identifica. (“A Sagrada Esperança de um Homem”, in VÁRIOS, 1990: 49-50)

Um dos poemas, certamente visados pela crítica do intimismo em Agostinho Neto, foi, sem dúvida, aquele que ele datou da Cadeia da PIDE do Porto, aos 8 de março de 1955, como “Um «bouquet» de rosas para ti”, no dia do 22.º aniversário de Eugénia da Silva, então namorada e, depois, a partir de 1957, sua companheira para a vida como Eugénia Neto, em quem outro especialista americano das literaturas africanas de língua portuguesa, presente também em Gainsville, Gerald M. Moser, professor da Universidade da Pensilvânia, viu prolongada a obra do poeta pela dedicação que ela lhe devotou e pela divulgação que dela vem fazendo em muito do que ela própria tem escrito em verso ou em prosa. Mas esse poema, se analisado na sua genotextualidade e, portanto, na alegoria da leitura para a qual também nos convida, por exemplo, em versos fenotextualmente tão fáticos como –

E no teu dia
Se fundem também em mim
os anseios e as emoções
as tristezas e as iras
a certeza e a fé
e todos os pequeninos tons de variada vida
misturados nos caleidoscópios do horizonte
e todas as esperanças

Um bouquet de rosas para o teu dia

O amplexo fraternal do sol poente
e da lua nascente
a derrota inadiável da ancianidade
e o crescer do novo
em cada passo dos dias
em cada hora dos dias
em cada um dos teus sorrisos;
todas as cambiantes da matéria
a aridez dos desertos
e a fecundidade das fontes
a gracilidade dos tigres
e a docilidade das pombas
o furor dos rios
a ira dos ventos
e a desconcertante variação humana
ódio e amor
amarelos sorrisos na hipocrisia das almas
gritos ais abundâncias e misérias
tudo reunido

no bouquet de rosas
para o teu dia.

.....
Força e certeza
no bouquet de rosas
para o teu dia
.....

– transforma o seu aparente intimismo numa mensagem de esperança, de força e de certeza de que a prisão não quebraria o *animus* do Homem de lutar contra o regime, que não respeitava a liberdade das pessoas e que não entendia que o Poeta o que prenunciava naquelas rosas vermelhas, brancas, amarelas e azuis (não se descure o simbolismo das cores) era o dia do “amplexo fraternal do sol poente/ e da lua nascente”, em que o escuro da noite e o claro da lua se abraçariam na amizade, vencido que fosse o colonialismo que tentava adiar esse dia, simbolizado no amor de um angolano negro por uma portuguesa branca.

Que esse intimismo do *eu* fenotextual intimista é genotextualmente um *nós*, mostra-o o poeta em muitos outros poemas da sua *Sagrada Esperança*, desde logo, a propósito do seu aniversário, que lembra, com a mesma amargura da prisão, no Porto, em setembro de 1951, em “Um aniversário”:

Este um dia do meu aniversário
um dos nossos dias
de vida sabendo a tamarindo
em que nada dizemos nada fazemos nada sofremos
como tributo à escravidão.

Um dia inútil como tantos outros um dia
Mas duma inutilidade necessária.

Eugénia Neto fez, já viúva, em 1982, a sua análise desse poema, também escrito na cadeia, no Porto, que lhe foi dedicado 27 anos antes, vendo nele uma espécie de “credo de sentimentos”, numa escolha feliz do termo ‘credo’ que calhava perfeitamente à dimensão da fé cristã de Agostinho Neto, que bem testemunhava que o seu marxismo nunca lhe exigiria, porque não era oximórico, qualquer afirmação ou manifestação de ateísmo que não tinha, como Costa Andrade bem perscrutou: “Mas constataria que os extremos opostos estavam na realidade muito próximos, como sempre. (...) Nem o

Deus dos homens, ou o Deus das coisas mostrou a alguém o absoluto. Agostinho Neto aspirava, como poeta, que dominava nele o político, o absoluto, isto é, a independência nacional do seu povo.” (ANDRADE, 2007: 189). Deus não o incomodava, antes, impulsionava a dimensão evangélica, mas não exotérica ou messiânica, como sublinhou também Costa Andrade, da sua missão como Homem e angolano esclarecido que, pousada a pena e descansado das musas, pegaria na espada, depois de ter enrouquecida a voz, “E não do canto, mas de ver que venho/ Cantar a gente surda e endurecida”, citando Camões, fechando a obra poética, para abrir a obra política:

Oh! O nosso amor era tão sublimemente grande que nos enchia o peito de esperança e certeza em dias melhores. (...) Aliás, ele – Agostinho – conservou sempre de mim a imagem de quando me conheceu adolescente (...) O credo de sentimentos expresso no poema “Um ‘bouquet’ de rosas para ti” (...) foi sempre verdadeiro e continuará a acompanhar-me como uma afirmação em cada dia.

Num texto de justa homenagem não só a Agostinho Neto mas também e sobretudo a sua mulher, Eugénia Neto, que Gerald Moser, em maio de 1989, trouxe ao I Simpósio Internacional sobre Cultura Angolana, que organizei aqui na, então, minha Faculdade de Letras do Porto (“Um casal de escritores complementares: Agostinho Neto e Eugénia Neto”, TRIGO, 1989) considerava que, pousada a pena de Neto, Eugénia complementaria a obra literária do marido, comandante da luta pela libertação de Angola, logo a partir de Dar-es-Salam, onde, com o apoio da tradutora Marga Holness, mitigava a solidão das ausências do homem que amava, inspirando-se nos valores do seu imaginário poético. É nesta fase e na seguinte, para o final dos anos de 1960, já a partir de Brazzaville, para onde acompanha o marido, que a escrita de Eugénia Neto beneficia, segundo Moser, das sugestões e conselhos do poeta Neto:

Recebeu e aceitou sugestões e conselhos dele. Retomou temas que importavam a ele: a harmonia que devia reinar entre os homens, sem distinção de raça, a unidade nacional, ou ainda o humanismo socialista. Nesta ordem de ideias, era lógica a justificação da mestiçagem para um casal que com muito amor criou três filhos mestiços. Era natural assim mesmo que ambos defendessem a coexistência de negros e brancos em Angola, tanto como a sua mestiçagem, por serem factos históricos que deviam ser aceites. (TRIGO, 1989: 307-8)

Sugestões e conselhos que, já em 10 de maio de 1969, no poema “Mensagem”, que a escritora escolheu para abrir o seu livro de poemas – *O soar dos quissanges* (2001) – apareciam perfeitamente integrados no seu processo de escrita:

Quisera que no mundo não houvesse
nem bombas, nem balas, nem armas
e que tu pudesses viver a tua vida
risonha e descuidadamente

Que pudesses existir na terra
sem sujeição alguma
que as tuas ideias pudessem fluir
sem as barreiras das gerações idosas

Que pudesses encontrar a harmonia
dos teus gestos, dos teus passos
na aspiração do belo e no amor
pelos outros seres da terra

Então, não chorarias os pais mortos
no solo mártir de Angola
ou em Vietnãmes
espalhados pelos continentes

Tu serias simplesmente feliz
sorrindo à compreensão dos homens
cujo olhar límpido
te traria amenas alvoradas

Mas os heróis do mundo
dar-te-ão um dia
esta ventura
tu verás

E terás cânticos de pássaros
nas árvores dos teus sonhos
e flores aquáticas nos teus rios
e bonecos, no teu leito de infância

Tu verás que um dia
poderemos dar-te tudo isso

Tudo o que, na verdade, o poeta inspirou profundamente ao político, ou, dito doutra forma, tudo o que o eu do poeta transportava como o nós do político, numa poética, a um tempo, conceptual e perceptual, em que a expressão do eu era um convite permanente à reflexão-ação do nós. Foi, assim, no poema “Aspiração”, evocado no antes citado poema “Mensagem” de Eugénia Neto:

E sobre os meus cantos
os meus sonhos
os meus olhos
sobre o meu mundo isolado
o tempo parado

Ainda o meu espírito
ainda o quissange
a marimba
a viola
o saxofone
ainda os meus ritmos de ritual orgíaco

Ainda a minha vida
oferecida à vida
ainda o meu desejo

Ainda o meu sonho
o meu grito
o meu braço
a sustentar o meu Querer

E nas sanzalas
nas casas
nos subúrbios das cidades
para lá das linhas
nos recantos escuros das casas ricas
onde os negros murmuram: ainda

O meu Desejo
transformado em força
inspirando as consciências desesperadas.

Desesperadas, certamente, por uma nova linguagem, por uma nova forma de aprender o mundo que “não mais as histórias contadas à sombra/ da mafumeira/ ou à doce luz duma enfumarada fogueira/ nem o macaco ou o

leão/ o coelho ou a tartaruga” (“O verde das palmeiras da minha mocidade”, in NETO, 1974: 105), porque agora o importante seria assumir claramente que a *angolanidade*, essa afirmação na criação de um *eu / nós* distintivo, de uma “*voz igual*”, passaria por uma nova dimensão – a da “*metafísica mestiça*”, fisicamente mestiça nos sangues, nos sons dos instrumentos musicais, que o homem, filho, neto, marido e pai, e o poeta inspirador do político, criador duma pátria una de povos diferentes na cor, na etnia, na cultura, na religião e na língua, exara no poema “Desterro” (NETO, 1974: 129), onde reúne a sua mulher-mãe (“Para ti também/ mamã/ há uma só palavra/ nesta nova partida para o desterro/ – Coragem, voltaremos a encontrar-nos”), os seus filhos (“Irene, Elisa, Dady/ nomes duma ternura de sangue/ – Coragem, voltaremos a encontrar-nos”), o avô camponês (“Meu pobre poeta Kajokolo/ poeta frustrado duma existência de evasões/ não será sobre a sepultura/ que nossas lágrimas derramadas cairão/ será na alegria do grande abraço/ ao festejarmos o ressurgimento”), os “irmãos do meu sangue, da minha raça, do meu povo”, a quem incentiva com “esta palavra de luta e de fogo/ – Coragem até o regresso”, deixando uma certeza:

No meu coração de exilado
todos vós com o vigor do nosso povo
estais ligados às manhãs dolorosas de despedida
pelo povo
pela humanidade
pela paz.

Como se vê, lá onde a polémica referida por Russel Hamilton via intimamente, o que está presente é humanismo, é um eu, convicto e de fé, a falar pelo coletivo dum povo, que deveria assumir-se plural e desataviado da circunstancialidade do negrismo, porque também o negrismo é plural e diferente e, por isso, arma fácil da manipulação dos novos messias que tudo prometem, pela conquista dum poder que, por não assumirem como missão humanista, em vez de resgatar, oprime, ignorando que a grandeza de um ser humano nada tem que ver com as suas características físicas, porque, como sentenciava João Vêncio, essa figura espantosa que Luandino Vieira criou numa das suas narrativas mais perfeitas, “a pele é só o embrulho da alma” e esta, como Agostinho Neto poderia confidenciar ao seu Mussunda Amigo, não tem cor, não tem raça, é simplesmente humana.

Essa humanidade e o humanismo de Agostinho Neto testemunhou-os melhor do que ninguém Eugénia Neto, que na evocação e na dedicatória sentida, que, em 2001, lhe fez do seu livro *O soar dos quissanges*, repetiu os ensinamentos do homem, do poeta e do político:

Vencer a barreira racial
é tão difícil
como atravessar a atmosfera
da Terra.
Contudo, é preciso atravessá-la
para a harmonia do Mundo.

Foi para proclamar essa harmonia do mundo angolano, sob os auspícios de Agostinho Neto, que o angolano negro, Agostinho Mendes de Carvalho (Uanhenga Xitu), o angolano mestiço, Henrique Guerra, o angolano branco, Ruy Duarte de Carvalho, escritores numa mesma língua numa mesma literatura angolana, foram a Gainsville, nesse ano de 1980, deixando estupefacta uma assembleia de gente intelectual e socialmente ilustre que, todavia, ignorando as raízes mais profundas da história da nossa humanidade, confunde a essencialidade da humanidade com o circunstancialismo geográfico-económico em que ela se diversificou e desenvolveu e também porque, conhecendo apenas o político Agostinho Neto, ignorava a verdadeira dimensão do homem e do poeta, cunhada na sua poesia, na voz da sua alma que ansiava por

Ressuscitar o homem
nas explosões humanas do dia a dia
na marimba no chingufo no quissange no tambor
no movimento dos braços e corpos
nos sonhos melódiosos da música
na expressão do olhar
e no acasalamento sublime da noite com o luar
da sombra com o fogo do calor com a luz
a alegria dos que vivem com o sacrifício gingado dos dias.

Eis, pois, quarenta anos quase perfeitos, depois de Gainsville, Agostinho Neto, o homem, o poeta e o político, na grandeza humana da sua metafísica mestiça!

Bibliografia

- ANDRADE, Costa (2007). *Opiniões, critérios*. Luanda: EAL- Edições de Angola.
- HAMILTON, Russell G. (1981). *Literatura africana, literatura necessária I – Angola*. Lisboa: Edições 70.
- HENDERSON, Lawrence W. (1979). *Angola, Five Centuries of Conflict*. Ithaca and London: Cornell University Press.
- LABAN, Michel (1991). *Angola, encontro com escritores*. Vol. I. Porto: Fundação Eng.º António de Almeida.
- NETO, Agostinho (1974). *Sagrada esperança*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- NETO, Eugénia (2001). *O soar dos quissanges*. Lisboa: Edições Vela Branca.
- TRIGO, Salvato, org. (1989). *A voz igual, ensaios sobre Agostinho Neto*. Porto: Fundação Eng.º António de Almeida.
- VÁRIOS (1990). *Um postal para Luanda*. Lisboa: Vega Editora.

AGOSTINHO NETO E AS SUAS CIRCUNSTÂNCIAS

Leonel Cosme

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem sob circunstância de sua própria escolha e sim sob aquela com que se defrontam directamente.

Karl Marx

Sempre que leio ou ouço uma apreciação da vida e obra de Agostinho Neto, lembro-me de uma conhecida frase do filósofo espanhol Ortega y Gasset (1883-1955), geralmente citada por metade: “Eu sou eu e a minha circunstância”, pois completa seria: “se não salvo a ela, não salvo a mim.”

Longe de propender para a metafísica, o que este filósofo humanista quer significar quando fala em salvação é reconhecer o imperativo de impedir que o homem-natural seja reduzido a um homem-massa pelos grupos que exercem o poder social, seja em nome da ciência, do progresso ou da riqueza, mas também eles insertos no processo da massificação, ou, como disse Herbert Marcuse (1898-1979), de unidimensionalização. Quando nesta ordem de des-valores éticos sobrenadou a escravatura, o filósofo e psiquiatra afro-caribenho Frantz Fanon (1925-1961) sustentou que a libertação do escravo negro – não sendo a escravidão uma mera circunstância espaço-temporal – passava pela des-reificação mental do senhor branco.

Mas como o mundo é a terra de todos os homens, a circunstância de o africano negro Agostinho Neto ter vivido na mesma época em que os ricos e os poderosos da Europa e da América exploravam os negros em África e longe de África, considerando-os objetivamente escravos na sua escala de des-valores, fez dele, primeiro, um cristão esperançado na libertação da humanidade sofredora; depois, um político revolucionário, por acreditar que

não bastava “salvar” o mundo, preciso era transformá-lo – como já tinha ouvido fora da sua igreja. E assumiu este mandamento da consciência tão intensamente que o povo da sua terra o venerava como um *kilamba*, isto é, guia, patriarca. Nada mais natural: já dizia outro pensador conceituado, Eça de Queiroz, que “a alma de um povo define-se bem a si mesma pelos heróis que ela escolher para amar e para cercar de lenda.”

Não obstante Santo Agostinho ter expandido filosoficamente que o tempo é o espaço que se vive entre o passado que já não é e o futuro que há de ser, Agostinho Neto viveu historicamente dois tempos-espacos circunstanciais: na juventude, o da negação do *statu quo*; na idade adulta, o de apurar se era certo que *finita causa, cessat effectus*, usando como vetores do juízo definitivo a poesia e a revolta. Num primeiro tempo, enquanto a poesia e a luta ainda eram só uma volição:

Continuai com os vossos sistemas políticos
ditaduras, democracias.
Matai-vos uns aos outros
lutai pela glória
lutai pelo poder
criai minorias fortes
apadrinhai os afilhados de vossos amigos
criai mais castas
aristocracias, plutocracias
aburguesai as ideias
e tudo sem a complicação
de verdes intrusos
imiscuir-se na vossa querida
e defendida civilização
de homens privilegiados.

Homens-irmãos
dai-vos as mãos
gritai a vossa alegria de serdes sós
SÓS!
únicos habitantes da Terra.

Num segundo tempo, já predisposto para a ação:

O meu lugar está marcado
no campo da luta
para conquista da vida perdida

Eu sou. Existo
As minhas mãos colocaram pedras
nos alicerces do mundo
Tenho direito ao meu pedaço de pão

Sou um valor positivo
da humanidade
e não abdicó,
nunca abdicarei!

Seguirei com os homens livres
o meu caminho

Segundo filho, entre oito, de pai e mãe professores e pastores evangélicos da Igreja Metodista, na povoação de Caxicane, Agostinho (*Manguxi* lhe chamavam fraternalmente) ali nasceu em 1922 e permaneceu até aos doze anos e fez os estudos primários. Com a transferência dos pais para Luanda ao serviço da sua Igreja, matricula-se, em 1934, no Liceu Salvador Correia, onde tem por colega e amigo de toda a vida António Jacinto de Amaral Martins, poeta como ele. Em 1938, frequentando então o 3.º ano do Liceu, Neto ganha um prémio de poesia num concurso promovido pela Igreja Lusitana Portuguesa, e outro num concurso promovido pelo jornal dos alunos do 7.º ano, *Jacaré*, dirigido por António Jacinto.

Foi o despertar da sua vocação para o discurso pedagógico, veiculado por jornais como *O Estandarte*, órgão de “crentes evangélicos africanos portugueses” de cujo corpo redatorial fez parte; *O Estudante*, outro órgão dos estudantes do Liceu; e mais tarde o *Farolim*, do qual o seu amigo Domingos Van-Dúnem era secretário da redação, um jornal já atento às conquistas socio-políticas operadas mundialmente, antes e após a Segunda Guerra Mundial, com a implantação de governos nazis e fascistas, visando a constituição de novos impérios da Alemanha e da Itália, que também atingiam, por terra, ar ou mar, o continente africano.

É com este cenário mundial que Agostinho Neto exerce a militância como membro da Missão Evangélica, criando o Centro Evangélico da Juventude Angolana, de que foi, como Presidente, promotor de conferências e viagens de estudo a regiões distantes da capital angolana, quais as dos Dembos e Dondo, para os colegas urbanos conhecerem *in loco* o que era o colonialismo, que ele conhecia desde a sua infância na região de Icolo e Bengo e a

memória do povo fixara como a *Revolta de Catete*: a usurpação de terras de cultivo, o trabalho forçado, a segregação racial e a prisão dos revoltados.

O que evidenciavam os escritos no *Estandarte* do ainda militante de uma Igreja Metodista – vinda para Angola dos Estados Unidos e cuja ação pedagógica se exercia na interpretação dos Evangelhos aplicada às vidas (quais as dos negros) desamparadas de Deus e carentes de esperanças num futuro melhor – era que a sua circunstância de negro instruído e formado por pais professores atentos ao mundo envolvente de senhores e escravos o induzia a confrontar a Fé da crença de alguns com a Razão da realidade de muitos outros:

O segredo de viver. Para viver é preciso vencer. Para vencer é preciso lutar. A vitória contra o mal é uma luta de morte: ou vencemos e vivemos ou somos vencidos e morremos. A decisão está na força que empregamos na luta.

.....
As multidões esperam. As multidões esperam Paz. Ela deve começar portas adentro, no lar de cada cristão. Ela deve começar portas adentro, em cada igreja evangélica. Enquanto a posição social, a raça, a nacionalidade, constituírem diques à fraternidade cristã, as multidões esperarão em vão.

.....
A Nova Ordem. Quando uma igreja ainda põe ricos dum lado e pobres doutro; sábios aqui e ignorantes ali; quando uma igreja não considera ainda a todos filhos do mesmo Pai, não pode contar que o mundo, em que a maioria não conhece Deus, estabeleça normas melhores.

.....
A paz que esperamos. Já acabou a guerra, pelo menos a militar. Minorar o espectro da fome e da subalimentação; afastar o espectro do desemprego; afastar o desconhecimento que revolta; reconciliar as nações; impossibilitar a consumação de novas guerras – é o que nós todos profundamente ansiamos se acorde.

.....
Ngana Nzambi Mundele. Se o negro vê no homem branco o supersumo, é apenas porque é mais fraco e teme o forte; a servidão vem de há séculos e o hábito fica, quase sempre como lei – o hábito de curvar, de admirar...

Terminado o Curso do Liceu e não tendo conseguido uma bolsa de estudos da Liga Nacional Africana para ingressar no Curso de Medicina em Portugal, falecido o pai, que o teria ajudado, pensou em ganhar o dinheiro suficiente para custear a despesa da viagem, ainda com a esperança de conseguir uma bolsa, pelo que concorreu a dois empregos nos Serviços de Saúde, nas províncias de Malanje e Bié. Foram cerca de dois anos de observação, con-

tacto e reflexão em duas regiões do interior, sobre uma igual maneira de viver, sofrer e pensar de um povo ao qual não chegava a doutrina dos Evangelhos nem a fé num Deus cristão.

Pouco depois da sua chegada a Malanje, em 1945, envia a Domingos Van-Dúnem um artigo para o *Farolim*, intitulado “A marcha para o exterior”, do qual respigamos:

A minha pouca experiência impediria que a voz chegasse ao céu se eu desse conselhos. Acho, porém, que a mezinha apropriada para anular os efeitos perniciosos bastantes do eutropismo seria começar por “descobrir” Angola aos novos, mostrá-la por meio de uma propaganda bem dirigida, para que eles, conhecendo a sua terra, os homens que a habitam, as suas possibilidades, saibam o que é necessário fazer-se, para depois querer.

Encontrando-se no Bié, recebe a informação de que a Igreja Metodista Americana lhe concedera uma bolsa de estudos para Portugal. E assim, em setembro de 1947, o candidato a estudante de Medicina embarca para a Metrópole, no navio de carga Lobito, com destino programado à prestigiada Universidade de Coimbra, que sabia frequentada por estudantes das colónias.

A despedida da mãe, que num comovido abraço lhe terá dito algo como “quem espera sempre alcança”, inspira-lhe um dos primeiros poemas que marcariam o seu futuro, pois destruíra muitos outros, escritos anteriormente, por os considerar maus. Mas que decerto não teriam menor qualidade do que “Adeus à hora da largada”:

Minha Mãe
 (todas as mães negras
 cujos filhos partiram)
tu me ensinaste a esperar
como esperaste nas horas difíceis

Mas a vida
matou em mim essa mística esperança

Eu já não espero
sou aquele por quem se espera

Sou
eu minha Mãe
a esperança somos nós

os teus filhos
partidos para uma fé que alimenta a vida

(...)

Amanhã
entoaremos hinos à liberdade
quando comemorarmos
a data da abolição desta escravatura

Nós vamos em busca de luz
os teus filhos Mãe
(...)
vão em busca de vida.

Nesta hora da largada, após dois anos de vivência e profunda reflexão no interior, o mínimo que se oferece dizer é que a sua crença religiosa tinha perdido a força mística e que em vez de orar era preciso agir. E que aquele que se esperava para conquistar a liberdade não era só ele, já em trânsito do ecumenismo para o eclecismo, mas todos como ele. Aliás, vai repetir muitas vezes: *Eu sou – Nós somos* – também pensando como o “luso-brasileiro”, por nascimento e vida missionária entre negros e índios, Padre António Vieira, que ninguém nascia feito: *Nós somos o que fazemos*. Não por egocentrismo ou ser escolhido dos deuses, mas pelo sentimento de que a humanidade é só uma e porque, como predicava o religioso queniano John Mbiti: “Eu sou porque nós somos; e uma vez que somos, então eu sou.”

Neto não cedia às fronteiras ecléticas que tinha de derrubar e por isso não repetiria a pergunta que outro poeta como ele, Fernando Pessoa, – apesar de ter passado na adolescência pela África do Sul escravista, onde ainda realizou os primeiros estudos – haveria de fazer, muitos anos depois: “Conhece alguém as fronteiras à sua alma, para que possa dizer – eu sou eu?”

Sim, Agostinho Neto conhecia: era ele e outros como ele.

Coimbra não lhe gorou a expectativa: como cidade, era tranquila no povo e na paisagem, apenas se agitando durante a campanha eleitoral em que o concorrente da Oposição à presidência da República era o antigo e malquisto Governador-Geral de Angola, general Norton de Matos, retratado pela propaganda situacionista como Grão-Mestre da Maçonaria – para a maioria dos portugueses uma associação secreta com fins inconfessáveis.

Como Universidade, Coimbra foi uma janela aberta para outro mundo, mas sem excluir da memória os cenários africanos de saudade, evocados por colegas de várias colónias e imbuídos na mesma aspiração: resgatar da sujeição colonial, que ofendia e humilhava, o direito natural à liberdade e ao desenvolvimento. Do seu mundo pátrio, António Jacinto ia mantendo uma correspondência ainda sem mais novidades do que um grupo de ex-colegas do liceu projetava a criação de um movimento literário votado à divulgação da cultura de Angola, cuja génese terá sido o pensamento volitivo já manifestado por ele, Neto, e por Viriato da Cruz: *é preciso descobrir Angola*.

Para Neto, expectante afastado do seu povo e da terra-mãe, a poesia era a companheira terapeuta e camarada no percurso ainda difuso em direção à “sagrada esperança” de libertar o homem e a terra de Angola, com a inspiração mobilizadora de que sobre o “Eu-Mistério” elevava-se o “eu-realidade”; a “Voz do sangue” falava que “o amanhã não será só Ilusão”; no “Novo rumo”, “o destino/ é a própria História/ o Início/ a Concordância”; e num “Poema para todos”, “olha à tua volta/ abre bem os olhos/ – vês?! Aí está o mundo/ construamos.”

Embora o mundo ainda continuasse separado em dois: o dos brancos e o dos negros, teve, à chegada, o gosto de ver que os seus colegas brancos e mestiços nascidos em África o acolheram como igual. Primeiro receou que o seu comportamento de mais-velho contido em hábitos e palavras, ouvindo mais do que falando, o apresentasse como estranho à comunidade universitária, designadamente a ultramarina, que se reunia na Delegação da Casa dos Estudantes do Império e no Ateneu de Coimbra; neste, já num convívio alargado com colegas portugueses, em que se debatia a problemática do regime ditatorial vigente e comentava as leituras de autores portugueses e estrangeiros progressistas, proibidos pelo Governo e à socapa da polícia política. Sem surpresa constatou que, mesmo quando se aludia à formação católica de Salazar como raiz do pacto do Estado com a Igreja Católica, o tema da religião como “ópio do povo” não marcava lugar nas conversas. Por seu lado, o silêncio a respeito do “ópio” era já o de um pós-evangelista, agora sofrendo o trauma do expatriamento, que acabara de escrever um poema intitulado “Ópio”:

Gozo
gozo ingenuamente

a fingir que não soffro;
choro como quem ri!

Fumo o meu ópio
para sonhar

Este poema, datado de 1948, foi dos primeiros escritos em Coimbra e publicado no boletim da CEI, *Meridiano*, criado pelos colegas Veiga Pereira, Antero de Abreu e por ele, entretanto eleito secretário da direção da Delegação da CEI, a que continuavam a afluir mais “africanistas”, constituindo um grupo solidário: além dos já referidos Agostinho Neto, Veiga Pereira e Antero de Abreu – Ivo Loio, Lúcio Lara, Fernando Campos, José Manuel Figueira, Joaquim Forte Faria, Carlos Mac Mahon Vitória Pereira, António Campinos e Orlando de Albuquerque.

Mas o “ópio” era também um “desafio”, como se adivinha no poema “Desfile de sombras”, escrito no ano seguinte, e que saíria no primeiro número da *Mensagem* de Luanda, em 1951:

Pelos milhentos caminhos
do meu Desejo
passam sombras a tactear o Nada;

vão
esforçadas na incerteza
por abraçar
os pontos de interrogação da existência.

(...)

Elas vão longe
ainda vêm longe
e eu sigo-me através de mim.

Em meados de 1950, os angolanos Agostinho Neto e Lúcio Lara, com o moçambicano Orlando de Albuquerque, criam uma antologia dedicada à literatura e arte denominada *Momento*, da qual só são produzidos dois números pelo facto de Agostinho Neto, com o terceiro ano de Medicina, estar a preparar a sua transferência para Lisboa, visando conhecimentos médicos mais avançados. Mas também em resultado de conversas que lá teve, em duas viagens de férias, com Mário Pinto de Andrade, Amílcar Cabral, Armé-

nio Ferreira, este já médico, e Francisco José Tenreiro, já professor universitário, com livro publicado, todos afetos à Casa dos Estudantes do Império e sempre presentes nas suas conferências político-culturais, que convocavam outros estudantes ultramarinos, como Noémia de Sousa, Marcelino dos Santos e Eduardo Mondlane, de Moçambique, e Alda do Espírito Santo e Maria Manuela Margarido, de S. Tomé.

Francisco José Tenreiro nascera em S. Tomé, vivendo desde criança em Portugal. Arménio Ferreira nascera em Angola, frequentara o Liceu de Luanda e só aos 16 anos veio para Portugal, onde se formou e radicou. Ambos mantinham uma relação próxima com os compatriotas, designadamente os ativistas ou simpatizantes do movimento pró-independência das colónias.

Por eles pôde confirmar o que já lhe tinham dito, por carta, António Jacinto e Viriato da Cruz: que em Luanda a Associação dos Naturais de Angola projetava a publicação em 1951 de uma revista intitulada *Mensagem*, na esteira da *Cultura-I*, criada em 1945 pela Sociedade Cultural de Angola, para o que se estavam a reunir textos de autores ultramarinos e outros, com o sentido mais amplo do que o literário, sabendo eles que, em Lisboa, a CEI era centro de atividades político-culturais tendentes à organização de um movimento, ainda muito restrito, em prol da independência das colónias, que o Partido Comunista Português acompanhava através de membros ou simpatizantes do MUD Juvenil inseridos na CEI.

Por seu turno, Mário e Amílcar ficaram a saber que, também no âmbito das ideias progressistas, na Delegação de Coimbra se promoviam atividades culturais e faziam leituras de livros de alguns escritores portugueses neorrealistas que chegavam às livrarias, e de outros, europeus, norte-americanos e da América Latina, traduzidos ou na língua original, em que se denunciava o racismo e preconizava uma sociedade progressista. Proibidíssimos e na mira da PIDE, estes livros transitavam nas mãos de quem os quisesse ler e ninguém perguntava como tinham entrado nas “repúblicas” e outras moradias dos estudantes mais adiantados.

Quando chegou a Lisboa, e mais propriamente à sede da Casa dos Estudantes do Império, já o seu ativo político-literário incluía as leituras de escritores portugueses como Soeiro Pereira Gomes, Alves Redol e Ferreira de Castro; de brasileiros como Jorge Amado, Graciliano Ramos e José Lins do Rego; de espanhóis, Garcia Lorca e António Machado; de franceses, Zola,

Aragon e Sartre; de norte-americanos, Steinbeck, Caldwell, Hemingway e Langston Hughes; de ensaios recolhidos de revistas sobre Engels e Marx e, mais vagamente, sobre o pensamento dos negros de África e da América a respeito de um “Renascimento Negro”, que em Coimbra ainda não convocava a atenção e o estudo de uma problemática que em Lisboa já centrava as atividades de um Centro de Estudos Africanos planeado por Mário Pinto de Andrade e Francisco José Tenreiro em 1951, de parceria com Amílcar Cabral, Humberto Machado, Noémia de Sousa, Alda do Espírito Santo e, por último, com ele, Neto.

Era como que um retorno à dinâmica pan-africanista e anticolonial, propagada, no começo do século XX, pelos ativistas Du Bois e Marcus Garvey (cada um a seu modo, sob a atenção da Terceira Internacional comunista...) em alguns países da Europa, incluindo Portugal. Mário Pinto de Andrade, quando se tornou redator da revista francesa *Présence Africaine*, em 1954, da qual já era correspondente, sempre evocava o passado histórico do Movimento Negro para vincular a atualidade reivindicativa dos africanos colonizados.

Face ao seu passado em Coimbra, foi automática a adesão de Neto ao Movimento Democrático Juvenil e ao Movimento Nacional para a Defesa da Paz. E em casa de Humberto Machado, propiciando o relacionamento com a família santomense Espírito Santo, foi também quase imediato o relacionamento com a Cooperativa dos Trabalhadores de Portugal, e por extensão, com os tripulantes negros da marinha mercante alojados na mesma zona, que transitavam entre as colónias e o Brasil e inspiraram a criação do Clube Marítimo, onde chegavam livros proibidos que eles adquiriam nas suas viagens, além daqueles que eram conseguidos pela “progressista” Livraria Buchholz.

Neto conheceu então o pai de uma jovem estudante chamada Maria Eugénia (pela sua popularidade tratavam-na por Geny), que vivia perto da casa de Humberto e com quem, em resultado do local da sua hospedagem numa pensão, seguida de uma mudança para a casa de Humberto Machado, se encontrava diariamente ao fim do dia, à mesma hora de chegada dos dois a casa. Trasmontana como os pais, – ele enfermeiro marítimo, conhecedor das cidades costeiras de Angola, ela dona de um salão de cabeleireira – o início da relação de Agostinho e Geny centrou-se nas evocações das saudosas terras

de origem com as contingências de os seus habitantes mais ousados terem de partir em busca de melhores vidas.

No dia 23 de março de 1952, em plena Guerra Fria envolvendo os Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, União Soviética e China, grupos de estudantes universitários atentos à política internacional empenharam-se na recolha de assinaturas para um Apelo Mundial de Paz. Um desses grupos era constituído por Agostinho Neto, Veiga Pereira e Marília Costa Branco, representando as Faculdades de Medicina e de Ciências. Noutro grupo participava o também angolano David Bernardino. Cerca do meio-dia, os três são presos pela PIDE, que os conduziu numa carrinha para a cadeia do Aljube e a seguir de Caxias, onde foram, inicialmente em regime de incomunicabilidade com agressões, sujeitos a vários e infrutíferos interrogatórios sobre alegadas ligações ao Partido Comunista. Curiosamente, na busca feita em casa de Neto, onde apreenderam apenas papéis alusivos ao Apelo Mundial e o livro *Antologia de poesia negra*, de Emílio Ballagas, não havia uma Bíblia...

Três meses passados, sem julgamento nem culpa formada, são postos em liberdade. Esta sua primeira prisão inspira-lhe o poema “À reconquista”:

Vem comigo África dos palcos ocidentais
descobrir o mundo real
onde milhões se irmanam na mesma miséria
atrás das fachadas de democracia de cristianismo de igualdade

(...)

Ninguém nos fará calar
Ninguém nos poderá impedir
O sorriso dos nossos lábios não é agradecimento pela morte
com que nos matam.

Vamos com toda a Humanidade
conquistar o nosso mundo e a nossa Paz.

O intervalo de liberdade (vigiada) mal chegou para se concentrar nos estudos. Em 1953, arrisca participar, sob a égide do MUD Juvenil, no IV Festival Mundial da Juventude e Estudantes, em Bucareste, e noutro similar em Varsóvia. Em consequência (obviamente...), no início de maio de 1955 volta a ser preso pela PIDE, que no dia 20 o transfere de Caxias para o Aljube do

Porto, onde são acusados de atentar contra a segurança do Estado 51 detidos, julgados pelo Tribunal Plenário Criminal do Porto, tendo Neto como advogado de defesa um causídico prestigiado na cidade, António Macedo, e entre várias testemunhas abonatórias, o velho amigo e colega em Coimbra, Antero de Abreu, já formado em Direito e a estagiar no Porto, com vista a regressar a Angola.

Agostinho Neto foi condenado a 18 meses de prisão, já cumpridos, multa de 6.000\$00 e suspensão de direitos políticos por 5 anos, por alegada participação no MUD Juvenil. Foi libertado em 12 de junho de 1957, ano em que a Amnistia Internacional o elege como Prisioneiro Político do Ano. Durante o cativeiro recebeu duas visitas: a obrigatória do Dr. António Macedo e uma inesperada, graças à intervenção do seu advogado, que invocara a condição de noivado e a sua deslocação de Lisboa: a de Maria Eugénia.

Durante os 18 meses de prisão estreitara-se a relação de simpatia e amizade de Neto e Geny, expressa nas cartas dela, a que, obviamente, ele estava impedido de responder. Ou “respondia” dedicando-lhe poemas que ela haveria de ler, um dia, o que foi possível antecipar, durante a sua visita, com a entrega disfarçada, no abraço de despedida, de alguns escritos em mortaldas de cigarro. Dessa única visita autorizada brotou a confirmação do amor expresso nos primeiros poemas líricos da sua carreira poética, uns escritos já na prisão de Caxias, outros no Porto. O último, “Dois anos de distância”, é datado de fevereiro de 1957 e bem expressivo do sentimento que já os unia:

Saudades – dizes na carta de ontem
quando nos veremos
breve ou tarde?
diz-me amor!

Nos silêncios
estão as conversas que não tivemos
os beijos não trocados
e as palavras que não dissemos
nas cartas censuradas

Regressado a Lisboa, disposto a concentrar o máximo esforço na última fase dos estudos, ainda contribuiu para a formação do Movimento Anticolonial (MAC), que agregava representantes de todas as colónias. A 27 de outo-

bro de 1958 é licenciado em Medicina e no mesmo dia casa com Maria Eugénia, sendo Lúcio Lara padrinho do casamento. Enquanto aguarda pelo nascimento do seu primeiro filho, Mário Jorge, e prepara malas e bagagens para voltar à pátria, intensifica a sua colaboração com o Centro de Estudos Africanos, que esmoreceu com a partida de Mário Pinto de Andrade e Lúcio Lara para a Europa e de Amílcar Cabral para a Guiné, entre outros. No Centro podiam ler-se as notícias que interessavam saídas na revista *Présence Africaine*, da qual Mário Pinto de Andrade era redator desde 1954, em *L'Humanité*, *Les Temps Modernes* e noutros periódicos, nos quais pontificavam intelectuais progressistas como Jean-Paul Sartre e Albert Camus.

Ao mesmo tempo, procura saber no Clube Marítimo, onde também se encontrava com o Dr. Arménio Ferreira, as últimas notícias de Angola e África que não viriam nos jornais portugueses, certamente porque a Censura as cortaria, e teriam revelado uma escalada já superior àquela que Viriato da Cruz transmitiu quando passou em Lisboa (alegadamente por motivos de saúde), nos últimos meses de 1957, com destino à França, para se juntar ao grupo dos camaradas já instalados em Paris, como Mário Pinto de Andrade, Marcelino dos Santos e Aquino de Bragança. Para Viriato era o seu primeiro passo, no exterior, na caminhada para a concretização do “movimento popular de libertação de Angola” que prognosticava no seu “Manifesto” de 1956. O reaparecimento da revista *Cultura-II*, em 1957, sob a égide da Sociedade Cultural de Angola, para colmatar o espaço vazio que sucedera à extinção da *Mensagem* em 1952 (apenas durara dois anos), fora como outro amanhecer de um novo tempo.

Quando Neto, mulher e filho chegaram a Luanda, nos últimos dias de 1959, embora já sabendo que a PIDE, recém-instalada em Angola para cobrir as eleições presidenciais em 1958 (nas quais Humberto Delgado ganhou nas cidades de Luanda, Benguela e Lubango), havia também iniciado a “missão” de destruir tudo o que apontasse para o nacionalismo angolano, com prisões continuadas desde março, “aquele por quem se espera” não desistiu de cumprir também a sua “missão” de médico de clínica geral e de assumir o dever patriótico de pugnar pela libertação do seu povo. Ainda dentro do aeroporto, um camarada funcionário que tinha sido libertado por falta de acusação substantiva (mais demorada fora a de António Jacinto, Helder Neto, António Cardoso, Luandino Vieira, Adolfo Maria, Mário António e outros) e estava

avisado por um colega de Lisboa do seu embarque, alertou-o, olhando para todos os lados, sobre o ambiente de terror policial desencadeado pela PIDE.

Ainda estava a instalar a família e o consultório, sob o olhar expectante e as saudações festivas do povo da vizinhança, quando os camaradas “provisoriamente” libertos o vão informar que o MPLA já fora reconhecido internacionalmente (e anunciado ao Governo português) com esta sigla, em Conakry, tendo como representantes Mário Pinto de Andrade (presidente), Viriato da Cruz e Lúcio Lara, mas sendo ele, Neto, agora em Angola, o presidente de honra, a quem cabia assumir a direção das ações imediatas face à situação de terror criada e prosseguida pela PIDE.

Quase não teve tempo para se inteirar do andamento de três processos instaurados pela PIDE na sequência de dezenas de prisões desencadeadas em março, maio e julho, compreendendo destacados intelectuais negros, mestiços e brancos, angolanos e portugueses (estes membros da Sociedade Cultural de Angola, como Calazans Duarte, Julieta Gandra e António Veloso), que também viriam a figurar na história do “processo dos 50”, tendo por assistentes quase todos os advogados de Luanda, alguns dos quais chegaram a ser presos, como Diógenes Boavida e José de Almeida Valadas, e na iminência de serem expulsos, Eugénio Ferreira e Antero de Abreu.

Enquanto Neto atendia o povo doente do corpo, com mazelas, e do espírito, atormentado pelo terror policial que assolava a cidade e o musseque, ia ouvindo e orientando os camaradas empenhados na luta de resistência em sintonia com as ações dos grupos do exterior.

Faltou-lhe o tempo para tudo quanto importava: no dia 8 de junho, a PIDE invade-lhe o consultório e leva-o para ser interrogado na sua sede no Hotel Miradouro, seguindo daí para a prisão, onde fica detido à espera da acusação formal. Então é visitado pela mãe, que lhe entrega uma Bíblia para ler enquanto esperava. Ela nunca imaginaria que o filho substituiria a religião pelo materialismo dialético.... Enquanto isto, o povo do musseque e da aldeia de Caxicane explodia em gritos de protesto e raiva contra a prisão do seu *kimbanda* (médico) e *kilamba* (guia) que a polícia dificilmente apaziguava e continha.

Da sua recusa em dizer aos polícias o que quer que fosse fala o poema escrito no mesmo dia 8:

não direi nada
mesmo que me ofereçam riquezas
não direi nada
mesmo que a palmatória me esborrache os dedos
não direi nada
mesmo que me ofereçam a liberdade
não direi nada mesmo que me apertem a mão
não direi nada mesmo que me ameacem de morte

E no mês de julho:

Aqui no cárcere
a raiva contida no peito
espero pacientemente
o acumular das nuvens
ao sopro da História

Ninguém
impedirá a chuva.

Em vão foi ainda a diligência da sua advogada Maria do Carmo Medina para reverter a prisão sem culpa formada. Dias depois é preso, no Paço Episcopal, o Padre Joaquim Pinto de Andrade, Chanceler do Arcebispado, que é levado para fora de Angola sem o conhecimento de familiares e amigos. Como Agostinho Neto é levado também para fora de Angola no dia 8 de agosto, aconteceu que os dois prisioneiros só se reencontraram no Aljube de Lisboa, onde já estava Joaquim Pinto de Andrade em regime de incomunicabilidade.

Veio a saber-se que Joaquim era acusado de ter enviado ao seu irmão Mário um folheto que denunciava a prisão de 50 nacionalistas, para ser divulgado no mundo. E que a PIDE considerava que Agostinho Neto, em liberdade, dada a sua projeção nacional e internacional, seria fulcro de futuras movimentações.

É muito elucidativo o parecer da PIDE apresentado, em outubro, ao Ministro do Ultramar, Vasco Lopes Alves, que lhe deu assentimento:

Se o Dr. António Agostinho Neto fosse apresentado em tribunal para julgamento, todos aqueles co-arguidos sobressairiam nas audiências como elementos de cobertura. Nestas circunstâncias não há dúvida que o julgamento não se

limitaria ao Dr. Agostinho Neto mas teria que abranger todos os arguidos e também o Padre Joaquim Pinto de Andrade que se encontra presentemente na Metrópole.

É um facto que Neto, na cadeia do Aljube, nesse mesmo outubro, profetizava:

Às casas, às nossas lavras
às praias, aos nossos campos
havemos de voltar

(...)

À bela pátria angolana
nossa terra, nossa mãe
havemos de voltar

Havemos de voltar
À Angola libertada
Angola independente

A mesma justificação da PIDE para deter Agostinho Neto serviu para deportar Joaquim Pinto de Andrade, primeiro para o Aljube de Lisboa, a seguir para a ilha do Príncipe (com liberdade vigiada), onde viveu cinco meses só com a ajuda e às custas da missão católica local. Em abril de 1961 é acordado a meio da noite para embarcar num avião militar que o entrega à PIDE em Lisboa e esta deposita-o no Aljube, onde fica quatro meses isolado, até que, por fim, a 19 de agosto, é conduzido por dois agentes ao Mosteiro de Singeverga, no Minho, com a proibição de sair dos seus muros. Por igual, já em março tinha sido preso e deportado para Portugal o cónego nacionalista Monsenhor Manuel das Neves, acusado de ter guardado na sua igreja as catanas dos revoltosos do 4 de fevereiro. Foi internado no Mosteiro de Soutelo, em Trás-os-Montes, com residência fixa, sob a vigilância constante da polícia.

Agostinho Neto é levado de Luanda para a cadeia do Algarve, e daqui para a vila de Ponta do Sol, na ilha de Santo Antão, onde exerce a sua profissão de médico, depois transferido para a cidade da Praia, na ilha de Santiago, onde continua a prestar os seus serviços no hospital, tendo por companhia no desterro a saudade e a poesia por ela gerada:

Para ti também
mamã
há uma só palavra
nesta nova partida para o desterro
– Coragem, voltaremos a encontrar-nos

(...)

No meu coração de exilado
todos vós com o vigor do nosso povo
pelo povo
pela humanidade
pela paz.

É um tempo crucial para quem está afastado da pátria e da família. Também já tinha nascido em Lisboa a sua filha Irene Alexandra, motivo invocado pela mãe para visitar o pai ausente, o que foi concedido, surpreendentemente, pelo novo Ministro do Ultramar. O reencontro familiar, em setembro de 1961, deu a Neto o ensejo de ter informação atualizada do seu povo em luta nas aldeias e na cidade de Luanda, desde o 4 de Fevereiro, com o ataque às cadeias que aprisionavam presos políticos. E agora tudo acrescido pelo encarceramento dos velhos amigos e camaradas das letras e lutas, António Jacinto, Luandino Vieira, António Cardoso, Agostinho Mendes de Carvalho e outros, no campo de concentração do Tarrafal, dos quais teve as primeiras notícias por solidários cabo-verdianos que ali trabalhavam desde o período em que fora o “campo da morte” dos comunistas portugueses. Era reaberto com o nome de Chão Bom, em 1961, para receber os nacionalistas angolanos, condenados a pena maior, por não terem lugar nos “campos de recuperação” do Missombo, no Bié, e de São Nicolau, no deserto do Namibe.

Informação animadora, decerto também prestada por Maria Eugénia, foi a de que tinha recebido de Itália a notícia de em breve ser lá publicado o livro *Sagrada Esperança*, com o título *Con ochi asciutti* (Com os olhos secos) – (foi publicado em 1963) – e que internacionalmente continuavam a ocorrer manifestações de protesto e revolta contra a prisão do poeta nacionalista Agostinho Neto, noticiadas por jornais conceituados como o *Times* e *Présence Africaine*, recordando que em 1957 ele fora eleito Prisioneiro Político do Ano pela Amnistia Internacional, o que congregara as vozes de escritores

famosos como Sartre, Aragon, André Mauriac, Simone de Beauvoir, Nicolás Guillén e Diego Rivera. Desta vez, fizeram-se ouvir Basil Davidson, C. Day Lewis, Doris Lessing, Iris Murdoch, John Wain, Kenneth Tyann, John Osborn e Arnold Wesker.

A visita de Maria Eugénia e dos filhos Irene Alexandra e Mário Jorge foi como a luz do amanhecer, depois de uma noite de sombras:

Docemente o sol nasceu
Docemente o amor brilhou
E o mundo
Se tornou também o nosso mundo.

Sem contar, em outubro de 1962 Neto passa de deportado em Cabo Verde a preso político na Metrópole, por alegada exibição de fotos reveladoras da violência do exército português em ações no Norte de Angola. Volta assim para as masmorras do Aljube, onde fica durante meses, sem causa provada. Ora, não se prevenindo com calmantes, nem um médico resistiria à depressão:

Não creio em mim.
Não existo.
Não quero, eu não quero ser.

(...)

Eu elevado até o Zero
eu transformado no Nada-histórico
eu no início dos Tempos
eu-Nada a confundir-me com vós-Tudo
sou o verdadeiro Cristo da Humanidade!

Numa outra fase de negação, o Álvaro de Campos-Fernando Pessoa, olhando o mundo na *Tabacaria*, por fim reconhecia a impossibilidade de o ser renunciar a ser, sonhando:

Não sou nada.
Nunca serei nada.
Não posso querer ser nada.
À parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo.

De novo sem contar, em março de 1963, Neto é avisado de que lhe foi concedida a liberdade com residência fixa em Lisboa, para trabalhar no Hospital de S. José, só podendo afastar-se, previamente autorizado, para sítios próximos. É Ministro do Ultramar Peixoto Correia, no seguimento de Governos em Angola e na Guiné, – onde a guerra de libertação também já havia começado –, o que o habilitava, por conhecer o terreno, a avaliar o crescendo da guerra colonial iniciada no tempo do seu antecessor, Adriano Moreira, e a acumulação de críticas internacionais, incluindo as dos Governos de países aliados.

Agora, em liberdade, o ex-presidiário Agostinho Neto exulta:

Ah!
Faça-se luz no meu espírito
LUZ!

Calem-se as frases loucas
Desta renúncia impossível.

(...)

Quem falou não fui eu
Foi a minha loucura.

O meu lugar está marcado
no campo da luta
para conquista da vida perdida

Eu sou. Existo
As minhas mãos colocaram pedras
Nos alicerces do mundo
Tenho direito ao meu pedaço de pão

Sou um valor positivo
da humanidade
e não abdicó,
nunca abdicarei!

Com a família outra vez reunida, era de novo a hora de recuperar a “sagrada esperança”. Apesar do martírio sofrido no caminho feito, não chegara ao limite da crucificação do Cristo bíblico, nem ao seu lamento no minuto final: Pai! Pai! Porque me abandonaste?

Quem não o abandonara, não sendo um comunista confesso, fora o Partido Comunista, que, estando Neto em Cabo Verde, ainda encarara a hipótese de promover a sua fuga. A decisão fora tomada por Álvaro Cunhal, em Moscovo, na sequência de uma informação prestada por Mário Pinto de Andrade e Viriato da Cruz, que ali se deslocaram para participar num congresso internacional. Mas logo que se soube da chegada de Neto a Lisboa, ainda que com residência fixa, só haveria que decidir a oportunidade e o modo de ação. O que aconteceu nos fins de junho, segundo um plano delineado por três membros do PCP – António Dias Lourenço (ex-companheiro de Neto na prisão de Caxias), Blanqui Teixeira e José Nogueira –, com o concurso do Dr. Arménio Ferreira, que deu a cobertura à saída de casa de Neto e família quando foi necessário deslocá-los, sem dar nas vistas, para a doca em Pedrouços. Aqui os esperava um iate comprado para o efeito por José Nogueira, um elemento insuspeito do PCP por ser oficial da Marinha de Guerra. Com a família Neto embarcaria também outro nacionalista protegido do PCP, Vasco Cabral, para se juntar ao irmão Amílcar, a dirigir a luta de libertação na Guiné.

Na tarde de 30 de junho, à hora escolhida, os viajantes compareceram para embarcar num iate, tripulado por José Nogueira e Jaime Serra, que transportaria os passageiros como turistas em férias, portanto sem a menor suspeita da Guarda Fiscal. O iate rumou naturalmente ao Tejo, em seguida ao Algarve, contornando o Cabo de São Vicente, e na proximidade de Olhão, o piloto José Nogueira lançou ferro numa pequena enseada, para todos descansarem e passarem a noite. Manhã cedo, a viagem prosseguiu ao largo da costa espanhola, atingindo a Baía de Cádiz e depois o cabo Trafalgar, já ao cair a tarde. Aqui surgiu a primeira contrariedade: o mar encapelado sacudiu o barco e as pessoas estarreceram. Foi um desafio entre o piloto e as ondas. Venceu José Nogueira, cuja competência e conhecimento da zona repuseram a normalidade, voltando a lançar ferro antes que anoitcesse numa baía tranquila, em que todos puderam respirar fundo e sonhar que de ali até à costa marroquina todos os deuses africanos ajudariam: africanos e outros...

Assim aconteceu: a meio do dia, Tânger estava à vista. De emoção, uns com lágrimas nos olhos, outros com os olhos secos, todos aplaudiriam, se o conhecessem, o emblemático poema de Agostinho Neto:

Com os olhos secos
– estrelas de brilho inevitável
através do corpo através do espírito
sobre os corpos inânimes dos mortos
sobre a solidão das vontades inertes
nós voltamos

(...)

Com os olhos secos
contra este medo da nossa África
que herdámos dos massacres e mentiras

Nós voltamos África
estrela de brilho irresistível
com a palavra escrita nos olhos secos
– LIBERDADE

Estavam cumpridos dois terços da sua vida e ultrapassadas as circunstâncias que a enformaram. Confirmada a Renúncia Impossível, só faltava agora, no último terço, concretizar a Sagrada Esperança.

Leituras básicas de referência

- AA.VV. (1990). *Agostinho Neto – Ensaio biográfico I*. Luanda: Vanguarda; Lisboa: Caminho.
- COSME, Leonel (2004). *Agostinho Neto e o seu tempo*. Porto: Campo das Letras.
- LARANJEIRA, Pires e ROCHA, Ana T. (2014). *A noção de ser*. Textos escolhidos sobre Agostinho Neto. Luanda: Fundação Dr. António Agostinho Neto.
- NETO, Agostinho (2009). *Sagrada Esperança – Renúncia Impossível – Amanhecer*. Pref. de João Saraiva de Carvalho e Pires Laranjeira. Luanda: União dos Escritores Angolanos.

HOW TO FIND A TIGER IN AFRICA

Searching for Agostinho Neto (17 September 1922 – 10 September 1979)

Thomas P. Wilkinson
CITCEM

What I want to do here is something very simple. I want to explain how I began to search for Agostinho Neto. I also want to explain the perspective that shapes this search.¹

When I was told about the plans for a colloquium I was asked if I would give a paper. I almost always say yes to such requests because for me a paper is the product of learning something new. So I went to the local bookstores to buy a biography of Dr Neto. The only thing I found available was a two-volume book by a man named Carlos Pacheco called *Agostinho Neto: o perfil de um ditador*, published in 2016. The subtitle of the book is “A história do MPLA em carne viva”. When I went to the university library I found another book, a collection of essays by Mr Pacheco and a book by Mr Cosme, no longer in print.²

Obviously the sheer size of Mr Pacheco’s book suggested that this was a serious study. Since these two ominous tomes were the only biography I

¹ *Monty Python’s Meaning of Life* (1983) includes an episode set in South Africa as a parody of the film *Zulu* (1964). The upshot is that an army medical officer suggests that a tiger could have bitten off the leg of a fellow officer in the night. To which all respond, “a tiger in Africa?!”. Of course tigers are indigenous to Asia but *not* Africa. Salazar was also to have attributed the indigenous opposition to Portuguese rule in Africa as “coming from Asia”. See also Felipe Ribeiro de MENESES, *Salazar: A Political Biography* (2016).

² Leonel COSME, *Agostinho Neto e o seu tempo* (2004).

could find in print in a serious bookstore, it seemed to me that the weight of the books was also designed as part of Mr Pacheco's argument. The two volumes in fact comprise digests of PIDE³ reports and Mr Pacheco's philosophical musings about politics, culture, psychology etc. There is barely anything of substance about the poet, physician, liberation leader and first president of Angola, Agostinho Neto, in nearly 1,500 pages.

As I said, I knew little about Dr Neto but I knew something about Angola and the US regime's war against the MPLA.⁴ I was also very familiar with the scholarship and research about US regime activities in Africa since 1945—both overt and covert. I also knew that dictators were not rare in Africa. However in the title of Mr Pacheco's book was the first time I had ever heard Dr Neto called a dictator. What struck me was that Dr Neto was president of Angola from the time of independence until his death in 1979—a total of four years. In contrast his successor remained president for almost 40 years. So my intuition told me if Agostinho Neto was a dictator he could not have been a very significant one. However I wanted to know what the basis of this charge was. Certainly he was not a dictator on the scale of his neighbour, Joseph Mobutu.⁵ I reasoned that Agostinho Neto was called a dictator for the same reason all heads of state are called “dictators” in the West—because he held office by virtue of processes not approved in London, Paris or Washington. In the jargon of the “West”—a euphemism for the post-WWII US Empire—anyone called a communist who becomes a head of state must be a dictator, since no one in their right mind could elect a communist and no communist would submit to an election.

However there was apparently more to this accusation than the allegation that Dr Neto must be a communist and therefore a dictator. Agostinho Neto had good relations with the Cuban “dictator” Fidel Castro and he enjoyed the

³ PIDE, *Polícia Internacional e de Defesa do Estado*, Salazar secret political police, also trained in part by the Nazi regime's *Geheime Staatspolizei* (Gestapo).

⁴ MPLA, *Movimento popular de libertação de Angola*: Popular Movement for the Liberation of Angola.

⁵ (Joseph) Mobutu Sese Seko, (1930-1997) dictator of Republic of the Congo (Zaire), today Democratic Republic of the Congo, aka Congo-Kinshasa to distinguish it from the French Congo / Congo Brazzaville, previously Congo Free State and Belgian Congo. Mobutu seized power in the wake of the overthrow and murder of Patrice Lumumba and ruled from 1965 until 1997. See Georges ZONGOLA-TALAJA, *The Congo from Leopold to Kabila* (2002).

support of the Soviet Union. When there still was a Soviet Union, anyone enjoying its support, no matter how minimal or ambivalent, could be considered at least a “potential dictator”. Then I read about a brief but serious incident in 1977, an attempted military coup against the Neto government on 27 May, led by Nito Alves and José Van Dunen. The coup was defeated and all sources agree there was a purge of the MPLA and many were arrested and killed. Writers like Mr Pacheco argue that Dr Neto directed a blood bath in which as many as 20-30,000 people died over the course of two years. There appears to be agreement that many people were arrested and killed but the exact figures vary.⁶

However I still wondered whether this incident and its apparent consequences were enough to justify calling Dr Agostinho Neto, dictator of Angola.

While researching for this paper, while searching for Agostinho Neto, I found many people who had an opinion about him but very few who actually knew anything about Neto, and often they knew very little about Angola.

First I would like to deal with the coup attempt and the aftermath because that is the most immediate justification for this epithet. I am unable to introduce any data that might decide the questions I feel must be raised, but that does not make them less relevant to an accurate appraisal of Dr Neto’s four years in office.

1. How, in the midst of a civil war, and military operations to defend the country, including the capital from a foreign invader—the Republic of South Africa—are the casualties and deaths to be distinguished between police actions and military actions? What reasonably objective apparatus existed to produce the statistics upon which the count could be based?
2. What was the specific chain of command and operational structure in place to direct the purge on the scale alleged by Dr Neto’s detractors? What was the composition of the forces operating under government

⁶ Alberto Oliveira PINTO, *História de Angola* (2015); Adrien Fontaellaz, *War of Intervention in Angola* (2019).

direction during this period? What was the composition of the command at local level?

Without claiming to answer these questions—they would have to be answered by research in Angola—there are some points that make the bald assertions of those like Mr Pacheco, who claim Dr Neto is responsible for the violent aftermath, for the thousands of victims, far from proven.

Casualty reporting during war is highly unreliable even in sophisticated military bureaucracies like those of the US or Britain. There were rarely bodies to count after saturation bombing or days of artillery barrage. To add a sense of proportion, Sir Douglas Haig, commanding the British Expeditionary Force at the Somme during World War I, ordered the slaughter of nearly 20,000 British soldiers in *one day* with total casualties of some 50,000—the excuse for this was war.⁷ One's own casualties are usually a source of embarrassment. But in Angola, like in other African countries, the presence of a stable and professional bureaucracy capable of generating any kind of statistics was certainly sparse. Whether those statistics can be deemed objective is another issue.

The absence of written orders or minutes is not by itself proof that no orders were given. In fact as has been established in the research on the whole sphere of covert action, written orders can be issued “for the file” while operational orders are transmitted—deniably—by word of mouth.⁸ Then the question has to be answered in reverse: how did the actual enforcement officers receive their instructions and from whom? Here it is particularly important to note that the MPLA could not have replaced all police and other security force rank and file with personnel whose loyalty to the new Angolan government was certain. This means that many police or other security personnel had been performing under orders of the New State officers until

⁷ Jacques R. PAUWELS, *The Great Class War 1914-1918* (2018).

⁸ Ludo DE WITTE, *The Assassination of Lumumba* (2001) originally *De Moord op Lumumba* (1999). The Belgian foreign minister during the “Congo Crisis” wrote several memoranda in which the government's position was that no harm should come to Patrice Lumumba while the Belgian secret services were actively plotting his kidnapping and assassination. Historical research generally privileges documents and they survive eye-witnesses.

independence and were still on duty.⁹ The actual relationships these personnel had to the people in the districts where they were deployed would have been known, if not notorious. It is not unreasonable to infer that a general purge would give opportunities to people at all levels to solve “problems” arising from the fall of the Portuguese regime.

Then there is one other factor—a question raised by the fact that Mr Pacheco’s book relies almost entirely on PIDE reports about the MPLA. One can in fact read in several accounts of the independence struggle that the MPLA was thoroughly infiltrated by PIDE operatives. So do we know if the orders which rank and file personnel took were issued by bona fide MPLA cadre acting on instructions from the president or issued by PIDE operatives within the MPLA command structure? In fact it is a highly practiced routine of covert operations, also by the PIDE during the independence war, to appear and act as if they were the MPLA while committing acts intended to discredit it.¹⁰ While it is true that the Salazar / Caetano regime had collapsed the people who had maintained the regime—especially in covert operations—did not simply disappear. Moreover, the world’s premier covert action agency, the CIA, was an active supporter of all MPLA opposition and certainly of factions within the MPLA itself. We know about *IA Feature* because of the revelations of its operational manager, John Stockwell.¹¹ We also know that the PIDE and the CIA worked together and we know that the US ambassador to Portugal during the period (1975 to 1979) was a senior CIA officer.¹² We also know many details about the various ways in which

⁹ *Estado Novo*, the term used to designate the Portuguese regime under the dictatorial president of the council of ministers (prime minister) António Oliveira Salazar from 1932 until 1968 and then under Marcelo Caetano until April 1974.

¹⁰ This is also discussed in Fernando Cavaleiro ÂNGELO, *Os Flêchas: A Tropa Secreta da PIDE / DGS na Guerra de Angola 1969-1974* (2016) history of the PIDE’s Angolan counter-insurgency force. Since the concept and organisation of the Flêchas bears considerable resemblance to the PRU formed by the CIA in Vietnam under the Phoenix Program, it would not be surprising if CIA cooperation with the PIDE extended to “Phoenix” advice (see Valentine, 1990 p. 159 et seq.).

¹¹ John STOCKWELL, *In Search of Enemies* (1978). Stockwell had left the agency before the extensive covert support for UNITA was enhanced under Ronald Reagan, despite the Clark Amendment. However, Stockwell noted that when he had returned from Vietnam duty and before getting the paramilitary assignment for *IA Feature*, he noticed that the busiest desk at headquarters was the Portugal desk.

¹² Frank Carlucci (1930-2018), US ambassador to Portugal (1975-1978), Deputy Director of the CIA (1978-1981).

covert operations were run then.¹³ What we do not know is the extent to which it may have been involved in the coup against Dr Neto. But there is room for educated guessing.

I do not believe it is possible to reconstruct the events of the purge with evidence that can provide reasonable assurance of what responsibility Agostinho Neto bears for the deaths and casualties attributed to that period—beyond the vague responsibility which any head of state may have for actions of the government apparatus over which he presides. There are however grounds for a reasonable doubt—for a verdict at least of “not proven”.

Which brings me to my second argument: from what perspective should the brief term of Agostinho Neto as president of the Angola be examined.

First of all we must recognise that Angola prior to 1975 was a criminal enterprise.

It began with the Atlantic slave trade, which really only ended in the 1880s (although slavery did not end). Then, like in all other colonies created by Europeans, a kind of licensed banditry was practiced, euphemistically called “trade”. By the end of the 19th century most of this organised crime was controlled by cartels organised in Europe and North America.¹⁴

Why do I call this organised crime and not commerce? First of all if one uses force to compel a transaction, e.g. a gun to make someone give you something, this is generally considered a crime and in Europe and North America usually subject to punishment as such. To travel to a foreign land with a gun and compel transactions, or induce them using drugs or other fraudulent means, does not change the criminal character—only the punitive consequences.

Angola’s economy was based on stolen land, forced labour, unequal / fraudulent trading conditions, and armed force, the colour of law notwithstanding. Neither Portuguese law (nor that of any other European state) would have permitted inhabitants of Angola to come to Portugal kidnap its

¹³ Philip AGEE, *CIA Diary* and Douglas Valentine, *The Phoenix Program* (1990) and *The CIA as Organized Crime* (2017). Douglas Valentine uses the terms “stated policy” and “unstated policy” to show the importance of overt and covert language in the conduct of political and psychological warfare.

¹⁴ See Eric WILLIAMS, *Capitalism and Slavery* (1944) and Walter RODNEY, *How Europe Underdeveloped Africa* (1982).

youth or force its inhabitants to accept the same conditions to which all African colonies and “protectorates” were submitted.

In other words, Agostinho Neto was the first president of an Angolan state. He, together with his supporters in the MPLA, created a republic out of what was essentially a gangster economy protected by the Portuguese dictatorship in Lisbon. Does this mean that all European inhabitants of Angola were gangsters? Certainly it does not. However it can be argued that many Europeans or children of Europeans who were born in Angola recognised this when they began to demand independence, too. Some demanded independence to run their own gangs free of interference from abroad and some certainly wanted an end to gangsterism and the establishment of a government for the benefit of the inhabitants.

The performance of Dr Neto as president of Angola has to be measured by the challenges of creating a beneficial government from a system of organised crime and defending this effort against foreign and domestic armies supported by foreigners, specifically the agents of the gangsters who had been running the country until then.

But stepping back from the conditions of Angola and its plunder by cartels under protection of the New State, it is necessary to see Dr Neto’s struggle and the struggle for independence in Angola within the greater context of African independence. Like Nkrumah, Lumumba, Toure, Nasser, Qaddafi, Kenyatta, Nyerere and Cabral, what I would call the African liberation generation, Neto was convinced that Angola could not be independent without the independence of all Africa.¹⁵ In other words, he was aware that the independence from Portugal was necessarily only partial independence. Like the

¹⁵ Ghana, Congo-Kinshasa, Guinea-Conakry, Egypt, Libya, Kenya, Tanzania and Guinea Bissau, Mozambique: Nkrumah was overthrown by a military coup and forced into exile. Lumumba was deposed and murdered by a Belgian managed corporate conspiracy with US / UN support. Cabral was assassinated. Both Mondlane and Machel were murdered. Years later Qaddafi would be overthrown after massive armed attacks, tortured and murdered by US agents. The general attitude rejecting “race” and “racialism” can be found in the speeches and writings of these leaders, esp. those delivered on the occasion of independence. See also CLR JAMES, *Nkrumah and the Ghana Revolution* (1977) and *A History of Negro Revolt* (1985). See also Jean-Paul SARTRE, *Kolonialismus und Neokolonialismus* (1968) in particular “Der Kolonialismus ist ein System” and “Das politische Denken Patrice Lumumbas”, originally published in *Situations V Colonialisme et Neokolonialisme*.

others of this generation Neto rejected race as a basis for African independence.

The position of African liberation leaders who rigorously rejected racialised politics has often been criticised, even mocked as naïve. It has often been pointed out—accurately—that the African states were created by Europeans and hence the ethnic conflicts that have laid waste to African development are proof that these liberation leaders were wrong: that either Africa could not transcend “tribalism” or that the states created could not manage the inherited territories in a modern way.

On the contrary, the African liberation generation was well aware of the problems inherited from European gangster regimes. Moreover they understood quite well that race was created by Europeans to control them, that there was no “white man” in Africa before the European coloniser created him. The “white man” was an invention of the late 17th century. First it was a legal construct—the granting of privileges to Europeans in the colonies to distinguish and separate them from African slave labourers. Then it was elaborated into an ideology, an Enlightenment ideology—white supremacy. By uniting the colonisers, who in their respective homelands had spent the previous thirty odd years slaughtering each other for reasons of religion, ethnicity, language, and greed, the Enlightenment ideals of ethnic and religious tolerance or even liberty bound Europeans together against slave majorities. By endowing these European servants with the pedigree of “whiteness” the owners of the plantation islands could prevent them from siding with other servants—the Africans—and overthrowing the gangsters and their Caribbean drug industry. The white “identity” was fabricated to prevent class alliances against the new capitalists.¹⁶

It is not clear if the African liberation generation understood the impact of African slavery in North America. Many post-war liberation leaders have admired the US and seen in it a model for independence from colonialism. Perhaps this is because in the preparations for entering WWI, the US regime undertook a massive propaganda campaign of unparalleled success in which the history of the US was virtually re-written—or better said invented. There are numerous stories about photographs being changed in the Soviet Union

¹⁶ For a thorough elaboration of this see Gerald HORNE, *The Counter-Revolution of 1776* (2014) and *The Apocalypse of Settler Colonialism* (2018).

under Stalin to remove people who had fallen from favour or been executed. There is relatively little attention devoted to the impact of the Creel Committee, a group of US advertising executives commissioned by President Woodrow Wilson to write the history people now know as “the American Dream” and to sell it throughout the world.¹⁷ This story turns a planter-mercantile slaveholder state into an “imperfect democracy” based on fine Enlightenment principles of human liberty. In fact the contemporaries of the American UDI saw the actions in Philadelphia and the insurgency that followed in the same terms that people in the 1970s saw Ian Smith and his Rhodesian National Front. It is very clear from the record that the US regime established by the richest colonials in North America was initiated to avert Britain’s abolition of slavery in its colonies. It was not an accident that African slaves and Native Americans were omitted from the protections of the new charter. On the contrary the new charter was intended to preserve their exclusion.

Which brings me to my concluding argument. I believe there are two widely misused terms in the history of the post-WWII era, especially in the histories of the national liberation struggles and so-called Third World: “Cold War” and “anti-communism”. Since the end of the Soviet Union it is even very rare that these terms are explained. The reintroduction of the term “Cold War” to designate US regime policies toward Russia is anachronistic and misleading.

To understand this we have to return to 1945. In San Francisco, California, shortly before the end of formal hostilities representatives of the Allies met and adopted what would be called the Charter of the United Nations. Among the provisions of this charter were some ideas retained from the League of Nations Covenant (which the US never ratified) and some new ideas about the future of what were called non-self-governing territories (i.e. colonies, protectorates etc.) The principle of self-determination, a legacy of the League used to carve up Austria-Hungary, Germany and the Ottoman Empire, was to be extended to all empires. After the propaganda war by which colonial troops (natives) were deployed in masses against Germany, Italy and Japan, to defend freedom and independence, it became clear that the exhausted and even more heavily indebted European colonial powers

¹⁷ George CREEL, *How We Advertised America* (1920) also discussed in Stuart EWEN, *PR: A Social History of Spin* (1996).

could not return to the *status quo ante*. Britain was incapable of controlling India and with the independence of India it would become increasingly difficult to justify or sustain rule of the rest of the empire. The Commonwealth idea basically kept the “white” dominions loyal.¹⁸ But how were the “non-whites” to be kept in line? The US regime made it clear that there would be no support for European empires of the pre-war type. So the stated policy of the Charter was that independence was inevitable—meaning that all those who wanted it had a license to get it.

At the same time however an *unstated* policy was being formulated—penned largely by George Kennan—that would form the basis for the expansion of the US Empire in the wake of European surrender. That unstated policy, summarised in the US National Security Council document—NSC 68—was based on some fundamental conclusions by the regime’s policy elite that reveal the essential problem with which all liberation movements and new independent states would be faced but could not debate. NSC 68 was promulgated in 1947 but remained secret until about 1978.

Kennan who had worked in the US mission to the Soviet Union reported confidentially that the Soviet Union, although it had won the war against Germany, was totally exhausted and would be incapable of doing anything besides rebuilding domestically, at least for another 20 years! In another assessment he pointed out that the US economy had only recovered by virtue of the enormous tax expenditure for weapons and waging WWII. It would be devastating to the US economy—in short, a massive depression would return—if the war industry did not continue to receive the same level of funding (and profit rates) it received during the war.

Furthermore, it was very clear that the US economy consumed about 60 per cent of the world’s resources for only 20 per cent of the population. Kennan argued the obvious, that this condition could not continue without the use of force by the US regime.

Although the US appears as (and certainly is) a violent society in love with its military, in fact foreign wars have never enjoyed great popularity. It

¹⁸ “Dominion” status was granted under the *Statute of Westminster 1931* to the “white colonies”: Canada, Irish Free State, Australia, New Zealand and South Africa. This gave these colonies so-called responsible government based on local franchise, largely eliminating the jurisdiction of the British parliament in London.

has always been necessary for the US regime to apply extreme measures—marketing—to generate support for wars abroad. The war in Korea was initially just a continuation of US Asia-Pacific expansion (aka Manifest Destiny).¹⁹ When US forces were virtually kicked off the Korean peninsula, the machinery that had sold WWII to the masses was put in motion and the elite's hatred of the Soviet Union was relit in what became known as the McCarthy purges. The McCarthy purges were necessary to turn the Soviet Union—an ally against Hitler—into an enemy even worse than Hitler (who in fact never was an enemy of the US elite, some of whom counted the *Führer* as a personal friend²⁰). It was at this point that anti-communism became part of the arsenal for the unstated policy of the US regime. Anti-communism was enhanced as a term applicable to any kind of disloyalty—meaning failure to support the US regime in Korea or elsewhere. It also became the justification for what appeared to be contradictions between US *stated* anti-colonial policy and its *unstated* neo-colonialism.

The term “Cold War” has been attributed to US banker and diplomat Bernard Baruch and propagandist Walter Lippman. It has become accepted as the historical framework for the period from 1945 until 1989. However this is history as propaganda. The facts are that as George Kennan and other high officials knew in 1947, the Soviet Union posed absolutely no threat to the US. On the contrary the secret (unstated) policy of the US—declassified in the 1990s—was to manufacture enough atomic weaponry to attack the Soviet Union twice. Generals like MacArthur and Le May were not extremists, they simply discussed US strategy openly.²¹ The point of the “Cold

¹⁹ US war against Korea, combined with a Korean civil war, began in June 1950. A cease-fire was agreed on 27 July 1953. However the war has not officially ended and the US regime maintains at least 23,000 personnel in the country—not counting other force projection (e.g. regular manoeuvres, atomic weapons and naval power, etc.).

²⁰ Prescott Bush, father / grandfather of two US Presidents Bush, was nearly prosecuted for “trading with the enemy” due to his dealings with the Nazi regime. Henry Ford had even been awarded a decoration by the regime. These were the most notorious cases in the US. There were many other forms of less visible support to the Hitler regime from US corporations before, during and after the war. The fact is that the US did not declare war against Hitler's Germany. Hitler declared war on the US in the vain hope of bringing Japan into the war against the Soviet Union. See Jacques R. PAUWELS, *The Myth of the Good War* (2002). The US war against Japan was a continuation of its standing objectives for expansion into China—see also CUMMINGS (2009).

²¹ This argument has been made and documented in the work of Bruce CUMMINGS, *The Origins of the Korean War* (1981, 1990) and *Dominion from Sea to Sea* (2009).

War” was to create a vision, which would explain the non-existent Soviet threat as a cover for the unstated policy of US imperial expansion—against national liberation movements—while officially supporting national liberation.

Together with anti-communism, the Cold War was a propaganda / marketing strategy for undermining what every member of the African liberation generation knew intuitively, that the liberation of Africa depends not only on the liberation of every African country on the continent but on the liberation of the African diaspora. Anti-communism and the Cold War myth successfully isolated African-Americans and Afro-Caribbeans from the international struggles for liberation and human dignity and an end to racist regimes.²² In that sense anti-communism is a direct descendant of white supremacy and served the same purpose. It is particularly telling that Malcolm X, who had matured in a sectarian version of black consciousness—the Nation of Islam—was assassinated after he returned from Mecca and an extensive tour of Africa and began to argue not only that African-Americans must demand civil rights, but that they must demand human rights and that these are ultimately achieved when humans everywhere are liberated.²³ Malcolm was murdered not just for opposing white supremacy but also for being an internationalist.

If we look at the fate of the African liberation generation we will find that those who were committed internationalists and non-racialists were also socialists and did not confuse possessive individualism with human liberty. We will also find that all the leaders of newly independent African states who were most vilified, deposed or murdered were those who did not surrender those ideals or the practices needed to attain them. They were not Enlightenment leaders building on European hypocrisy. They were Romantic revolutionaries who knew that there was no salvation—only honest struggle for liberation.²⁴ I believe that Agostinho Neto was one of those Romantic revolutionaries. And the honest struggle is not over.

²² Gerald HORNE, *White Supremacy Confronted* (2019).

²³ Also formulated very clearly in his Oxford Union speech, 3 December 1964. Malcolm X was assassinated on 21 February 1965.

²⁴ For an elaboration of the term “Romantic revolutionaries” see the work of Morse PECKHAM, especially a collection of essays, *Romantic Revolutionaries* (1970).

O RITMO NA POESIA DE AGOSTINHO NETO

Francisco Soares
CITCEM

Decidi falar aqui sobre o ritmo na poesia de Agostinho Neto. Parece-me que é uma vertente fundamental dessa poesia e que tem sido ignorada, ou relegada para segundo plano.

O estudo do ritmo na lírica de Agostinho Neto revela, para além da importância do efeito que provoca no leitor, um poeta muito consciente da sua arte – que, portanto, não compôs apenas por intuição musical ou por imperativo político, mas também com preocupações artísticas próprias, articuladas às outras vertentes.

Vou me concentrar, principalmente, no poema “Fogo e Ritmo”, um título conhecido por todos. Antes, porém, gostaria que víssemos outra composição, também conhecida, “Caminho do mato”. Os poemas de que falarei podem ser lidos no sítio da Fundação Dr. Agostinho Neto em rede e convém lê-los antes de prosseguir neste ensaio.¹

“Caminho do mato” foge às soluções rítmicas mais comuns na lírica do poeta porque está modelado pelas canções tradicionais da oratura angolana. Isso nota-se, desde logo, pelo paralelismo estruturante, característico das nossas oraturas em geral e de muitas outras, oraturas e escrituras, das mais diversas paragens. Encontrámo-lo, por exemplo, na lírica medieval portuguesa e peninsular (Península Ibérica), tanto quanto nos versos da corte *nahuatl* no México (BRINTON, 2019).

Esta estrutura paralelística aponta geralmente para um modelo rítmico de fraca variação, ou de variação suave. A tendência para a repetição revela-se

¹ <https://www.agostinhoneto.org/>

ao mesmo tempo ao nível da sintaxe, do léxico, das soluções estróficas, da métrica, das cesuras. Em grande parte, ela sugere a emoção contida, pausada, melancólica, obsessiva também, que não é a mais comum das escolhas poéticas do autor.

Não sendo característico também, o recurso à marcação gráfica do ritmo tem, no entanto, a vantagem de sinalizar para o cantor (visto que, no sistema oral, o poema seria cantado) e para o leitor a exata medida musical do coro, reduzido a uma vogal que se alonga. A preocupação demonstra a consciência de um autor preocupado com a *performance* do poema. Atente-se no 4.º verso:

Óóó – oh.

Três sílabas, com acento, uma pausa (indicada pelo hífen) e mais uma sílaba, que não tem acento, mas tem a letra [h] a seguir ao [o], indicando intensidade e acento.

Esse refrão serve também de contraponto, podendo os outros versos ver-se como solo, voz individual. No fim, por evidentes ligações ao conteúdo, à estória que se conta, o coro retira-se e o refrão desaparece, ficando a estrofe só com três versos.

Passando, agora, ao poema “Fogo e ritmo”.

Temos, aí, dois tipos de estrofe, basicamente. O primeiro (estrofes 1, 2 e 4) com maior número de versos, alternando longos e curtos; o segundo marca o ritmo graficamente para isolar palavras (caso da terceira estrofe) ou uma frase (caso da última), tornando as suas estrofes voco-visuais.

Temos aí, também, uma estrutura interseccionista, característica do modernismo e de algumas vanguardas posteriores. Observe-se a primeira estrofe. Dá-se uma primeira sugestão visual e sonora: “sons de grilhetas nas estradas”. Sem que haja uma articulação definida, explícita, ao nível sintático (ou qualquer outro), são-nos oferecidas, em seguida, mais duas imagens, cumulativas sem dúvida, sonoras e visuais também:

Cantos de pássaros
Sob² a verdura húmida das florestas

² Porquê *sob*? Devia ser *sobre*...

Frescura na sinfonia adocidada
Dos coqueirais

As imagens sucedem-se, portanto, como fragmentos, estilhaços de paisagem atirados para o interlocutor em série, catadupa. Jogadas assim de chofre parece que são próprias de um poeta casual, despreparado, que nem teve o cuidado de as ligar. Mas é claro que a sequência não tem nada de casual e o que por agora me interessa reter (sendo o sentido da sequência fácil de perceber) é a montagem, a linha de montagem das imagens, sobrepostas simplesmente, saindo em série, sem aparente ligação. São pedaços de uma paisagem de conotações opostas que se jogam para a percepção do recetor uns pelo meio dos outros, ou simplesmente uns a seguir aos outros, com mudanças bruscas, como a que se segue a essas duas imagens e que podia ser outra estrofe já:

Fogo
Fogo no capim
Fogo sobre o quente das chapas do Cayatte

Convenhamos: nada adocicado. Nem verde. Mas vamos ao que importa. Nesta sucessão, tão brusca é a mudança que ela parece formar uma sequência (uma estrofe) própria. Reparando no conteúdo, ela se liga ao primeiro verso e, juntos, formam uma unidade semântica muito coesa:

Sons de grilhetas nas estradas
Fogo
Fogo no capim
Fogo sobre o quente das chapas do Cayatte

O que fica entre o primeiro e os três últimos versos é a descrição-*pastiche* (ainda não paródia) característica do exotismo colonial, já denunciado por Geraldo Bessa Victor em “Adeus, irmão branco” (VICTOR, 2001: 270-271).

Mas há também traços artísticos a observar. A sonoridade nos três últimos versos é diversa da dos anteriores. Os sons dominantes e recorrentes diferem. A métrica e o ritmo radicalizam o jogo de cortes versiculares. Essa radicalização é típica da poesia de Neto e serve, como o corte versicular entre

os poetas nacionalistas, o propósito de nos concentrar em palavras ou metáforas que são chaves ou mães para desdobrar o sentido político do poema.

O sentido do ritmo na estrofe alarga-se também à sucessão das sugestões visuais, acelerada nos três últimos versos. Em todos eles, porém, parece reger-se a sintaxe das imagens por um princípio simples (e não menos importante): uma sugestão genérica inicial e as suas especificações, outra sugestão genérica inicial e suas especificações.

Assim, por exemplo, temos a primeira sugestão genérica: “sons” (imagens auditivas, portanto), que se desdobra no das grilhetas nas estradas, nos cantos de pássaros, na sinfonia adocicada; em seguida a segunda sugestão genérica e genésica: “fogo”, que se desdobra em “fogo no capim” (que alastra vertiginosamente, com ritmo sonovisual assustador) e nas “chapas do Cayatte”. Passamos à segunda estrofe e a metáfora-mãe reforça o aspeto visual: “caminhos largos”, que se desdobram em três imagens sucedâneas. Ao saltarmos para a quarta estrofe temos o ritmo, em anáfora ao longo de toda a estrofe, sintetizando as sugestões imagéticas anteriores e coroado com o verso final, isolado pela apresentação gráfica. Se atentarmos à progressão, percebemos a estruturação do conjunto: sons, fogo, caminhos, ritmo – “Ó vozes dolorosas de África!”

O processo está consubstanciado na passagem das duas primeiras para a quarta estrofe. Uma sucessão de sugestões audiovisuais a partir da ideia de fogo e de cultura local, que se sintetiza em “ritmo” – demonstrando que, para o poeta, essa é uma chave de composição. Também no conjunto resulta a visão de uma poesia que se pensou, que se organizou, se ordenou, orquestrando-se a partir da noção de ritmo, tomada nas suas várias manifestações (gráfica, visual e sonora). De onde concluirmos pela consciência artística do autor, que não escreve só por inspiração, mas antes por uma espécie de dedução poética, de raciocínio dedutivo ao mesmo tempo que literário e analógico, elegendo um lema, um ponto nevrálgico, irradiante, central, o ritmo. Isso me leva a suspeitar de que o ritmo, também na poesia e na consciência poética de Agostinho Neto, se concebe como um todo englobante, que estrutura as diversas vertentes ou componentes do poema. Não seria, portanto, justo estudarmos a sua lírica ignorando o ritmo para nos concentrarmos exclusivamente na mensagem partidária – de resto evidente.

Façamos em conjunto uma análise mais detalhada e comecemos por essa estrofe que chama logo a nossa atenção porque se apresenta com ritmo sono-

ro, mas também visual, imediatamente sentido por versos e manchas gráficas escassos, ou seja, concentrados em poucos itens. É o momento culminante da concentração artística do poema – não da emotiva, essa (que se acelera aqui) está em chave de ouro. Fixa-se uma intencional progressão visual, sonora, gráfica, semântica, substituindo-se a sintaxe pela paralaxe e jogando-se uma interseção de imagens atiradas de chofre sobre o leitor – como, na oralidade, atiradas pela voz para os ouvidos dos interlocutores, algo semelhante ao que se faz com palavras de ordem nos comícios.

Ao vermos com mais imaginação, percebemos também que essa progressão se torna circular, pois a estrofe pode ser lida a partir de baixo (“ritmo”) para cima, obtendo-se o mesmo resultado estético e a mesma sugestão semântica, só com uma ligeira diferença de posicionamento: na leitura habitual (de cima para baixo) o “ritmo” é a síntese; na leitura invertida (de baixo para cima) o “ritmo” é a gênese.

Esta circularidade, não digo que resulte de uma influência particular, mas ela articula-se perfeitamente, quer com vanguardas modernistas e experimentações concretistas, quer com os provérbios-imagem sona, da região leste – uma das frentes da guerrilha do MPLA – e que veiculam, do mesmo passo, conceitos matemáticos e geométricos complexos. Esse tipo de escrita circular, aliás, com ou sem conceitos matemáticos complexos, podemos ir buscá-lo à história cultural em território hoje angolano desde as pinturas rupestres do Tchitundu-hulu (WILLCOX, 1984) até à pintura de quadros de Viteix (OYEBADE, 2016: 44), com uma imagem central (às vezes multimodal, ambivalente) e faixas, ou simples imagens, em torno contando ou sugerindo narrativas contextuais; em literatura também a notamos, em particular na lírica de Arlindo Barbeitos, acumulando provérbios e adivinhas tradicionais numa montagem, ora circular, ora espiral. A estrofe em causa é passível de geometrização semelhante à dos provérbios-mitos sona desenhados no chão, tanto quanto os poemas de Barbeitos ou as pinturas acima referidas.

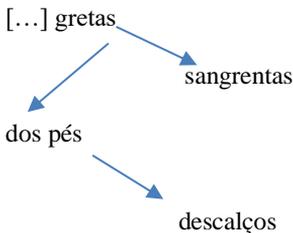
Olhemos agora com mais atenção a estrofe seguinte, em que a palavra “ritmo” dá suporte a uma anáfora englobante. Ele é o mote, o motor da estrofe e do poema, sintetizando ou simplesmente juntando, encaixando, as imagens distribuídas pelas outras estrofes. O que nos dá, simultaneamente, condições para deduzirmos o conceito de ritmo em Agostinho Neto.

Já vimos, na estrofe anterior, que ele desenvolve sugestões visuais, gráficas e sonoras ritmadas, construindo, portanto, um ritmo gráfico, outro visual,

outro sonoro e outro, ainda, semântico. Na estrofe de que falo agora, o poeta liga o seu motor estruturante (o ritmo), explicitamente, à “luz”, à “cor” (uma progressão lógica: sem luz não há cor), ao “som” (o conotador habitual do conceito motriz), ao “movimento” (palavra ambígua, que tanto assinala a condição básica do ritmo quanto evoca processos políticos e sociais), à opressão (pelo trabalho forçado e pela tortura). Se dúvidas houvesse, esta estrofe mostra claramente qual o conceito englobante, aglutinador e, não só: para nós, críticos literários, mostra-nos que o conceito de ritmo em Agostinho Neto é holístico, manifesta-se estruturando as vertentes todas de um poema.

Se é justo e ajustado analisarmos um poema à luz, também, da concepção de poesia do seu autor, então não podemos estudar a poesia de Agostinho Neto ignorando esse conceito englobante, estruturante e omnipresente até no próprio processo histórico, determinando-o também. Temos que levar em conta as sequências visuais, sonoras e gráficas, a progressão sintática e paratática das imagens e das conotações políticas e ver, a partir daí, como o poema se formou e se re-forma em nossa recepção.

Veremos então mais do que temos sido habituados a olhar. Por exemplo que a semântica do poema também alterna entre unidades curtas, expressas por palavras-conceitos básicas (som, cor, luz, fogo, movimento), aglutinadas em parataxe, por justaposições, alternando com frases (portanto extensões, em sintaxe, com coordenações ou subordinações) que alongam e tornam preciso o campo semântico, descrito e não somente sugerido. Formam, por isso, parte com o ritmo versicular, alternando entre versos curtos (curtísimos) e versos longos, versos dissílabos e outros com períodos longos estruturados em árvore na segmentação e concreção da imagem, ou da sugestão visual:



Para compreendermos e estudarmos a poesia lírica de Agostinho Neto precisamos, igualmente, recorrer ao conhecimento dos procedimentos característicos dos modernismos e do concretismo, como o da figuração gráfica do ritmo. Simultaneamente, veremos que tais procedimentos se articulam com naturalidade a outros oriundos de tradições que circularam e se reproduzem hoje ainda no território angolano, incorporadas ou não por movimentos artísticos de vanguarda. Se compararmos com as leituras habituais dos seus poemas, percebemos que há um trabalho profundo a fazer até reaproximarmos a receção dos poemas da sua total estruturação poética.

Fica lançado o desafio.

Obras citadas

- BRINTON, Daniel Garrison (2019). *Ancient nahuatl poetry*. Frankfurt am Main: Outlook Verlag, 3 vols.
- OYEBADE, Adebayo (2016). “Angola”. In FALOLA, Toyin; DANIEL, Jean-Jacques, coord. *Africa: An Encyclopedia of Culture and Society*. Santa Barbara: ABC-CLIO, vol. I, pp. 24-48.
- VICTOR, Geraldo Bessa (2001). *Obra poética*. Lisboa: IN-CM.
- WILLCOX, A. R. (1984). *The Rock Art of Africa*. Londres: Croom Helm.

A PRIMEIRA EDIÇÃO ESTRANGEIRA

DA POESIA DE AGOSTINHO NETO

Francisco Topa

Universidade do Porto / CITCEM

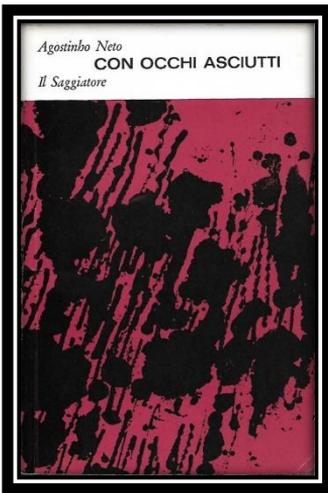
Introdução

É bem sabido que a primeira edição em livro da poesia de Agostinho Neto não veio a público nem em Angola nem em Portugal, mas num país que, à primeira vista, nos pode parecer improvável: Itália. Intitulada *Con occhi asciutti*, saiu em Milão, pela editora Il Saggiatore (de Alberto Mondadori), em fevereiro de 1963, com tradução e edição de Joyce Lussu e uma nota preliminar, não assinada, do escritor e crítico Giacomo Debenedetti.

Como é compreensível, este volume mereceu alguma atenção, sobretudo em anos mais recentes, de investigadores italianos, como Mariagrazia Russo (2003), Simone Celani (2003) e Claudia Capancioni (2012). Mas tem faltado, por parte dos angolanos e, sobretudo, dos portugueses, o reconhecimento de um trabalho que foi muito além da tradução e que, além disso, merece ser considerado como objeto de estudo. De facto, Joyce Lussu (1912-1998) – cujo nome de batismo era Gioconda Beatrice Salvadori Paleotti – fez muito mais que traduzir (e editar) Agostinho Neto: dominando bem a língua portuguesa (e uma série de outras), desde uma estadia em Lisboa em 1941-1942¹

¹ Cf. RUSSO, 2020: 62: “E nell’intermezzo tra il 1941 e il 1942, la residenza a Lisbona dei coniugi Lussu sotto il falso nome di Laskowski, polacchi di razza ariana, l’iscrizione ai corsi di filologia della Faculdade de Letras di Lisbona (...) dove impara il portoghese, una delle lingue delle lotte anticolonialiste degli anni a venire e strumento decisivo per il lavoro di traduzione e divulgazione delle culture africane in lotta e della letteratura portoghese anti-salazarista.” [E no intervalo entre 1941 e 1942, a residência em Lisboa do casal Lussu sob o nome falso de Laskowski, polacos de raça ariana, a matrícula nos cursos de

no âmbito das suas atividades ao serviço da resistência italiana, viria a traduzir e a editar, depois de Neto, *Cantico a un dio di catrame*, de José Craveirinha (1966) e, no mesmo ano, *Portogallo, mio rimorso*, de Alexandre O'Neill. Um ano depois, em *Tradurre Poesia* (LUSSU, 1967), incluiu na segunda parte do volume alguns poemas desses três autores, juntamente com composições dos moçambicanos Marcelino dos Santos, Virgílio de Lemos e Rui Nogar (todos com dois textos), a que juntou ainda quatro escritos de Kaoberdiano Dambará (pseudónimo do cabo-verdiano Felisberto Vieira Lopes).



Capa da edição de 1963

Além disso, que foi imenso – sobretudo se formos capazes de colocar as coisas em perspetiva e de atendermos ao contexto histórico –, Joyce Lussu envolveu-se ativamente, em Itália e em muitos outros espaços, nas lutas antifascistas e anticolonialistas, como antes fizera parte da resistência no âmbito do movimento “Giustizia e Libertà”. Ela, que tinha vivido alguns anos em África na primeira metade da década de 30 e que voltará ao continente várias vezes a partir dos anos 60, foi aliás uma das fundadoras, com a fotógrafa e jornalista Augusta Conchiglia, do ARMAL (Associazione per i Rapporti con

filologia da Faculdade de Letras de Lisboa (...) onde aprendeu o português, uma das línguas das lutas anticoloniais dos próximos anos e um instrumento decisivo para o trabalho de tradução e divulgação das culturas africanas em luta e da literatura portuguesa antissalazarista. (Tradução minha, neste e nos casos seguintes)]

i Movimenti Africani di Liberazione)². Paralelamente envolveu-se de modo empenhado numa série de atividades de intervenção político-cultural em defesa da liberdade.

Não insistirei neste ponto, na medida em que se trata de matéria conhecida, ainda que desvalorizada e esquecida, pelo menos em Portugal.³ Também não aprofundarei outros aspetos já razoavelmente trabalhados, como as relações de Lussu com Neto ou o seu particular conceito de tradução, que Simone Celani designou como “instintivo” e com erros (2003: 55), mas que mereceu o reconhecimento de Claudia Capancioni:

It [the article] celebrates her original translating methodology as unorthodox but significant. More importantly, it establishes Lussu as a translator of success, who claims the beauty of future possibilities built on linguistic bridges reaching unknown horizons; who succeeds in passing on difference in its multiplicity and polyphony through poetry by focusing on the collaborative dialogism between poet and translator. She introduced political and historical discourses addressing multilingual and multicultural concepts of identity which cannot be limited by politics, as well as the urgent need for people to be actively citizens of a postcolonial, global world. This is Lussu’s enduring contribution into the twenty-first century and most significantly to Translation Studies. (CAPANCIONI, 2012: 257)

Mais recentemente, também Vincenzo Russo (2020: 73) se pronunciou no mesmo sentido:

L’eredità che il lavoro di traduttrice-mediatrice di poeti africani di lingua portoghese, condotto negli anni ’60 da Joyce Lussu, ancora oggi ci interroga criticamente non solo in termini di restituzione traduttiva (linguistica, estetica, filologica) ma soprattutto da una prospettiva politica o usando l’espressione della stessa Lussu, *eticopolitico poetica*. In altre parole, se come è stato notato, le sue traduzioni italiane della poesia africana presentano una stratificata complessità, esse vanno tuttavia inserite in un contesto in cui tradurre poesia eccede l’esercizio teorico testuale (sulle complicazioni grammaticali e sintattiche di una lingua) per trasformarsi in “sforzo per comprenderla, quasi riviverla”.⁴

² Associação para as Relações com os Movimentos Africanos de Libertação.

³ Observe-se, a título de exemplo, que o único livro de Joyce Lussu existente na Biblioteca Nacional de Portugal é a edição e tradução que ela preparou da poesia de José Craveirinha, *Cantico a un dio di catrame*.

⁴ O legado do trabalho de tradutora-mediadora de poetas africanos de língua portuguesa, realizado na década de 1960 por Joyce Lussu, ainda hoje nos questiona criticamente, não só em termos de restituição tradutória (linguística, estética, filológica), mas sobretudo numa perspetiva política ou, usando a expressão da própria Lussu, ético-político-poética.

1. A edição

Centrarei antes o meu estudo no facto de o livro de 1963 ser uma edição bilingue, ou, como dizem os italianos, com “testo a fronte”, um aspeto à primeira vista irrelevante, mas que, do meu ponto de vista, merece reflexão e abre caminho para outras questões.

Na ausência de uma explicação da editora e tradutora, resta-nos especular sobre a razão desta opção. É possível que se tenha tratado antes de mais de uma questão de rigor: com as duas versões lado a lado, o leitor italiano minimamente treinado na leitura do português pode controlar o trabalho da tradutora e, eventualmente, fazer escolhas diferentes. Joyce Lussu fez o mesmo noutros volumes e ainda hoje essa é uma prática comum.

Outra explicação é de tipo mais comercial e simbólico: como o volume contém apenas 28 poemas, ficaria com poucas páginas se tivesse unicamente a versão italiana, parecendo mais um folheto que um verdadeiro livro.

Uma terceira hipótese, que me parece de maior peso, tem a ver com o facto de uma edição bilingue poder servir simultaneamente dois públicos: o italiano e o de língua portuguesa. Não esqueçamos a frase inicial da nota ditada por Neto para preâmbulo do volume: “Crediamo che il singole lettore di questi versi, ora editi in italiano per merito di Joyce Lussu, comprenderà l’angoscia di chi non ha avuto ancora la fortuna di vedere la propria opera – non importa quanto valida – scritta nella propria lingua e letta dal proprio popolo.”⁵ (NETO, 1963: 21) Impedida de publicação em Angola ou em Portugal, a poesia de Agostinho Neto obtinha assim uma possibilidade de divulgação efetiva. Faltam, contudo, dados que comprovem a circulação, legal ou clandestina, de *Con occhi asciutti* entre leitores de língua portuguesa.⁶

Por outras palavras, se, como foi notado, as suas traduções italianas da poesia africana apresentam uma complexidade estratificada, elas devem, no entanto, ser colocadas num contexto em que traduzir poesia vai para lá do exercício teórico textual (sobre as complicações gramaticais e sintáticas de uma língua) para se transformar num “esforço para compreendê-la, quase revivê-la”.

⁵ Cremos que qualquer leitor destes versos, agora editados em italiano graças a Joyce Lussu, compreenderá a angústia de quem não teve ainda a ventura de ver a sua obra – independentemente da sua valia – escrita na sua própria língua e lida pelo seu povo.

⁶ Refira-se, contudo, que, no congresso de 2019 em que este texto foi apresentado, o Professor Emérito Arnaldo Saraiva testemunhou que o seu primeiro contacto com a poesia de Neto se fizera através da edição italiana.



Joyce Lussu e Agostinho Neto em Luanda, em 1976⁷

1.1. O título

O segundo aspeto que me parece importante da edição de Lussu é o título. Vários comentadores já notaram que se trata de um verso⁸ que, com ligeiras variantes, aparece em três dos poemas da antologia. Há, contudo, uma pequena particularidade que ainda não foi observada. Vejamos as várias ocorrências do verso na edição italiana:

1. Poema “Il pianto dell’Africa” < “O choro de África” (pp. 26-29)

v. 40. e occhi asciutti. < e os olhos secos

2. Poema “Creare” < “Criar” (pp. 34-37)

vv. 5, 11, 18. creare con occhi asciutti < criar com os olhos secos

v. 25. creare pace con occhi aisciutti < criar paz com os olhos secos

v. 31. creare amore con occhi asciutti. < criar amor com os olhos secos.

3. Poema “Presa di concienza” < “Conscientização” (pp. 78-79)

v. 17. con **gli** occhi asciutti. < com os olhos secos.

⁷ Fonte: <https://cartesensibili.wordpress.com/2012/05/08/tempiquieti-v-ravagli-joyce-lussu-sibilla-del-900-a-cento-anni-dalla-nascita/> [Acesso em: 4 out. 2020].

⁸ Não se trata de caso único – também a edição servo-croata de 1978 usa um verso, neste caso do poema “Adeus à hora da largada”: *Tragajući za životom / Em busca da vida: Pesme / Poems* (Belgrado: Nova knjiga).

Em relação ao último caso, é possível que estejamos perante uma gralha, na medida em que ao republicar o poema, quatro anos depois, em *Tradurre poesia*, Joyce Lussu corrigiu o verso para “con occhi asciutti”. (LUSSU, 1967: 117). Quer isto dizer que a tradutora preferiu suprimir o determinante que Neto incluiu em todas as variantes do verso. Porquê? Embora só a própria pudesse responder com propriedade, talvez seja possível avançar algumas hipóteses. Antes de mais, e pensando sobretudo no último exemplo (aquele que será usado sem alterações no título), poderá ter-se tratado de uma questão métrica: o verso em português é um pentassílabo e, sem o determinante, mantém em italiano o número de sílabas. Isso porque Lussu usou o termo *asciutti*, o que acrescentou uma sílaba ao verso. Com esta escolha, a tradutora reinterpretou – ou pelo menos estabilizou uma interpretação – do verso original: *enxutos* (particípio passado de *asciugare*, que vem do latim *exsugere*, “sugar completamente”, “extrair a humidade”) são os olhos que foram enxugados, deixando assim de estar molhados ou húmidos, servindo de traço identificador de uma nova fase da resistência e da luta, aquela que já não será feita com lágrimas, seja porque deixou de haver razão que as justifique, seja porque a reação agora deve ser outra. Por outro lado, a supressão do determinante parece de alguma forma universalizar os *olhos*, expandindo o seu valor metonímico. De qualquer modo, estas são apenas hipóteses; poderá haver outras razões que só um italiano ou uma pessoa que tenha um excelente domínio da língua (o que não é o meu caso) poderá entrever.

1.2. O corpus

Um terceiro aspeto da edição italiana que me parece importante considerar tem que ver com o *corpus*. Lussu publicou 28 poemas, o que é cerca de metade dos 51 que virão a constituir a edição definitiva de *Sagrada Esperança*, dada ao prelo em 1974, mas é bastante mais do que, à época, tinha saído em edição autónoma: em 1957, fora lançada a plaquete *Quatro poemas de Agostinho Neto* e, quatro anos mais tarde, a Casa dos Estudantes do Império (CEI) estampara o folheto *Poemas*, que incluía 16 composições.⁹ Acontece, porém, que nem todos os 20 poemas já publicados em edição autónoma en-

⁹ É incerto o quadro em que estas publicações vieram a lume: tanto em 1957 como em 1961, Agostinho Neto era uma figura politicamente perseguida.

tram na antologia italiana, havendo também uma modificação significativa da sua ordenação, como se percebe facilmente por este quadro:

<i>Con occhi asciutti</i>		<i>Poemas (CEI)</i>		Posição em <i>Sagrada Esperança</i>
N.º	Título	N.º	Título	
1.º	Il camino delle stelle	16.º	O caminho das estrelas	26.º
2.º	Il pianto dell’Africa	11.º	O choro de África	44.º
3.º	Fuoco e ritmo	2.º	Fogo e ritmo	34.º
4.º	Creare	12.º	Criar	33.º
5.º	Sentiero della landa	6.º	Caminho do mato	4.º
6.º	Aspirazione	13.º	Aspiração	18.º
7.º	Fiducia	9.º	Confiança	17.º
8.º	Civiltà occidentale			12.º
9.º	«Contratados»			16.º
10.º	Partenza per «contrato»			2.º
11.º	Treno africano	7.º	Comboio africano	6.º
12.º	Sabato nel musseche			3.º (Sábado nos musse- ques)
13.º	Noite	8.º	Noite	11.º
14.º	Presa di coscienza			22.º
15.º	Terre offese	10.º	As terras sentidas	31.º
16.º	Non chiedermi sorrisi			19.º
17.º	Oltre la poesia	1.º	Poesia africana	10.º (Para além da Poesia)
18.º	Mezzanotte nella bottega	5.º	Meia-noite na quitanda	9.º

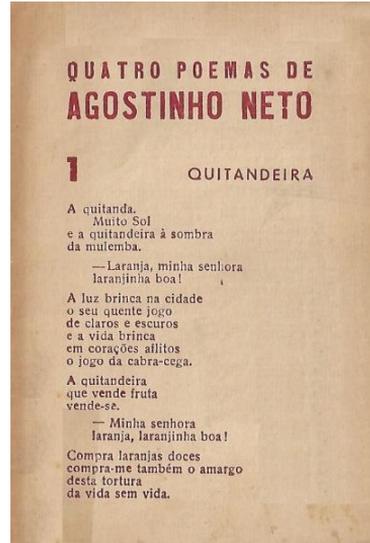
19.º	Kinascigi	4.º	Kinaxixi	21.º
20.º	Un anniversario			23.º
21.º	L'alzabandiera			45.º
22.º	Amico Mussunda	3.º	Mussunda amigo	25.º
23.º	In carcere			43.º (Aqui no cárcere)
24.º	Notti in carcere			42.º (Noites de cárcere)
25.º	Così gridavo, spossato			41.º
26.º	Pausa			24.º
27.º	Addio nell'ora della par- tenza			1.º
28.º	Abbiamo da tornare			49.º

Quanto ao *corpus*, verifica-se que foram aproveitados 14 dos 16 poemas da edição da CEI, tendo ficado de fora dois: “Certeza” e “Sim em qualquer poema”. Em relação à plaquete de 1957, foram incluídos dois dos quatro textos: o 3.º [“Adeus à hora da largada”] (que aí vem sem título) e o 4.º, “Um aniversário”. Foram, pois, excluídos os outros dois, “Quitandeira” e “Um bouquet de rosas para ti”. Quer isto dizer que a edição de 1963 tem dez poemas nunca antes publicados em livro.

Relativamente à ordenação, é mais difícil extrair conclusões, pois há diferenças muito significativas em relação tanto à antologia da CEI como à edição completa e definitiva de *Sagrada Esperança*. O autor da nota introdutória da antologia italiana explica que o alinhamento se fez quase por si mesmo:

È bastato metterle insieme, e le poesia sparse di Agostinho Neto si sono spontaneamente ordinate in un piccolo canzoniere, di cui è facile rintracciare il filo, dal preludio lirico e più pregante che si alza sulle «aritmie dell'irreale» per convertile nel senso che avrà la vita angolana quando sarà davvero vita, al susseguirsi delle pagine staccate di un ideale e crudo diario che registra le alternative di quell'attesa, sottoposta al dilemma del «vivere sottomessi o perseguitati», fino alla chiusa di nuovo tuta lirica, dove è presagito e danzato,

«marimbe e braccia tamburi e braccia canzoni e braccia», il canto inaugurale dell’Africa.¹⁰ (NETO, 1963:13)



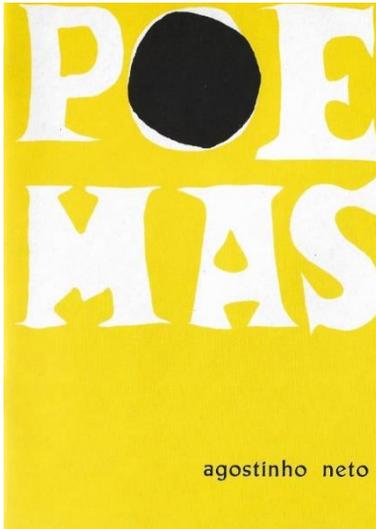
Plaquete de 1957

Não é fácil concordar totalmente com esta explicação, embora a ordem dos poemas da antologia italiana faça sentido, com essa passagem do abstrato ao concreto, do lamento a uma certeza que encerra com “Abbiamo da tornare”. O problema é que estamos bastante condicionados pela leitura de *Sagrada Esperança*, que apresenta uma lógica um tanto diferente.

1.3. O texto

Um quarto ponto do trabalho de Joyce Lussu respeita ao texto propriamente dito, o português e o italiano. Não se trata da tradução em si mesma, de que não me ocuparei por falta de competência, mas antes de questões de crítica textual e, de algum modo, de crítica genética.

¹⁰ Bastou juntá-los, e os poemas dispersos de Agostinho Neto espontaneamente se ordenaram num pequeno cancionário, cujo fio condutor é fácil de traçar, desde o prelúdio lírico e mais expressivo que se eleva sobre as “aritmias do irreal” para as converter no sentido que a vida angolana terá quando for realmente vida, com a sucessão de páginas retiradas de um diário ideal e cru que regista as alternativas dessa espera, sujeitas ao dilema de “viver submisso ou perseguido”, até ao fechamento do novo processo lírico, em que se anuncia o canto dançante de “marimbas e braços tambores e braços vozes e braços”, inaugural da África.



Capa da edição de 1961, da Casa dos Estudantes do Império

A este nível, há que referir em primeiro lugar as gralhas, embora elas não sejam muitas nem tenham grande significado, sendo em geral ultrapassáveis pelo leitor de língua portuguesa: é o caso de “estelas” por “estrelas” no v. 2 da versão portuguesa de “Il camino delle stelle”.

Há também casos em que a versão portuguesa corrige a edição anterior, da CEI. Veja-se o v. 24 de “Il pianto dell’Africa”:

em histórias de dramas negros almas brancas preguiças

em que “histórias” corrige o erro “histerias” da edição de 1961.

Noutros momentos, a gralha da edição italiana traduz-se na falta de uma palavra: é o caso do v. 7 de “Il pianto dell’Africa”:

“nos sarcasmos no trabalho de África”,

em vez de

nos sarcasmos no trabalho **choro** de África (versão do folheto da CEI),

sendo esta última também a lição do texto italiano. Curiosamente a edição definitiva de *Sagrada Esperança* (NETO, 2018) apresenta outra variante:

nos sarcasmos no trabalho **na vida** choro de África

Em vários outros exemplos, parece perceber-se que a edição de 1963 responde a um projeto maduro, com uma série de poemas já na sua versão definitiva. Veja-se o caso de “Notte”, em cuja 3.^a estrofe, vv. 9-11, se lia o seguinte na edição da CEI:

— Bairros escuros
mundos de miséria

Na edição italiana, a passagem apresenta já a forma final que será consagrada em *Sagrada Esperança*:

São bairros de escravos
mundos de miséria
bairros escuros

De igual modo, mas através da supressão de um verso, temos o caso do final do poema “Terre offese”. Na edição da CEI, lia-se:

e somos as partículas imperecíveis
e inatacáveis
das terras sentidas de África.

Na edição italiana e em *Sagrada Esperança*, passámos a ter:

e somos as partículas imperecíveis
das terras sentidas de África.

Algo de semelhante se pode concluir da colação entre a edição italiana e a plaquete de 1957. Veja-se o poema “Un aniversario”, que na versão mais antiga termina com o verso “como tributo à nossa escravidão.”, seguido da data de composição, “Setembro de 1951”. No volume de 1963, é acrescentado um dístico, que permanecerá em *Sagrada Esperança*:

Um dia inútil como tantos outros até um dia

Mas duma inutilidade necessária.

Na edição definitiva regressa a data, que não figura na de Joyce Lussu.

No outro poema retomado da plaquete, “Addio nell’ora della partenza”, as modificações são mais numerosas. Darei apenas dois exemplos: um de expansão, outro de reordenação. Na versão de 1957, o poema termina com o seguinte dístico:

Somos nós
a esperança em busca de vida.

Na versão da antologia italiana e, depois, de *Sagrada Esperança*, ocorre uma operação de adição:

nós mesmos

Amanhã
entoaremos hinos à liberdade
quando comemorarmos
a data da abolição desta escravatura

Nós vamos em busca de luz
os teus filhos Mãe
 (todas as mães negras
 cujos filhos partiram)
Vão em busca de vida.

O outro caso diz respeito aos vv. 6-7, cuja versão de 1957 era assim:

Mas em mim
a vida matou essa mística esperança

Na edição de Lussu, há uma modificação por reordenação:

Mas a vida
matou em mim essa mística esperança

assim se destacando o sujeito, “a vida”, ao mesmo tempo que se aproveita o efeito fonético de “matou em mim”.

1.4. A versão italiana

O quinto ponto deste breve estudo diz respeito ao texto italiano, mas não consistirá – pelos motivos já expostos – numa crítica da tradução. A primeira observação, que já foi feita por outros investigadores, tem que ver com o facto de Joyce Lussu, com muita frequência, “arrumar” de outra forma os versos, quase sempre através da divisão de versos longos. Um bom exemplo é o poema “Il pianto dell’Africa”, em que há sete ocorrências desse tipo:

v. 2. nos seus olhos traidores pela servidão dos homens

trad. nei suoi occhi traditori
per la servitù degli uomini

v. 3. no desejo alimentado entre ambições de lufadas românticas

trad. nel desiderio alimentato
tra le ambizioni di folate romantiche

v. 6. nas fogueiras choro de África

trad. nei fuochi accesi
tra gli sterpi pianto dell’Africa

v. 9. meu irmão Nguxi e amigo Mussunda

trad. immortale fratello mio
Ngugi e amico Mussunda

v. 12. e da vida jorrante das fontes e de toda a parte e de todas as almas

trad. e della vita che sgorga
dalle sorgenti e da ogni parte e da tutte le anime

v. 21. mesmo na beleza do trabalho construtivo dos homens

trad. anche nella bellezza
del lavoro costruttivo degli uomini

v. 28. onde a verdade violentada se estiola ao círculo de ferro

trad. dove la verità violentada appassisce
nel cerchio di ferro

Uma segunda observação tem que ver com erros propriamente ditos, que podem resultar de uma má interpretação gramatical ou de uma gralha da versão portuguesa. Para o primeiro tipo, temos o v. 8 de “Il pianto dell’Africa”, que na versão portuguesa se apresenta assim:

Sempre o choro mesmo na vossa alegria imortal

que Lussu traduziu como

Sempre lo stesso pianto nella nostra allegria [Sempre o mesmo choro na nossa alegria],

interpretando “mesmo” como determinante demonstrativo e não como advérbio. Para a segunda tipologia, sirva de exemplo o verso inicial de “Notte”, que na versão portuguesa aparece como

Eu vivo nos

A última palavra, que está a mais (pertence ao verso seguinte), foi interpretada pela tradutora como “nós”, originando a seguinte versão:

Io vivo noi stessi [Eu vivo nós mesmos].

Uma terceira observação diz respeito àquilo a que poderíamos chamar uma tradução interpretativa¹¹, que ocorre quando a tradução muda o original de modo a sugerir uma leitura que, não sendo de excluir, também não estava explícita no original. Veja-se a 1.ª estrofe de “Fiducia”:

O oceano separou-me de mim
enquanto me fui esquecendo nos séculos
e eis-me presente
reunindo em mim o espaço
condensando o tempo

L’oceano mi separò da me stesso
perché mi venni dimenticando nei secoli
l’oceano è presente in me
riunisce in me lo spazio
condensa il tempo

¹¹ Expressão aqui usada de forma livre, sem a conotação que assume em teoria da tradução.

Na versão original, o sujeito lírico, assumindo-se como representante da identidade negra, evoca a figura do negro disperso, arrancado de África e despido das suas raízes, e propõe-se resgatar essa perda, superando condicionalismos de espaço e de tempo. Na proposta de tradução, o sujeito gramatical passa de “eu” para “oceano”, fazendo deste – o Atlântico dos antigos navios negreiros – um meio de união entre todos os negros, qualquer que seja o espaço em que hoje se encontram. Além disso, o processo de desculturação (“enquanto”) é agora representado como causa (“perché”) da alinação do sujeito. Note-se que ambas as soluções são legítimas, mostrando a verdadeira natureza da tradução: reescrita e recodificação do original.

Conclusão

Os exemplos poderiam ser multiplicados e a análise poderia ser levada mais longe, mas creio que os elementos apresentados são suficientes para mostrar que *Con occhi asciutti* é uma edição importantíssima para Agostinho Neto, para a causa de Angola e a causa das outras então colónias de Portugal em África e ainda para a literatura que se fazia nesses espaços. Os desacertos do trabalho, tanto na versão portuguesa quanto na italiana, são normais em todos os trabalhos honestos em que os seus autores verdadeiramente se projetam, e não comprometem de forma alguma o resultado final. Devemos, por isso, todos, italianos, angolanos e portugueses, estar gratos a Joyce Lussu.

Bibliografia

- AA.VV. ([1968]). *L'idea degli antenati: poesia del black power*. Versione, presentazione a cura di Joyce Lussu; introduzione di Roberto Giammanco. Milano: Lerici.
- BALLESTRA, Silvia (1996). *Joyce Lussu: una vita contro: diciannove conversazioni incise su nastro*. Milano: Baldini & Castoldi.
- CAPANCIONI, Claudia (2012). *Joyce Lussu's 'Africa, Out of Portugal': translating José Craveirinha, Kaoberdiano Dambarà, Marcelino dos Santos, Agostinho Neto, and Alexander O'Neill in italian*. “Scientia Traductionis”. Florianópolis, 11, pp. 245--258.
- CELANI, Simone (2003). “*Con occhi asciutti*” di Agostinho Neto. *Storia di una prima edizione*. “Rivista di studi portoghesi e brasiliani”. Roma, V, pp. 53-56.

- CRAVEIRINHA, José (1966). *Cantico a un dio di catrame*. Testo a fronte, versione, introduzione e note a cura di Joyce Lussu. Milano: Lerici.
- LUSSU, Joyce (1967). *Tradurre poesia*. Milano: A. Mondadori.
- NETO, Agostinho (1957). *Quatro poemas de Agostinho Neto*. Póvoa de Varzim: [s.n.].
- NETO, Agostinho (1961). *Poemas*. Lisboa: Casa dos Estudantes do Império.
- NETO, Agostinho (1963). *Con occhi asciutti*. Traduzione di Joyce Lussu. Milano: Il Saggiatore.
- NETO, Agostinho (2018). *Obra poética completa: Sagrada Esperança, A renúncia impossível, Amanhecer*. 2.^a ed. Luanda: Fundação António Agostinho Neto.
- O'NEILL, Alexandre ([1966]). *Portogallo, mio rimorso*. Prefazione e traduzione di Joyce Lussu. Torino: Einaudi.
- PLAISANT, Luisa Maria, ed. (2003) *Joyce Lussu. Una donna nella storia*. Cagliari: Cooperative Universitaria Editrice Cagliaritano.
- RUSSO, Mariagrazia (2003). *Agostinho Neto e Joyce Lussu: questioni di lingua e traduzione*. "Rivista di studi portoghesi e brasiliani". Roma, V, pp. 57-67.
- RUSSO, Vincenzo (2020). *La resistenza continua. Il colonialismo portoghese, le lotte di liberazione e gli intellettuali italiani*. Milano: Meltemi.

DA NEGRITUDE À REALIDADE DO NEGRO

NOS POEMAS DE AGOSTINHO NETO

E GERALDO BESSA VICTOR

Salvador B. D. Tito

U. do Minho / Rede de Investigadores Angola Network Research

O propósito deste artigo é, em primeiro lugar, elucidar o percurso que a negritude teve, desde a sua chegada no espaço francófono às zonas limítrofes da África lusófona, lugar onde se desenvolveram as literaturas africanas escritas em língua portuguesa. Em segundo lugar, apresentar a realidade do negro nos poemas de dois autores angolanos. Por uma questão de economia foram selecionados três poemas “O menino negro não entrou na roda” e “A lua, não!”, da autoria de Geraldo Bessa Victor, e “Velho negro”, de Agostinho Neto, para que se pudesse descrever a real situação do negro. Com este *corpus* procurar-se-á demonstrar melhor as sucessivas realidades poéticas a que nos referimos; preferiu-se reter a obra, enquanto vínculo entre o poeta e uma situação específica, da qual ele, como ator, sabe transmitir a validade do testemunho de um determinado tempo.

Este não é um trabalho pioneiro que aborda a questão da negritude africana de língua portuguesa. São conhecidos vários autores que trataram detalhadamente este assunto: Margarido (1980), Trigo (1986), Ferreira (1977, Vol. I e II, 1997), Laranjeira (1995) e Hamilton (1975). Apesar dos estudos realizados, ainda há muito terreno a desbravar para que se amplie o conhecimento sobre a poesia de diversos autores africanos, particularmente os de língua portuguesa, que se centraram no homem negro como tema fundamental para

a criação poética; realidade evidente em Agostinho Neto e Geraldo Bessa Victor.

Os dois poetas angolanos, doravante Neto e Bessa Victor, formam um importante pilar para a conhecida literatura angolana. O primeiro, que fez parte dos poetas da revista *Mensagem*, “é natural do Bengo, Kaxikane, nascido em 1922 e pereceu em 1979 na antiga União Soviética (Rússia)” (CRISTÓVÃO *et. alii.*, 2005: 30-31)¹. Neto representa uma grande figura em Angola: por um lado, por ter um lugar reservado no panteão da poesia nacional e internacional (LARANJEIRA, 1995) e, por outro lado, por ser o primeiro presidente angolano. A nível de África, é um dos poucos poetas-presidentes. Das obras publicadas, destacam-se *Sagrada Esperança*², traduzida em diversas línguas, *Renúncia impossível* e *Amanhecer*. Do outro lado, Bessa Victor nasceu em Luanda em 1917 e faleceu em Portugal em 1985³. Como escritor foi poeta e ensaísta e desempenhou ainda a atividade de jornalista. “Fez os estudos liceais em Luanda, seguidamente rumou a Lisboa onde fez a licenciatura em Direito, que lhe permitiu desempenhar a carreira de advocacia” (FERREIRA, 1997: 53). Ambos os autores construíram poemas com um protótipo negritudinista, quer dizer, o negro é o ponto de partida para a criação literária de alguns poemas, nos quais fica evidente a situação do negro. Desta maneira, Neto e Bessa Victor centram-se num negro universal, identificando a sua realidade, quer a nível social quer a nível psíquico.

A negritude desencadeia sempre “um tropel de paixões e provoca, em todo o caso, estranhos mal-entendidos” (SOW, 1977: 14). É indubitável que a negritude desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento da poesia negra na África lusófona, particularmente em Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Embora se leve em conta os pressupostos históricos, políticos e sociais, entenda-se, aqui, “África Lusófona” como uma expressão suavizadora que ainda tende a deixar claro, mesmo que de maneira latente, o poderio da língua e da cultura portuguesa nos territórios africanos⁴. E, por assim ser, deve assumir-se a responsabilidade de que a negritude é resultado

¹ Cf. também GOMES e CAVACAS (1997: 23-24).

² Essa obra pode ser lida como um fresco ou uma saga exortativa do povo angolano à conquista da sua identidade e independência. Os poemas de *Sagrada Esperança* foram escritos aproximadamente entre o ano de 1945 e o de 1960 (LARANJEIRA, 1995: 92).

³ Data fornecida pela filha do poeta, Maria Paula Martins Bessa Victor.

⁴ Para um maior esclarecimento sobre a presença dos portugueses no território africano lusófono *vide* Armelle ENDERS, 1994.

do peso da colonização, ato que tratou de inferiorizar, ou mesmo desumanizar, o indivíduo negro (MARGARIDO, 1980: 11).

Embora possa ser “vista e analisada em muitas perspetivas, no âmbito político, cultural, filosófico e literário” (MATUMONA, 2011: 51), as ideias que aqui se resumem sobre a negritude são, especificamente, de pendor literário, sobretudo na poesia. Paralelamente a uma prática amiúde da narrativa, a poesia serviu ampla e marcadamente como um postulado social para o crescimento da negritude.

De onde começa a ser postulado o ideal da negritude? Em que período ela chega ao espaço das literaturas africanas escritas em português, particularmente à literatura angolana? Por outro lado, o que se pretendia cabalmente com a ideologia da negritude? Mesmo sem o compromisso de responder a estas perguntas, achou-se conveniente fazê-las, pois refletir sobre elas permite pensar na figura do negro nas literaturas africanas escritas em português.

Muito antes da sublimação da negritude já se observava um interesse em se conhecer as sociedades negras. Missionários, pesquisadores europeus e norte-americanos, antropólogos, arqueólogos, etnólogos, historiadores, paleontólogos, sociólogos e até linguistas demonstravam interesse em entender e estudar na sua pureza e autenticidade a realidade dos negros africanos.

O contacto entre África e Europa, que se intensificou no século XV, colocou, até certo ponto, em risco a cultura dos povos negros. A cultura e a língua dos indígenas não foram respeitadas pelos colonizadores. Estes tencionavam claramente dizimar toda a manifestação cultural do homem negro. Assim sendo, assistiu-se a uma autêntica degradação dos costumes dos negros. Revoltado, o negro sentiu a necessidade de rebuscar os seus ideais culturais, a sua identidade, que se perdia, fruto da assimilação. Entretanto, procurava-se exaltar o prestígio da personalidade negra. Foi com esta aspiração que se corporizou o ideal da negritude.

Quanto ao seu surgimento, “a negritude teve a sua génese fora do continente africano. Nasceu na América e surge entre os negros deste continente” (NEVES, 2002: 263), destacando-se duas personalidades: Jean Price-Mars (Haiti) e René Maran (Martinica)⁵. Inicialmente, o ideal da negritude foi

⁵ René Maran é apontado como o precursor mais direto da negritude. Cf. SANTOS, 1968: 112.

adotado por membros de profissões liberais, estudantes, eclesiásticos, intelectuais e políticos.

De origem francesa, o vocábulo *negritude* funcionou como uma verdadeira ideologia. Nunca chegou a ser considerado como um movimento literário, pois “o contexto histórico do aparecimento da negritude não possibilitou que se desse a conhecer como um movimento organizado por um grupo perfeitamente identificado, e em pleno uso livre da palavra e da ação” (LARANJEIRA, 2000: 8). Apesar desta particularidade, depois de a negritude se desenvolver em França, ela propagou-se em quase toda a África, em níveis diferentes.

Em França, “a negritude ganha expressão em 1935 com a edição do jornal *L'Étudiant Noir* organizado por Léopold Sédar Senghor e Léon Damas. Mas o termo foi adotado pela primeira vez em 1939 por Aimé Césaire, no seu longo poema «Cahier d'un retour au pays natal»⁶ publicado na revista *Volontés*” (MARGARIDO, 2015: 5).

Referia-se a criação de um movimento cultural e literário exclusivo dos negros. Desde o começo, pretendia-se a construção de uma literatura dos e para os negros. E para que assim fosse, juntam-se a Césaire outros intelectuais africanos que ajudaram a fortificar o ideal da negritude.

A publicação do jornal *L'Étudiant Noir* foi um marco importante para a eclosão da tese negritudinista. Mas esta não foi a única publicação com este fim. Outras publicações periódicas foram surgindo, ajudando a impulsionar os ideais do movimento da negritude. Nesta ordem, são publicados:

- ❖ *Légitime Défense*, saída em 1932, inspirada nos preceitos marxistas, foi fundada por Étienne Léro. Contou com a colaboração de René Mênil e Jules Monnerot;
- ❖ *Présence Africaine*, lançada em Paris em 1947 por Alionne Diop. O angolano Mário Pinto de Andrade chegou a ser o secretário nos anos 50;
- ❖ *Tropiques*, esta revista nasce sob o impulso de Césaire em abril de 1941. Foi a primeira das iniciativas que possibilitou que a negritude tivesse uma envergadura internacional;
- ❖ *Anthologie de la Nouvelle Poésie Nègre et Malgache de Langue Fran-*

⁶ Este poema aparece também na obra de Césaire publicada em 1947, cujo prefácio foi feito pelo surrealista francês André Breton.

caise, obra crucial para a ascensão do ideal da negritude, vinda a lume em 1948, organizada pelo senegalês Léopold Sédar Senghor. O prefácio desta obra, “Orphée Noire”, foi escrito pelo filósofo e escritor francês Jean-Paul Sartre.

Estavam alicerçados os propósitos do ideal da negritude. Em todo o caso, foi Jean-Paul Sartre quem primeiro e melhor teorizou a negritude no referido prefácio. A seguir, Senghor e outros africanistas prosseguiram na definição, exposição e defesa da negritude. Em abril de 1971 organizou-se em Dakar, principal cidade do Senegal, o Colóquio da Negritude. Este “começou no dia 12 de abril com a comunicação de abertura de Léopold Senghor intitulada «Problemática da Negritude»” (SANTOS, 1975: 38-39).

Leopold Senghor (*apud* SANTOS, 1975: 12) definiu a negritude como “o conjunto dos valores da civilização do mundo negro”. Assim entendida, pretendia-se com a negritude, inicialmente, elevar a cultura negra, exaltar o indivíduo negro, pois a mentalidade colonial encarava-o como inferior, tratava-o como um objeto, como um farrapo humano (MBEMBE, 2014). O objetivo era combater a coisificação do negro. Diante de humilhações e injustiças, nasce uma consciência, a negritude, que, por meio da literatura, manifestada maioritariamente em poesia, lutou contra a dominação e a superioridade do homem branco. É o que faz Césaire no poema publicado em 1939, dirigindo-se a:

Aqueles que não inventaram nem a pólvora nem a bússola
aqueles que nunca souberam domar o vapor nem a electricidade
aqueles que nunca exploraram nem os mares nem o céu
mas aqueles sem os quais a terra não seria a terra (CÉSAIRE, 1939: 71).

Apesar disso, não ficou plenamente elucidado o que é a negritude no seu plano geral. A falha vem desde a sua origem, e os teóricos franceses ao aceitarem o vocábulo como uma forma sintética de designar o humanismo negro acabavam por deixar tudo no vago, no indeterminado. No entanto, percebe-se que o ideal da negritude se baseava na elevação do homem negro e da sua cultura. Além disso, um outro propósito que a negritude fazia crescer era a construção de uma literatura focada, exclusivamente, no homem negro. A negritude teve um importante prolongamento em África. Esta ideologia foi desenvolvida desde a África francófona, anglófona, chegando por fim à Áfri-

ca lusófona, lugar onde germinaram as literaturas africanas escritas em português.

Quando é que a negritude surge no âmbito das literaturas africanas escritas em língua portuguesa? Não se consegue apontar uma data precisa. Mas, em todo o caso, deve reconhecer-se, pelo menos que **1**) a negritude chegou às literaturas africanas de língua portuguesa com atraso, comparando-se com as literaturas africanas francófonas e anglófonas, e **2**) a fase do neorrealismo nas literaturas africanas escritas em português está estritamente relacionada com a da negritude.

Por exemplo, a obra poética *Ilha de nome santo* do são-tomense Francisco José Tenreiro, publicada em 1942, exhibe já a dualidade entre negritude e o neorrealismo. De acordo com o contexto histórico da negritude no espaço africano de língua portuguesa, quando aparece o poema de Tenreiro, verifica-se que a negritude ainda não se encontrava totalmente arraigada neste lugar. Deste modo, “é com a chegada da *Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache* em Portugal” que se vai verificar uma produção literária assumida com o ideal negritudinista nas literaturas africanas de língua portuguesa (LARANJEIRA, 2000: 15). Todavia, a atividade poética na África lusófona já estava bem enraizada quando os primeiros raios da negritude alcançaram o espaço destas literaturas. Por isso, “em 1953, Francisco José Tenreiro (são-tomense) e Mário Pinto de Andrade (angolano) organizaram o *Caderno da poesia negra de expressão portuguesa*” (MARGARIDO, 2015: 6-7).

Nestas literaturas, a negritude não desenvolveu os mesmos paradigmas da literatura africana francófona, pois não se observa uma elevação do negro como se verifica em Aimé Césaire. Contrariamente, apresenta-se a realidade penosa do negro. E observa-se isso particularmente nos poetas da literatura angolana, tais como Neto e Bessa Victor.

Não se esconde o facto de que também é difícil indicar uma época específica em que a negritude surge no circuito literário angolano. Neste espaço, é provável que o culto da negritude tenha eclodido nos finais dos anos 40 e princípio dos 50 do século XX, com a formação do Movimento dos Novos Intelectuais de Angola, “criado em 1948, com o lema: Vamos descobrir Angola! Orientado pela iniciativa do Departamento Cultural da Associação dos Naturais de Angola”, (FERREIRA, 1977: 14 e ERVEDOSA, 1979: 101). Nesta fase, já pairava o advento da negritude, porque se averiguava em al-

guns autores, tais como Neto e Bessa Victor, a ânsia de desenvolver uma literatura focalizada no homem negro.

Com a organização de novos escritores angolanos surge a revista *Mensagem*, publicada em 1951⁷. O escritor angolano que exhibe com maior altivez nos seus poemas a marca negritudinista é Agostinho Neto. Por isto é tido como o poeta maior da negritude na literatura angolana, embora existam outros que também cultivaram este ideal, como é o caso de Bessa Victor, Viriato da Cruz, António Jacinto e outros.

Nos poemas dos autores em estudo, Bessa Victor e Neto, comprova-se de forma clara o desejo que ambos têm de fazer uma literatura com critérios estéticos do neorealismo, mas centrando-se particularmente no homem negro. Com este ideal, Neto escreve o poema “Velho negro”:

Vendido
e transportado nas galeras
vergastado pelos homens
linchado nas grandes cidades (NETO, 1974: 56)

Sente-se a necessidade de mostrar na nova poesia angolana a realidade do negro. Enquanto se refere a um ser negro que parece já adulto, Bessa Victor mostra minuciosamente a realidade dos meninos negros. Com isto em mira, Bessa Victor escreve o poema “O menino negro não entrou na roda”:

O menino negro não entrou na roda
das crianças brancas — as crianças brancas
que brincavam todas numa roda-viva
de canções festivas, gargalhadas francas (VICTOR, 2001: 285)

Na literatura angolana, parece que o carácter negritudinista não fugiu à sua nova característica. Deste modo, é bem provável que ela passou a ser entendida como o sentir exteriorizado do negro, a sua exclusão e inferiorização.

O poema “Velho negro” de Neto focaliza-se no homem negro, como ser universal, característica peculiar da negritude. Entretanto, não se faz referên-

⁷ A revista *Mensagem* teve o seu fim aquando da publicação do segundo número, tendo pois durado pouco tempo.

cia à origem do negro apresentado no poema. Trata-se de um negro comum, presente em qualquer parte do mundo.

A inversão das palavras, velho (adjetivo) + negro (nome), que se vê no título do poema, permite a atribuição de vários sentidos ao vocábulo “velho”. Tem-se, assim, a imagem de um negro inferiorizado, miserável, desprezado, sem valor. Entretanto, esta realidade é logo observada na primeira estrofe do poema:

Vendido
E transportado nas galeras
vergastado pelos homens
linchado nas grandes cidades
esbulhado até ao último tostão
humilhado até ao pó
sempre sempre vencido (NETO, 1974: 56)

As quatro formas verbais presentes nesta estrofe, *vergastado*, *linchado*, *esbulhado* e *humilhado*, abrem um horizonte que faculta a visão para um quadro imagético onde o destaque é o negro (in)justiçado, sem direitos para reivindicar nem se defender. Não cabia ao negro negar ou ter opções. Restava-lhe simplesmente cumprir e submeter-se ao que lhe era imposto, “é forçado a obedecer/ a Deus e aos homens/ perdeu-se” (NETO, 1974: 56). O negro era retirado da sua terra natal, perdia forçadamente a sua origem, as suas raízes. Tornava-se um indivíduo sem nação, sem essência. E este facto é bem patente na terceira estrofe do poema “perdeu a pátria/ E a noção de ser” (NETO, 1974: 56). Era este o destino do homem negro. Um ser discriminado, sem direitos. Esses efeitos estão diretamente ligados aos danos coloniais:

Ao passar de tanga
com o espírito bem escondido
no silêncio das frases côncavas
murmuram eles:
pobre negro! (NETO, 1974: 56)

Imbuído do espírito da negritude, Neto expôs de maneira vívida no poema “Velho negro” a realidade miserável do homem negro, a forma como este era tratado e considerado. Entretanto, a poesia negritudinista de Neto é pecu-

liarmente representativa⁸. Quer dizer, o poeta apresenta o sentir amargo do negro, exhibe o estado descontente e o tratamento que este recebia.

Enquanto Neto apresenta temas relacionados com a humilhação do homem negro, mergulhado na melancolia, com a sua alma vazia, Bessa Victor traz temas ligados à segregação racial e social, associando mais aos meninos.

Nos poemas “O menino negro não entrou na roda” e “A lua, não!” o negro é o centro do poema, que alude claramente à discriminação racial. Percebe-se a exclusão do negro da roda do homem branco, que é considerado não só diferente, mas superior ao indivíduo negro. No poema “O menino negro não entrou na roda”, percebe-se a rejeição do negro:

O menino negro *não entrou na roda*
das crianças brancas
as crianças brancas
que brincavam todas numa roda-viva (VICTOR, 2001: 285)

Percebe-se claramente que o negro não podia ficar na mesma roda com as crianças brancas. O convívio entre ambos era inadmissível. A mãe impede que haja contacto:

“Venha cá, pretinho, venha cá brincar”
— disse um dos meninos com seu ar feliz.
A mamã, zelosa, logo fez reparo;
o menino branco já não quis, não quis (VICTOR, 2001: 292)

A mãe referenciada no poema pode ser interpretada de duas maneiras: no sentido literal e no sentido metafórico. No primeiro caso, como progenitora, tem o direito de impor ordens precisas ao filho. De forma metafórica, é provável que a sociedade seja vista como uma mãe. Indefeso, o menino negro não se consegue impor diante da exclusão racial e social. Resta-lhe consentir e permanecer calado diante de todas as situações:

O menino negro não entrou na roda
das crianças brancas.
Desolado, absorto,

⁸ Sobre a poesia representativa, *vide* ECO, 2014.

*ficou só, parado com olhar de cego,
ficou só, calado como voz de morto* (VICTOR, 2001: 292)

Bessa Victor, diferentemente de Neto, preocupa-se em exprimir nos seus poemas a segregação racial e social. Ademais, alude às inoportunidades do negro, devido à tez da sua pele e aos efeitos das ideologias da colonização. Apresenta a sua incapacidade de ter desejos de grandes venturas. Por isso, ao negro cabia apenas ter pequenos anseios. E esta realidade apresenta-se no poema “A lua, não!”:

Menino negro, não peças a lua,
que está tão longe, no espaço,
com o seu mistério que ninguém descerra!
*pede antes a tua
quota-parte de ilusão
cá na Terra,
o teu pedaço
de pão* (VICTOR, 2001: 292)

Devido a estas realidades, seria ilusório o negro e as outras pessoas diferentes dele conviverem como irmãos. E o sujeito poético deixa isso bem evidente:

Não troques os teus sonhos certíssimos e francos
pela ilusão quimérica
*dos que se dizem teus irmãos
e não são* (VICTOR, 2001: 292)

Era inconcebível o negro sonhar com grandes feitos, pois nunca os conseguiria alcançar. O poema expõe o que se deveria fazer: “Não troques os teus sonhos certíssimos e francos/ pela ilusão quimérica”. Portanto, o sujeito poético de Bessa Victor termina o poema fazendo uma advertência ao negro menino:

É cá na Terra, meu negro menino,
que teu sonho se firma, ou se afunda, ou flutua,
conforme for o destino.
Menino negro, não queiras a Lua! (VICTOR, 2001: 292).

Este exercício hermenêutico ajuda-nos a ter uma visão temporal dos danos ideológicos da colonização. Os poetas angolanos apropriaram-se destas relações históricas, sociais, políticas, filosóficas e ideológicas para apresentar o ser negro no espaço e no tempo.

É indubitável, há sempre insuficiências quando se trabalha com textos literários, particularmente a poesia. Mas, em jeito de conclusão, percebeu-se que a negritude, numa primeira fase, serviu de panaceia para a recuperação da identidade cultural e para a emancipação do negro. Ela foi uma ideologia que visou restabelecer a humanidade do negro, combatendo a assimilação colonial que visava a dissipação da civilização e cultura deste. O ideal da negritude criou as suas raízes fora de África, mas chegou ao continente africano graças ao impulso dos estudantes africanos radicados em França, como Aimé Césaire, Leopold Sedar Senghor e outros. A ideologia da negritude espalhou-se por quase toda a África, alcançando o limiar da África lusófona. Contudo, a negritude neste território ganhou novos contornos, diferentes daqueles evocados por seus precursores africanos. Enquanto estes atribuem um exíguo prestígio ao negro, na África lusófona, particularmente, na literatura angolana, tem-se a negritude como o sentir da desventura do negro. No entanto, o poema analisado de Neto descreve o menosprezo e o penar do negro, diferentemente de Bessa Victor que retrata de forma viva a discriminação e a segregação, racial e social, que o negro enfrenta perante os outros indivíduos diferentes dele.

Portanto, pode-se inferir que a negritude, já em quase associação com a estética neorrealista, na poesia dos dois escritores angolanos serviu como meio para apresentar os efeitos históricos da ideologia social da colonização. Deste modo, os poemas “Velho negro”, “O menino negro não entrou na roda” e “A lua não” apresentam a condição pesarosa do ser negro, mostrando as várias formas de como era visto e considerado.

Bibliografia

CESAIRE, Aimé (1939). *Cahier d'un Retour au pays natal*. Paris: Présence Africaine.

- ECO, Umberto (2014). *Sobre literatura*. Lisboa: Relógio D'Água.
- ENDERS, Armelle (1994). *História da África lusófona*. Mira-Sintra: Inquérito.
- ERVEDOSA, Carlos (1979). *Roteiro da literatura angolana*. 2.^a ed. Lisboa: Edições 70.
- FERREIRA, Manuel (1977a). *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Vol. I. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa.
- _____ (1977b). *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Vol. II. Lisboa: Instituto da Cultura Portuguesa.
- _____ (1997). *No reino de Caliban II*. Vol. II. 4.^a ed. Lisboa: Plátano Editora.
- GOMES, Aldónio; CAVACAS, Fernanda (1997). *Dicionário de autores de literaturas africanas de Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- LARANJEIRA, Pires (1992). *De letra em riste: identidade, autonomia e outras questões na literatura de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe*. Porto: Afrontamento.
- _____ (1995). *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- _____ (2000). *Negritude africana de língua portuguesa: textos de apoio*. Coimbra: Angelus Novus.
- MARGARIDO, Alfredo (2015). *Negritude e Humanismo*. 2.^a ed. Lisboa: Edição da Casa dos Estudantes do Império,
- MATUMONA, Muanamosi (2011). *Filosofia africana: na linha do tempo*. Lisboa: Esfera do Caos.
- MBEMBE, Achile (2014). *Crítica da razão negra*. Trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona Editores.
- NETO, Agostinho (1974). *Sagrada Esperança*. 9.^a ed. Lisboa: Sá da Costa.
- NEVES, Fernando dos Santos (2002). *Ensaio histórico sobre o movimento da Negritude*. “Línguas e Culturas. Revista de Humanidades e Tecnologias”.
- SANTOS, Eduardo (1968). *Ideologias políticas africanas*. Lisboa: Centro de Estudos Político-Sociais.
- _____ (1975). *A Negritude e a luta pelas independências na África portuguesa*. Lisboa: Editorial Minerva.
- SHOW, Alpha I. (1977). “Prolegómenos”. Trad. Emanuel L. Godinho e Ana Mafalda Leite. In *Introdução à Cultura Africana*. Luanda: Instituto Nacional do Livro e do Disco.
- VICTOR, Geraldo Bessa (2001). *Obra poética*. Lisboa: IN-CM.

II. ... e os Prémio Camões africanos

O PRÉMIO CAMÕES E A FALSI(N)FORMAÇÃO

GEPOLÍTICA DO SISTEMA LITERÁRIO ANGOLANO

José Luís Mendonça

Aviso prévio: não me encontro aqui nas vestes brilhantes dos doutos pesquisadores da literatura que compõem este fórum. Venho aqui apresentar-vos uma crónica meio romanceada, que traduz o meu trabalho de jornalista e a minha paixão de poeta. Sei que me perdoareis por este abuso de poder discursivo, pois os poetas são como as crianças e o próprio Luandino Vieira inscreveu no pórtico de uma das suas obras iniciais: “Monandengue pangui ya dilaji”¹.

O Prémio Camões, instituído em 1988 para consagrar anualmente um autor de língua portuguesa cuja obra enriquece o património literário e cultural da língua comum, apresenta limites geográficos, beneficiando o Brasil e Portugal. A que se deve este reduto geográfico do Prémio Camões?

É possível detectar **três causas** centrais desta problemática.

As duas primeiras, de carácter **exógeno**, são a **insulariedade geofónica** resultante da herança linguística indo-europeia colonial e o **diktat editorial e académico** dos centros de difusão e de estudos críticos das literaturas africanas de língua portuguesa localizados em Lisboa, Coimbra e São Paulo. Deste fenómeno intra-africano e transatlântico resulta o drama da **invisibilidade literária internacional** dos países africanos de língua portuguesa e a sua subalternização ao paternalismo académico dos seus estudiosos internacionais.

¹ “As crianças são irmãos dos loucos” (provérbio quimbundo).

Esta invisibilidade deriva, por outro lado, do **fenómeno endógeno da decadência ou depauperação do sistema literário angolano**, com o escasso desenvolvimento do mercado livreiro e do fomento da leitura nas escolas, bem como do vácuo da crítica literária.

O sistema literário angolano ficou agravado, no período do pós-independência, pela doença sistémica da falsi(n)formação geo-política. As células estaminais da formação da literatura angolana pós-colonial não puderam nem souberam ler o ADN do *corpus* lírico-ficcional do animal de estimação chamado livro, para poderem elevar numa escala à dimensão histórico-cultural do país, às estantes e às mãos dos leitores aquele mínimo de economia e emotividade estética, aquela capacidade de gestão dos recursos estéticos que perfazem o jogo de palavras emocionalmente imperativo.

O reduto geográfico do Prémio Camões

O Prémio Camões foi instituído pelos Governos de Portugal e do Brasil, em 1988. Segundo o texto do protocolo constituinte, assinado em Brasília, a 22 de Junho, e publicado em Novembro do mesmo ano, o prémio consagra anualmente “um autor de língua portuguesa que, pelo valor intrínseco da sua obra, tenha contribuído para o **enriquecimento do património literário e cultural da língua comum**”.

Portugal e Brasil lideram a lista de distinguidos com o Prémio Camões, com 12 premiados cada um, respectivamente, seguindo-se Angola, Moçambique e Cabo Verde, com dois laureados cada.

Da análise da lista dos galardoados, facilmente se infere que este prémio apresenta limites geográficos, beneficiando o Brasil e Portugal.

Outros casos emblemáticos

Porém, não é apenas ao nível do prémio Camões que os países africanos de língua portuguesa ficam no círculo exterior das avaliações dos prémios literários. Há outros casos emblemáticos desta sintomatologia da falsi(n)-formação literária, observável no fenómeno das territorialidades da premiação de outras competições literárias fora de Angola ou criadas internamente, como é o caso do prémio Sonangol de Literatura. Mesmo este prémio está a cair cada vez mais nas mãos de estrangeiros. Assim como o prémio Agosti-

inho Neto de Pesquisa, patrocinado pela Fundação Dr. António Agostinho Neto.

No mês de Julho de 2015, a UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa), criou o Prémio Literário “Novos Talentos, Novas Obras em Língua Portuguesa”. O Prémio Literário, sem qualquer valor pecuniário “tem como objectivo estimular a produção de obras literárias, nos domínios da prosa de ficção, romance, novela e conto e da poesia, em Língua Portuguesa, por novos escritores”.

O mesmo foi atribuído, pela primeira vez, em 2016, ao romance *Era Uma Vez Um Homem*, de João Nuno Azambuja, de Portugal. Em 2017, foi entregue à obra *Diário de Cão*, de Thiago Rodrigues Braga, do Brasil. No ano de 2018, o livro de poesia *Equilíbrio Distante*, de Óscar Ruben Maldonado, natural do Paraguai e residente em São Paulo, Brasil, venceu a 3.^a edição do prémio, à qual se apresentaram 805 candidaturas, provenientes da Alemanha, Angola, Brasil, Cabo Verde, Espanha, Guiné-Bissau, Moçambique, Paraguai, Portugal e São Tomé e Príncipe.

Este ano, o prémio está na sua 4.^a edição e foi vencido pelo português António Correia, com a obra *Praças*.

Na qualidade de membro do júri desde a sua criação, fiquei novamente preocupado por não existir nenhuma obra de um autor dos PALOP nas dez seleccionadas pela equipa de trabalho de pré-selecção das 779 obras concorrentes. Solicitei à organização a remessa de todos os concorrentes angolanos. Chegaram ao meu email 12 obras, sendo 3 em prosa e 9 de poesia. Franca-mente, a preocupação passou a profunda decepção, porque não encontrei nelas qualidade para mera publicação, muito menos para concorrerem a um prémio.

Este ano, recebemos a notícia agradável de que a escritora luso-angolana Djaimilia Pereira, **a residir em Portugal, onde fez quase toda a sua vida académica**, venceu o Prémio Fundação Eça de Queiroz, com a obra *Luanda, Lisboa, Paraíso*.

Outra surpresa. Zetho Cunha Gonçalves, **também residente em Portugal**, vence a I edição do Prémio de Literatura d'Angola / Camões, prémio esse criado com o objectivo de distinguir, anualmente e de forma alternada, títulos em poesia e em prosa de **autores nascidos em Angola** e publicados em língua portuguesa.

A Fundação Dr. António Agostinho Neto lançou em Março de 2017, no âmbito dos projectos culturais do Memorial Dr. António Agostinho Neto, o Prémio Poesia no Feminino, Um Bouquet de Rosas para Ti, que foi também ganho pela obra *Março entre Meridianos*, da escritora Luísa Fresta, **residente em Portugal**.

A que se devem este reduto geográfico do Prémio Camões e as territorialidades lustrais dos casos emblemáticos?

Vamos esmiuçar as duas causas de carácter **exógeno**.

Diktat editorial e académico

Falemos do Diktat editorial e académico dos centros de difusão e de estudos críticos das literaturas africanas de língua portuguesa localizados em Lisboa, Coimbra e São Paulo.

Neste domínio, o confinamento geográfico parte do facto de o prémio Camões possuir fronteiras editoriais bem definidas. E estas fronteiras devem-se à quase invisibilidade literária dos PALOP, no seio dos dois grandes mercados de livros.

No espaço lusófono, a circulação do livro, enquanto produto da indústria cultural, tem como foco difusor as antigas metrópoles colonizadoras. Portanto, as trocas e a difusão neste domínio continuam a fazer a mesma longa rota da escravatura, num processo dominado por Portugal e o Brasil, em direcção à África, e menos de intercâmbio recíproco.

Deste modo, os livros que melhor fazem o percurso no seio da CPLP são os dos parentes maiores – Brasil e Portugal. Em contrapartida, é escassa a exibição de obras de autores africanos de língua portuguesa editados em África numa livraria de Lisboa ou do Rio de Janeiro. E mesmo aqueles – os do Brasil e Portugal – chegam a Angola de forma esporádica, não actualizada e escassa. As taxas alfandegárias inibem esse percurso.

Deste fenómeno intra-africano e transatlântico resulta o drama da **invisibilidade literária internacional** dos países africanos de língua portuguesa e a sua subalternização ao paternalismo académico dos seus estudiosos internacionais.

Em entrevista dada ao *Jornal de Angola*, no passado dia 8 de Abril de 2019, Mia Couto disse o seguinte:

Eu creio que teremos que organizar nos nossos próprios países formas de nos tornar mais visíveis. Os africanos podiam explorar melhor plataformas de visibilidade internacional como é, por exemplo o prémio Camões. **Mas na verdade, não nos interessamos em prestigiar esse galardão. Quais são os países africanos que contribuem financeiramente para este prémio? Nenhum.** Queixamo-nos muito e fazemos pouco. (...) Temos que ter um trabalho paciente, mas firme de nos valorizar enquanto continente.

Na mesma entrevista, a pergunta foi esta: “Quando recebeu o Prémio Camões, você celebrou «que há ainda por fazer, (...) para que seja mais viva e mais verdadeira esta família que celebramos na nossa língua comum». Porque é que a literatura dos PALOP é tão cara e tem tão pouca circulação no seio dos nossos países e como ultrapassar esta situação?” Resposta de Mia Couto: “Essa pergunta deve ser dirigida aos que mandam no mercado editorial. **Os governos demitiram-se desta matéria.** É um daqueles assuntos em que os Estados deram um passo atrás e entregaram tudo à lógica dos mercados. Tenho esperança que os livros possam circular por outras vias.”

Insularidades geofónicas

O segundo factor exógeno reside nas insularidades geofónicas resultantes da herança linguística indo-europeia colonial.

Em detrimento do conceito de independência, a África Austral continua a sofrer da síndrome do isolamento cultural entre as nações, que criou ‘insularidades geofónicas’ de matriz ocidental.

O drama desta geografia insularizada reside na constatação de que, para podermos comunicar e, desse modo, conhecer os produtos culturais regionais, o cidadão de língua oficial portuguesa da África Austral tem de ter uma tríplice competência linguística ocidental (português, francês e inglês), muito mais do que o Lingala, o Swahili, o Umbundo, por exemplo, línguas maternas originais.

A nível da região austral, as línguas europeias apresentam-se como uma barreira para a construção de uma fraternidade cultural idealizada entre Angola e os dois Congos, a Zâmbia, a Namíbia, o Zimbabwe e o Gabão. Esta confinção linguística impede que nos integremos e conheçamos as tendências do romance africano e que participemos nos eventos literários regionais que podem catapultar o escritor angolano para o reconhecimento noutras

latitudes, a começar pela própria África. Assim, só nos resta o Camões, que tem pernas curtas para ler Angola.

Ora, se olharmos para o intercâmbio literário – livros e autores – no seio dos PALOP, deparamo-nos com outro vazio. Aproveitei uma deslocação este ano a Maputo para poder adquirir a trilogia *As Areias do Imperador*, de Mia Couto, e aproveitei a oportunidade para levar alguns exemplares do meu último livro de poesia, que foi lá apresentado. Se com Moçambique é assim, o que dizer de Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé? É melhor ver, para crer.

Decadência do sistema literário angolano

Porém, essa invisibilidade deriva também do fenómeno endógeno da decadência ou depauperação do sistema literário angolano.

Todo o fenómeno da escrita artística é o resultado de um factor externo ao indivíduo, que é o entorno social, económico e cultural, e de um factor íntimo, que tem a ver com a vocação, a sensibilidade e o vício da leitura.

O contexto em que se produz a literatura angolana hoje é uma sequela do pós-colonialismo predador. Nesta fase da vida angolana, a língua veicular, ferramenta modelar da narrativa, entrou em coma didáctico, e as repercussões deste coma manifestam-se na proliferação de uma não-literatura, ao lado de uma escassa literatura produzida por um círculo restrito onde cabem escritores da velha geração e os seus parques discípulos mais novos. O vácuo crítico e a iliteracia literária (derivada da inestética da recepção, em que o livro não cumpre o seu papel de elemento dialógico entre as gerações), que temos em Angola, impede uma tomada de consciência por parte dos cultores da não-literatura. Ilustramos este fenómeno com um exemplo: nós não temos, em Angola, no grupo de escritoras com menos de 40 anos, nenhuma Alda Lara dos tempos modernos; todas as prosadoras e poetisas que nasceram e foram surgindo desde a independência até à data, no território nacional, não contribuíram para a possibilidade de renovação estético-formal da literatura angolana.

Nós, os escritores, somos conhecidos da jovem geração, não pelo mergulho ocular nas nossas obras, mas por causa de aparecermos na televisão.

Raríssimos são aqueles que têm consciência de que a literatura contemporânea é legatária do acervo literário da Humanidade e que é a assimilação

desse manancial que lhes confere as ferramentas para escreverem obras que os colocarão no círculo restrito dos mestres da literatura.

Com o livro a preços proibitivos e a inexistência de um programa nacional de leitura no sistema de educação e ensino não se pode esperar um grande impacto directo da literatura angolana sobre a sociedade civil, tão pouco sobre a renovação da literatura em si.

Nós, os escritores mais velhos ancorados na pátria, sofremos de dois dilemas. Um: o tempo para escrever, a conciliação entre o dever cívico de trabalhar (muitos de nós, temos dois empregos para sobreviver) e a paixão pela escrita. Dois: os centros de difusão da literatura africana de expressão portuguesa continuam baseados em Lisboa e São Paulo. Enquanto não formos editados em Portugal ou no Brasil, ninguém sabe das nossas obras, nem sequer da nossa existência como escritores. E mais grave ainda. Com a anglofonização do planeta, enquanto eu não for traduzido para o inglês, jamais alimentarei a esperança de um dia ganhar o Prémio Nobel da Literatura.

Mas há uma outra condição básica, elementar, que nos impede de engrossarmos a lista dos premiados com o Camões. Durante os 27 anos de guerra, o Estado deu muito pouca atenção e dinheiro para o sector da Cultura, no geral, e para a Literatura, em particular, aqui incluída a promoção das línguas nacionais. Conquistada a paz, não se vislumbra nenhum passo verdadeiramente sólido que tenha criado, nestes 17 anos de paz, condições de trabalhar com maior dinamismo para o desenvolvimento da Cultura nacional, principalmente na criação dos hábitos de leitura nas escolas, nem da constituição e execução de um tão propalado Plano Nacional de Leitura, devidamente legislado há anos, mas que nunca foi aplicado.

Quem, como eu, dá aulas de língua portuguesa na academia, fica abruptamente desesperado, com 99,9% de alunos que nunca leram uma obra de Uanhenga Xitu, ou de Óscar Ribas, nem de qualquer outro clássico da literatura angolana.

Vácuo da crítica literária (e pobreza do jornalismo cultural)

Nos 43 anos de independência, a Academia angolana não foi capaz de produzir um único crítico literário que, com regularidade profissional, se pudesse dedicar à crítica literária sistemática, e capaz de “um exame severo e sereno das qualidades artísticas dos bons escritores”. As análises e apresenta-

ções que passam pelos palcos dos lançamentos das obras têm, quase todas, um carácter saturadamente laudatório.

Análises surgidas em órgãos da imprensa local e produzidas esporadicamente por mera carolice não contam para a história da ensaística literária, por falta de rigor científico e por misturarem alhos com bugalhos.

O trabalho de Mário Joaquim Aires dos Reis, docente na Universidade Katyavala Bwila, Benguela, é um caso raríssimo de um cultor das Letras angolanas que faz crítica com a mesma paixão que Dionísio fez no seu tempo. Mas Mário Reis tem se restringido a um campo diminuto de autores da nossa Literatura e da sua pena (ainda) não saiu uma obra monumental como a *Formação da Literatura Angolana*, de Mário António, limitada temporalmente à sua época. Em entrevista ao jornal *Nova Gazeta* de Luanda, em 7 de Junho de 2019, podemos ler: “Natural da Guiné-Bissau, docente da Universidade de Lisboa e convidado da Katyavala Bwila, Mário Joaquim Aires dos Reis vive em Angola há oito anos e é fascinado pela literatura angolana.”

“Preocupa-me que a geração de escritores conotados com a denúncia do jugo colonial esteja a desaparecer e não há uma outra que a substitua”, desiluiu-se.

“Há figuras que publicam um livro de poemas e acham que já são poetas. Não têm estado a emergir, na cultura angolana contemporânea, novos talentos!”, lamentou.

“Em Angola, temos o caso emblemático do Ondjaki, que, nos novos escritores, é o único que se destaca. O horizonte é preocupante porque o número de escritores devia multiplicar-se, mas está a acontecer exactamente o contrário”, sublinha.

Este vácuo crítico profissional e académico na ensaística literária tem prejudicado o progresso qualitativo da Literatura em Angola.

Estamos perante um conjunto de sobressaltos no modo de produção literária que causam insónias à Musa em Angola. Daí uma produção patológica de pesadelos literários, derivados, essencialmente da inviabilidade da interdependência dos campos literário e educativo e que nos levam a não acompanhar a marcha literária do mundo.

Portanto, temos aqui elementos que ajudam a explicar aqueles limites geográficos do Prémio Camões e que dispensam comentários da nossa parte.

Conclusão

Em jeito de conclusão desta crónica, direi que o caminho apontado pelo escritor Luandino Vieira é incontornável: “A Literatura se alimenta de Literatura. Ninguém pode chegar a escritor se não foi um grande leitor.” Esta verdade é válida para quem quer chegar a qualquer prémio, não só o Camões.

Agregada à leitura está a legitimação nacional do escritor. Esta legitimação faz-se com a crítica e os estudos literários. Daí a necessidade de reformular os cursos de Letras. Este esforço pede o reforço de verbas do OGE e uma visão mais progressista e despartidarizada do fenómeno literário e do escritor. O facto de a Academia angolana produzir escassa ou quase nula bibliografia de pesquisa é devido à simples, mas trágica constatação de que os alunos que entram para a universidade não possuem competência linguística do português. Há que dar formação em jornalismo cultural para que se produzam resenhas mais apuradas do ponto de vista da análise básica das obras nos jornais.

Não podemos também deixar de nomear a questão ético-moral de quem é suposto ser a reserva moral de uma Nação. Uma obra potencialmente candidata ao prémio Camões deve ostentar duas componentes essenciais: uma componente técnico-formal ou o rigor artístico na oficina de expressão e outra componente ideológica, que entendo como um vínculo profundo com a ética e com os superiores interesses da Humanidade.

A nível internacional, os nossos Estados devem promover o intercâmbio literário, através da tradução de autores universais para consumo interno, ou a sua mera compra nos mercados português e brasileiro, como fez Boaventura Cardoso, nos anos 80, com a colecção Vozes da África. Incrementemos também o movimento internacional de escritores, com o objectivo de trocar conhecimentos, tendências de produção e técnicas narrativas modernas.

LITERATURA E PENSAMENTO NA (RE)ELABORAÇÃO DE UM *ETHOS* AFRICANO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Elter Manuel Carlos
U. de Cabo Verde

Ainda não se aliviou o luto pelo falecimento de Agostinho Neto, ainda se escutam os panegíricos celebrando as suas qualidades de homem de acção. (...) Agostinho era, pela certa, uma dessas personalidades irradiantes que atraem e criam um estado de dinamismo nas pessoas com as quais por acaso entram em relações. (...) Com excepção da política, falámos das possibilidades de criar literaturas nos vários meios africanos, o que cada um de nós tinha feito e esperava fazer. (GONÇALVES, 1998)¹

Introdução

Esta reflexão procura abordar a relação entre literatura e pensamento, com enfoque no contexto africano de língua portuguesa (LP). A partir da compreensão de algumas características transversais a estas literaturas, procura argumentar que um *ethos* africano em LP tem como um dos seus espaços de manifestação a experiência de criação literária, poética e artística. Uma experiência que, em verdade, se explica pelo nexo dialógico existente entre narração, antecipação e projeto. Tal postura, por ser de natureza hermenêutica e crítica, inspira-se na linha conceptual e argumentativa da filosofia

¹ Excerto de um texto elaborado por António Aurélio Gonçalves após a morte de Agostinho Neto, em 1979, recolhido pelo escritor e crítico literário Arnaldo França do espólio do autor. Segundo França, o espólio trazia notas / referências a estudantes africanos contemporâneos de Gonçalves em Lisboa e ligados aos movimentos Pan-africanistas.

hermenêutica (RICŒUR, s/d; 1991 & GADAMER, 1977, HEIDEGGER, 2012). Por isso, no contexto africano de LP, é valorizado o gesto de encontro com a lógica da(s) pergunta(s) que o texto(s) literário(s) e poético(s) levanta(m) no acontecer narrativo da experiência.

A lógica da pergunta lançada desde o íntimo do horizonte do texto, ao querer o seu movimento complementar, o ato da leitura, inaugura (e serenamente funda) um *habitar poético da linguagem* (expressão de HEIDEGGER, 2012). Não se pode olvidar, por isso mesmo, que a conquista da Independência Nacional por parte dos países de LP vigorou através da força da palavra literária que criou condições de possibilidade para que se efetivasse a emancipação cultural e política. Por isso, sublinhar a energia e o entusiasmo que essas literaturas tinham no percurso a seguir à Independência significa clamar por uma educação cultural e estética que estimule o gosto da leitura em contexto formativo e não só.

De facto, do encontro do intérprete com o texto vertem-se os trilhos de uma inevitável continuidade do questionamento histórico a partir do literário e do artístico, mormente dando visibilidade àqueles valores que merecem ser retomados na relação identidade / diferença. E não é menos verdade que tal atitude, nobre quando se materializa na existência concreta, contribui para o *encurtamento da distância cultural* (RICŒUR, s/d; 1991) e educa (convida a educar) para o (no) sentido ético, estético e poético da existência. Neste sentido, a leitura e a escrita, outrossim a própria experiência de conversação dialógica acerca destes mundos criados, em que os prémios Camões são sempre convocados à festa da linguagem, ajuda-nos a comemorar a língua como habitação e a poiesis como permanente tarefa. Convém, todavia, ter em mente o respeito pela pluralidade linguística e pela diferença, autêntica forma de fazer jus às culturas de língua portuguesa como culturas de várias línguas.

Para colocar em evidência esta reflexão daremos voz ao primeiro tópico: “Da emergência das literaturas africanas de LP à (re)elaboração de um modo de pensar enraizado”. Trata-se de um tópico fundamentante, uma vez que aborda a ideia da passagem das literaturas africanas de LP de um estado de mera (e necessária) emergência (referimo-nos ao século do nascimento da imprensa, século XIX, e ainda ao próprio século XX – décadas de 20 e 30) para um modo de enraizamento na concretude existencial onde estas literaturas têm referência.

O segundo tópico analisa reflexivamente o lugar que ocupa a “Cultura como elevação: a educação como caminho”. De facto, a ideia de cultura como elevação espiritual pressupõe uma outra ideia complementar: a ideia de educação como itinerário para essa elevação espiritual, portanto, para uma continuidade / estímulo de um pensar enraizado na cultura e em inevitável devir.

Analisados estes dois tópicos substanciais extrairemos deste constructo crítico-reflexivo, e de forma sumária, algumas reflexões (in)conclusivas, conscientes de que a nossa visão não passa de um mero ensaio preliminar, conquanto estimulante, para estudos desta índole.

1. Da emergência das literaturas africanas de língua portuguesa à (re)elaboração de um modo de pensar enraizado

Se é verdade que a literatura transforma a experiência do quotidiano em algo dizível e comunicável, e que coloca a palavra escrita à disposição dos que saibam ler, não é menos verdade que o esforço de labor artístico do escritor é um profícuo trabalho de linguagem e pensamento. E a filosofia, por sua vez, vai encontrar nessa construção imaginária empreendida pela(s) língua(s) literária(s) um terreno fecundo para o seu labor reflexivo. Na Grécia Antiga, a emergência da filosofia dá-se com a sua rutura com a poesia e o mito. Onde terminam estes (e graças a estes – pois não há uma separação total) emergiu o pensar filosófico, continuando as marcas do mito, da religião e dos fragmentos poéticos dos pré-socráticos a fazer parte do seu universo.

De facto, no contexto africano de LP, revelam-se deveras inspiradoras estas características da filosofia e cultura na Grécia Antiga, sem olvidar as civilizações anteriores à Grécia, inclusive as africanas que, outrossim, foram importantes. Isto se entendermos que, neste contexto cultural africano, a “coisa” poético-literária contribuiu para o desvelamento de uma nova ordem do sentir (e do dizer) em termos estéticos e emancipatórios, o que poderá posicionar-se como matéria-prima conducente à consolidação de um modo de pensar próprio e enraizado nos horizontes históricos. Um modo de pensar que, em verdade, dignifique a forma de sentir, viver e sonhar dos sujeitos e culturas africanos, explorando o campo dos possíveis e novas formas de existência. Aliás, a cultura literária já o faz; porém, ao ambiente das culturas africanas de LP falta a prática de discursos persuasivos hábeis a contraporem

às “teses” do pensamento mediático-burocrático que tem vindo a asfixiar o Ser dos Povos africanos, mormente quando, não raras vezes, se limita a explorar as fragilidades da África com sensacionalismos assoladores.

Retomando a ideia da arte literária como emancipação estética destes povos, é lícito sublinhar que tal emancipação antecede e favorece a própria experiência de emancipação política e social (RANCIÈRE, 2010: 55). De facto, uma experiência que, no contexto e na história, serviu de laboratório de pensamento e ação, utopicamente determinada para a mudança de valores e a instauração de um clima de questionamento sobre o sentido da existência real e concreta destes Povos. Movidos assim por esta nova ordem de valores, uma projeção utópica dos ideais de liberdade e justiça, encontramos escritores, poetas e revistas literárias que se entregaram a estas causas, em suma, àquilo que Mourão (1998: 109, 172), a propósito da força da palavra literária, considera ser o espaço em que “desenha-se o futuro da humanidade”.

De facto, as literaturas africanas de LP elaboraram um trabalho, um convite autêntico à rutura com as formas centradas de dizer, de sentir e de ver do colonizador, contribuindo desta feita para um exercício de descentração crítico-reflexivo, mediante uma *hermenêutica de si mesmo* (RICŒUR, 1990) capaz de escutar os rumores que o mundo-da-vida ia exibindo na teatralização do seu próprio acontecer. Na verdade, a emergência destas literaturas revelou-se como autêntica atitude de entrega ao cultivo de uma nova ética e de uma nova estética, com reflexos no social, no político, no ideológico e no cultural. É por isso que todo esse esforço de percepção sensível das realidades situadas (realidades marcadas por situações-limite e condicionantes da ação), coerentes com a fertilidade de uma imaginação criadora e com a prática de um modo de pensar crítico, esteve a serviço da construção (*Bildung*: formação cultural e estética) de um espírito nacionalista. De facto, tal espírito era uma urgência do tempo e da circunstância vividas.

Manuel Ferreira, um eminente estudioso das literaturas africanas de LP que, entretantes, vivera algum tempo em Cabo Verde e se revelou como profundo conhecedor da literatura cabo-verdiana e das literaturas africanas em LP, acerca da ideia de que o colonialismo “é a negação da personalidade do Outro. Em todos os aspectos” (s/d: 31), sublinha em *Percurso Africano I* que, no processo de tomada de consciência por parte do africano:

Há um momento em que essa consciência começa por ser nítida, pelo menos em alguns poetas, depois nos prosadores, e vai entretanto influenciar outros e, em determinada altura, estão criadas as condições precisas para uma deliberada mudança no acto da escrita. Essa influência exercida entre os intelectuais tende à organização de grupos, por vezes relativamente pequenos, que terminam por se associar em volta de Revistas ou suplementos literários. Então outros grupos ou extratos sociais vão ser sensibilizados para o facto, criando ou fortalecendo um puzzle que oscila, mas tende sempre a desenvolver-se e a alcançar maior coesão. Neste caso a tendência é para a inserção da literatura na prática política, exercendo-se mútua influência (FERREIRA, s/d: 31).

A colocação de Ferreira apresenta alguns traços do processo de formação da consciência e sentimento nacionais no árduo processo do seu fazer socio-histórico e cultural, outrossim, permite-nos interpretar nas entrelinhas que, a conceptualmente designada *arte pela arte* não faria sentido num espaço onde se procurava instalar um novo pensar e sentir para que, em complementaridade, melhor se pudesse agir e melhor se voltasse a pensar, assim como um dia pronunciou Amílcar Cabral em toda a sua inspiração iluminista: um “*ousar a pensar por si próprio*”. De facto, entre o artístico, o político-ideológico e o social houve um equilíbrio e uma complementaridade. E é curioso perceber que os textos do período nascente dessas literaturas, mesmo que imbuídos de tal dimensão social e política salientes, conseguem, ainda assim, revelar-se como obras de arte literária de alto valor estético, permanecendo visível a irrecusabilidade da função estética e da ornamentação da linguagem no fazer artístico.

Ora, no respeitante a essa qualidade interventiva da arte literária, Ferreira (s/d) sublinha o facto de que, ainda muito cedo, em pleno século XIX, a língua portuguesa da ficção ou da poesia começa por ser enriquecida por matices linguísticos nacionais, um processo lento que, cada vez mais, vai ganhando terreno e vem acompanhado de revistas literárias e culturais. E o “discurso literário, poético ou ficcional vai ao lastro linguístico da comunidade, rica em elementos linguísticos diglósicos, buscar formas de expressão nacionais (e nacionalistas)” (FERREIRA, s/d). Isto porque, diz-nos ainda o autor, a partir do momento em que se decide a independência nacional,

A língua portuguesa aplicada nos textos literários africanos sofre perturbações enriquecedoras com a injeção das mais diversas contribuições linguísticas oriundas das línguas africanas ou da criatividade popular. O texto, a partir de certo momento, é um festival expressivo, colorido e vivificado (...). O escritor africano se libertou da dependência literária colonial, construindo a sua individualidade, dando largas ao desenvolvimento da sua integral personalidade (FERREIRA, s/d: 35).

Ora, as citações acima traduzem esta (pre)ocupação do escritor africano em efetuar um trabalho de (re)encontro com o si mesmo, um gesto de fratura com as estruturas normativas do Outro, uma ousada celebração dos caminhos interpretativos da sua identidade cultural. Ferreira (1986: 13), agora em *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa I*, é da opinião que o primeiro livro impresso na África lusófona foi *Espontaneidades da Minha Alma* (1849), da autoria do angolano José da Silva Ferreira [quatro anos após a instalação do prelo em Angola], embora não se trate do mais antigo livro escrito por um autor africano. Isto porque, segundo Ferreira, o poemeto da cabo-verdiana Gertrudes Pusich, *Elegia à memória das infelizes vítimas assassinadas por Francisco de Mattos Lobo, na noute de 25 de Junho de 1844*, publicado em Lisboa no mesmo ano, é anterior ao texto de José da Silva Ferreira. Faz menção também Ferreira ao livro *Tratado breve dos reinos (ou rios) da Guiné*, escrito pelo cabo-verdiano André Alves de Almada em 1594. E defende ainda que literatura colonial não é o mesmo que literatura africana de “expressão portuguesa”, na medida em que a literatura colonial veicula o universo poético e narrativo do homem europeu e não do africano, acrescentando ainda a ideia de que em Cabo Verde não houve propriamente uma literatura colonial (FERREIRA, 1986: 22-24). E di-lo tendo em mente que os primeiros textos desse período do nascimento da imprensa, em que se destaca o exemplo do romance *O escravo* (publicado em 1856) (embora retrate o tempo de 1835), da autoria do português José Evaristo D’Almeida, são textos que engendram do real concreto cabo-verdiano testemunhado pela própria construção dos personagens e dos espaços onde transitam.

De facto, *O escravo* é uma obra que, no cruzamento das dimensões histórica, social, ideológica e cultural (não meramente a literária), dá a ver, numa linguagem romântica característica da época, situações e manifestações da cultura cabo-verdiana que eram silenciadas, sublinhando inclusive as mais antigas e genuínas, como é o caso do batuque (*batuku*), expressão cultural e

estética que envolve em simultâneo música, canto, dança e poesia oral. Portanto, um género musical-coreográfico que foi reprimido (ou meramente tolerado) durante todo o período antes da independência (durante séculos) e que, no século XIX, foi objeto da legislação proibitiva no *Boletim Offiical* (n.º 12, 13 e 14 de 1866) e 32 anos depois (edital de 1898), sem olvidar leis do século XVIII e o controlo no século XX. Tudo isto para dizer que o romance de Evaristo D’Almeida, um texto obrigatório para qualquer estudo sobre o *batuko* e sobre a problemática da escravatura, chama a atenção para os flagelos da falta de liberdade e justiça a que os africanos (neste caso concreto os cabo-verdianos) estavam votados. Escutemos um trecho desta obra:

Os sons poucos harmoniosos de três guitarras – que estavam em completo desacordo entre si – foram serenar aquelas almas, cujas molas – gastas e enfraquecidas pelo hábito de sofrer – não podiam dar impulsos a pensamentos de força, que por isso tinham aí efémera duração.

Forma-se a roda: trinta ou mais bocas femininas se abrem e dão liberdade às vozes que elas possuem de uma extensão a causar inveja ao mais abalizado barítono; – mas a música! A música era infernal! Sem cadência, sem harmonia e sem gosto, julgareis ter na frente a cópia viva do quadro de Hoghar “O músico desesperado” (...) (ALMEIDA, 2017).

Ainda no contexto da emergência do literário em Cabo Verde não podemos olvidar o esforço essencial da geração de Eugénio Tavares (1867-1930), Pedro Monteiro Cardoso (1890-1942), José Lopes (1872-1962), entre outros tantos anónimos que fizeram dos problemas da terra a sua matéria de criação literária, antecipando, em muitas dimensões, aquilo que viria a ser o futuro movimento e revista *Claridade* (1936 – data do nascimento), fundada por Baltasar Lopes da Silva, Manuel Lopes, Jorge Barbosa, Jaime de Figueiredo, João Lopes..., e de outras revistas que sucederam a *Claridade* e lutaram pela independência através da força da palavra literária que eleva e dignifica a condição política, social e cultural do homem cabo-verdiano. De facto, a literatura, um ato de cultura da palavra, preparou os caminhos da liberdade dos povos africanos de LP, bem testemunhada na voz do nosso poeta homenageado, Agostinho Neto (1980: 255), no poema “O izar da bandeira”, concluída no tom seguinte:

(...) Os braços dos homens
a coragem dos soldados
os suspiros dos poetas

tudo todos tentaram erguer bem alto
acima da lembrança dos Heróis
Ngola Kiluanji
Rainha Ginga
todos tentaram erguer bem alto
a bandeira da independência.

Assim, defendemos que um pensamento africano em LP deve inspirar-se no constructo da imaginação elaborado pelo literário e pelo poético, próximo da ideia de Segato (2017), quando assevera que “ninguém cria conceitos abstractos do nada, primeiro se tem uma experiência real, que é apreendida através da língua literária e, só depois, trabalhada filosoficamente”. Ou da ideia de Mourão (1998: 274), quando subscreve que “a poesia quer chegar ao ser, e não, antes de mais, enriquecer o dizer. A poesia não diz, ela é simplesmente aquilo que fará com que as palavras, desconceptualizadas, poderão deixar ver”. Percebe-se assim que, no que tange à contemporaneidade literária africana de LP, estimular a criação literária e poética, por intermédio de prémios, menções honrosas, estímulo à leitura e a tertúlias literárias, significa, igualmente, criar condições para a continuidade de um legado ao mesmo tempo que se dá espaço a novas temáticas que retratam questionamentos hodiernos, condição indispensável para a instalação de um modo de pensar (filosófico) situado. Concreto! E daí a ideia de (re)elaboração de um pensamento situado. Encarnado no próprio existir linguisticamente mediado.

2. Da cultura como elevação: a educação como caminho

O próprio percurso e efeito histórico-hermenêutico das literaturas africanas de LP responde por si que as obras dos escritores, poetas ou pensadores que elaboraram o trabalho da linguagem com vista à construção antropológica do homem africano merecem ser lidas e dadas a conhecer no contexto educativo. Uma educação hermenêutica do simbólico e do literário, assim como nos desafia Paul Ricœur em toda a sua hermenêutica, revela-se como trabalho de desvelamento, um esforço que orienta as novas gerações, as que virão só depois, mas também as gerações vindouras, a um clima onde a verdadeira educação se manifeste como uma forma de instalação hermenêutica num mundo mediado cultural e linguisticamente. Educação, língua(s) e cultura manifestam-se, assim, na sua indissociável condição, e as novas gerações, uma vez introduzidas no acontecer linguístico das obras que as precederam, sentir-se-ão orgulhosos da sua identidade e disponibilizar-se-ão, de

forma ontologicamente segura de si, para o diálogo inter(trans)(cultural), necessário para o nosso tempo.

Vimos já que os países africanos, referindo-nos aqui aos lusófonos em particular, são infelizmente “vistos”, em muitas circunstâncias, mediante uma linguagem redutora, subsidiária de um “certo” pensamento mediático instrumental, o que, em verdade, mascarra estes países, culturalmente ricos como são, de uma invasão sensacionalista, em vez de se promover uma *ética do cuidado*. Ora, este gesto do cuidado de si, tomando o termo de empréstimo a Michel Foucault, há de robustecer-se através de uma educação estético-sentimental e cultural capaz de devolver ao povo africano conhecimento acerca da sua identidade, mas de uma identidade plural. Sempre plural, assim como é a África de LP.

É nesta medida que entra o contributo da educação como formação daquilo a que o hermeneuta Gadamer (1977) apelida de *senso comunis*, a saber, a formação de um *sentir comunitário* (ethos) que, no contexto do pensamento em LP, se traduz num *pathos* de ligação, num reconhecimento do Mesmo no Outro e do Outro no Mesmo, uma verdadeira educação como modo de vida pessoal e culturalmente vivida. Uma verdadeira *Paideia* de língua portuguesa (lembramos António Quadros, Agostinho da Silva, etc.) construída e celebrada narrativamente, na unidade e na diversidade, tanto na educação formal como na informal. E sem nenhuma tentativa de lançar cânones obrigatórios de leitura, não é menos verdade que um programa educativo que estimule o cultivo e a leitura de textos de “grandes” autores de língua portuguesa, de todos os espaços desse mundo linguístico e afetivo que nos une como humanos, significa lançar sementes para o germinar de um conhecimento de nós mesmos, em termos singulares, mas de uma tradição educativa, na sua aceção geral.

Pois bem, a “educação não pode tudo, mas alguma coisa pode” – diz-nos o educador e filósofo da educação lusófono que muito se preocupou com a formação do humano em toda a lusofonia e no mundo: Paulo Freire. E é com este enunciado, uma máxima, que terminamos estes tópicos e lançamos algumas notas (in)conclusivas, que passaremos a, sumariamente, apresentar.

Notas (in) conclusivas

Da reflexão empreendida extraíram-se as ideias seguintes:

1. No espaço lusófono africano, a literatura engendrou lições a nível estético, ético, social e político, atestadas pelos próprios efeitos de sentido que emanaram (ou emanam) destas literaturas no contexto da configuração narrativa da identidade dos respetivos povos e comunidades.

2. Esta experiência literária funcionou como experiência de formação da consciência história (sentimento de pertença), estética (nova ordem do sentir conquistada pela palavra que eleva e dignifica) e linguística (reconhecimento do valor da língua portuguesa), outrossim, experiência da identidade e da alteridade (relação entre o mesmo e o outro), da multiplicidade e da diferença (experiência que se baseia numa razão partilhada); experiência da singularidade (identidade cultural / narrativa).

3. Essa experiência, na sua complexidade de abordagens e na sua atestação exemplar, merece ser dada a conhecer e a comunicar, a pensar e a sentir às gerações presentes e futuras como um paradigma de pensamento (re)inovador e prospetivo, não para ser seguido, mas para encontrar a origem dos seus questionamentos intrínsecos e posicionar-se nos caminhos daquilo que merece ser retomado.

4. Assim, os prémios de literatura de língua portuguesa, em que o prémio Camões se manifesta como o de maior envergadura, traduzem um forte significado histórico, linguístico, ético, estético, inter-transcultural, funcionando como autêntico símbolo comemorativo: a comemoração de um modo de pensar em língua portuguesa; a celebração da ideia ricœuriana de que quem tem uma língua tem um mundo e tem um outro: tem uma alteridade. A celebração de um pensar sensível que merece, além da inevitável e necessária comemoração, um polo complementar: o próprio sentido que comporta a leitura literária (articulada com a educação estética e literária) com o sentido hermenêutico do simbólico que, não devendo ser tão-somente subsidiária da educação formal, merece abrir-se à educação não formal, sob pena de não se poder resistir a certas atitudes incrédulas.

5. Um pensamento africano de LP há de emergir (está a emergir) da própria imaginação simbólica condensada pelo literário e pelo poético, sendo que a literatura nos fornece imagens da realidade e a filosofia carece desta construção imagética para a sua própria emergência.

Bibliografia

- (1986). *Clareza, Revista de artes e letras*. Linda-a-Velha.
- ALMEIDA, J. Evaristo d' (2016). *O escravo*. Praia: Pedro Cardoso Editora.
- FERREIRA, Manuel (1986). *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- FERREIRA, Manuel (s/d). *O discurso no percurso africano I*. Lisboa: Plátano Editora.
- FOUCAULT, Michel (1987). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes.
- GADAMER, Hans Georg (1977). *Verdad y método. Fundamentos de una Hermenéutica Filosófica*. Salamanca: Ediciones Sígueme.
- GONCALVES, A. Aurélio (1998). *Ensaio e outros escritos*. Organização e apresentação de Arnaldo França. Praia / Mindelo: Centro Cultural Português.
- HEIDEGGER, Martin (2012). *Caminhos da floresta*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MOURÃO, J. Augusto (1998). *A sedução do real: Literatura e Semiótica*. Lisboa: Vega.
- NATÁRIO, Celeste (2013). "Pensamento, poesia e insularidade". In *Geometria do caos: encontros Sobre Filosofia e Literatura*. Porto: Culturprint.
- NETO, Agostinho (1980). "O izar da bandeira". In ANDRADE, Mário (1980). *Antologia temática de poesia africana*. Vol. 1. Praia: Instituto Caboverdeano do Livro e do Disco.
- RANCIÈRE, Jacques (2010). *O espectador emancipado*. Lisboa: Orfeu Negro.
- RICŒUR, Paul (s/d). *Do texto à acção: ensaios de Hermenêutica II*. Lisboa: Rés Editora.
- RICŒUR, Paul (1991). *Si-Mesmo como um Outro*. Campinas: Papyrus Editora.

OS PRÉMIO CAMÕES AFRICANOS

EM LIVROS TEMÁTICOS E A TRADUÇÃO

DE OBRAS DOS GALARDOADOS NA BULGÁRIA

Petar Petrov

U. Algarve / CLEPUL

Com o título genérico *Meridianos Lusófonos*, foram publicados, em Portugal, dois livros temáticos, concebidos no sentido de fornecer estudos das obras dos escritores que receberam o Prémio Camões, no período compreendido entre 1989 e 2016. Recorde-se que o referido prémio é o mais importante galardão dedicado às Literaturas de Língua Portuguesa, instituído em 1989, com o objetivo de premiar anualmente um autor que, pela qualidade da sua produção artística, tenha contribuído para o enriquecimento do património literário e cultural em Língua Portuguesa. Assim, no seu conjunto, os estudos nos volumes em causa incidem sobre diferentes géneros do artefacto artístico verbal, cultivados por escritores portugueses, brasileiros e africanos.

No primeiro livro temático, intitulado *Meridianos Lusófonos. Prémio Camões (1989-2007)*, organizado por Petar Petrov e publicado em 2008, três estudos contemplam a produção literária dos autores africanos premiados: o moçambicano José Craveirinha, galardoado em 1991, e os angolanos Pepetele e Luandino Vieira, Prémio Camões em 1997 e 2006, respetivamente.

O estudo sobre a obra de José Craveirinha é da autoria de Ana Mafalda Leite, professora da Universidade de Lisboa, e se intitula “A oficina narrativa da poesia na escrita de José Craveirinha”. Assim, relendo os contos e as crónicas de José Craveirinha, Ana Mafalda Leite chega a interessantes hipóteses de trabalho na sequência dos seus dois estudos sobre a poética do escritor moçambicano: o primeiro a explorar o tópico da passagem da poeticidade à narratividade e, o segundo, a incidir sobre a combinatória do registo culto

com práticas orais do sul de Moçambique. Trata-se, assim, de poesia narrativa, porque os poemas evidenciam uma forte carga narrativa e os contos e as crónicas têm uma vertente poética fundamental. Avança-se com novas hipóteses de trabalho, baseadas nos pressupostos de que alguns poemas de Craveirinha são outra versão dos contos, recriando também temas de algumas crónicas. Para além disto, a relação genética dos contos com os poemas estabeleceu-se através do aproveitamento de assuntos, ritmos, construções frásicas e marcas estilísticas. Por fim, outra hipótese de trabalho se perfila: alguns contos fazem a transição para os poemas, uma vez que os seus enredos são muito fragmentados e a enunciação do narrador assemelha-se à de um sujeito poético. Por conseguinte, a oficina narrativa da poética de José Craveirinha representa uma teia de diferentes modalidades expressivas que se entrelaçam, consubstanciando uma escrita em processo.

O estudo sobre a obra de Pepetela é da autoria de Alberto Carvalho, professor da Universidade de Lisboa, com o título “Pepetela: coordenadas e percursos de escrita”. O seu teor apresenta-se estruturado em quatro partes: Prolegómenos, Historicidade, Autor e Obra, e Percursos. É na terceira e quarta partes que são desenvolvidas as ideias relacionadas com a produção literária de Pepetela, entre 1973 e 2005. Assim, refere o ensaísta que o percurso existencial do autor angolano condicionou o comprometimento da sua escrita. Chama a atenção para a heterogeneidade das suas primeiras obras, que apresentam três traços fundamentais: uma pedagogia expressamente militante, uma reflexão iconoclasta sobre a mitologia dos heróis da guerra colonial e dois exercícios dramáticos de cariz pedagógico e mobilizador. A heterogeneidade revela-se também em dois eixos estéticos: o da referencialidade direta e denotativa, com metatextos a evidenciar uma didática realista, e o da opacidade, com a eleição de conotações de valor alegórico. Na parte dedicada aos Percursos, as obras de Pepetela são ordenadas em três grandes paradigmas: “reflexão política: prescrição”, “crítica ideológica: didatismo” e “crítica social: morigeração”. O primeiro paradigma conta com dois romances e dois textos dramáticos, publicados entre 1973 e 1980; ao segundo pertencem quatro romances, editados entre 1992 e 2000; no terceiro incluem-se três narrativas romanceadas, datadas de 2001, 2003 e 2005. Mas podem ser distinguidos mais três paradigmas: “saga”, com dois títulos, “moralidade”, com um título, e “poética / teoria”, que se revela em dois romances. Assina-

la-se, igualmente, que no paradigma geral “crítica” é possível distinguir duas vertentes: por um lado, um programa narrativo comprometido, e, por outro, “o papel social do militante no horizonte do «novo homem» angolano”.

O último estudo do primeiro livro temático é sobre a obra de Luandino Vieira e é da responsabilidade de Salvato Trigo, Reitor da Universidade Fernando Pessoa, intitulado “A heteronímia e Luandino”. Partindo da heteronímia de Fernando Pessoa, Salvato Trigo procura estabelecer uma relação entre os comentários genotéticos do poeta português e o processo de escrita praticada por Luandino Vieira em *João Vêncio: os seus amores*. Mais concretamente, a obra luandina lembraria a dimensão heteronímica de Álvaro de Campos, que defendeu e cultivou a estética não-aristotélica, quer dizer, aquela que não respeita a unidade e o belo como categorias superiores da arte. Isto porque a “estória” do escritor angolano declara ser “uma tentativa de ambaquismo literário, a partir do calão, gíria e termos chulos”. Recorda-se que o sensacionismo pessoano é um projeto estético para a concretização de uma arte literária liberta dos cânones aristotélicos. De modo semelhante, o ambaquismo luandino, na obra em causa, é uma forma de sensacionismo, porque privilegia a sensação sobre outra manifestação psíquica ou psicofisiológica. Por outro lado, o texto é construído em forma de diálogo que, de facto, não existe, uma vez que o suposto interlocutor não assume qualquer fala. No entanto a “estória” tem uma estrutura dialógica que é própria da carnavalesização, cuja lógica é reforçada por linguagens múltiplas, porque João Vêncio utiliza neologismos de várias línguas e de segmentos linguísticos originais. Por fim, o realce da vertente carnavalesca passa pelo recurso à paródia do sagrado, que tem o mesmo sentido pagão de Ricardo Reis, subvertendo as velhas crenças de uma fé inquestionável.

No segundo livro temático, intitulado *Meridianos Lusófonos. Prémio Camões (2008-2016)*, também organizado por Petar Petrov e publicado em 2018, dois estudos incidem sobre a produção literária do cabo-verdiano Arménio Vieira, premiado em 2009, e do moçambicano Mía Couto, galardoado em 2013.

Sobre a obra de Arménio Vieira, o estudo é da autoria de Filinto Elísio, escritor, curador e editor cabo-verdiano, com o título “Arménio Vieira – Cabo Verde, Literatura-Mundo & *Mater Mundi*”. Na perspetiva de Filinto Elísio, a obra de Arménio Vieira, composta predominantemente por antolo-

gias de poemas e dois livros em prosa, merece entrar, pela sua singularidade, no cânone das literaturas de língua portuguesa, mas também no universo da chamada Poesia-Mundo. Segundo certos críticos, a produção poética de Arménio Vieira representa uma mudança de paradigma na poesia cabo-verdiana pela sua componente temática universal, pela rutura com a mundividência telúrica do ilhéu e pelo afastamento da tradição escrita de feição nacionalista. Isto devido à formação do poeta e às influências de autores da Literatura-Mundo, evidentes ao longo do seu percurso criativo. O próprio poeta refere os seguintes nomes que o inspiraram na sua escrita: Homero, Dante, Shakespeare, Poe, Rimbaud, Elliot, Pound, Whitman, Álvaro de Campos, Camões e Pessoa, entre outros. Trata-se, assim, de um escritor detentor de um enorme e diverso lastro cultural, cuja poesia dialoga com os clássicos greco-latinos e com a literatura europeia erudita, com ênfase na portuguesa, francesa e anglo-saxónica. Deste modo, a produção poética de Arménio Vieira situa-se num espaço transfronteiriço, pertencendo à modernidade tardia, fase de emergência de novas identidades e de novas formas de expressão axiológica e estética, habitando completamente a galáxia da Poesia-Mundo.

Por fim, a produção ficcional de Mia Couto é objeto de atenção no estudo da autoria de Petar Petrov, professor da Universidade do Algarve e investigador do CLEPUL, intitulado “O pós-modernismo e o projeto literário de Mia Couto”. Segundo Petar Petrov, nos contos e nos romances do projeto literário de Mia Couto é visível a presença de temas, estratégias e posturas artísticas próprias do código literário do pós-modernismo. Do ponto de vista semântico, a problemática das identidades impuras assume um papel relevante, apontando para a relativização de valores numa sociedade em processo de evolução. Por seu lado, as suas narrativas evidenciam diferenças significativas relativamente às estratégias adotadas por prosadores que recorrem às chamadas formas eruditas. As diferenças situam-se no plano discursivo, que demonstra a convivência de heranças tradicionais com registos literários da esfera da modernidade. No que diz respeito às modalidades representativas do autor moçambicano, a opção pelo realismo mágico-maravilhoso funciona como prova de uma complexificação genológica e estilística que se coaduna com a pluralidade expressiva do pós-modernismo. Quanto aos desígnios pragmáticos, o projeto literário de Mia Couto promulga a incerteza ontológica, ou seja, a simbiose entre o erudito e o popular questiona o logocentrismo e os sistemas estéticos fixos e consagrados.

No que diz respeito às traduções para a língua búlgara de produção literária dos autores africanos galardoados com o Prémio Camões, destacam-se três livros: uma antologia de poesia e contos de escritores moçambicanos, e dois romances, um do angolano Pepetela e outro do cabo-verdiano Germano Almeida, este último Prémio Camões 2019.

O primeiro livro intitula-se *Antologia da literatura moçambicana*, edição bilingue português-búlgaro, publicado em Sófia, em 2004, no qual estão incluídos os seguintes poemas de José Craveirinha: “Amor a doer”, “Mãe”, “Quero ser tambor”, “Grito Negro” e “Manifesto”. No prefácio de Petar Petrov, pode ler-se:

O mais importante escritor com produção poética de cariz protestatário em Moçambique foi José Craveirinha. Mestiço de mãe africana e pai português, Craveirinha contribuiu, de forma invulgar, para o enobrecimento da poesia do seu país. Artista de maior projeção internacional, toda a sua produção foi orientada no sentido de valorizar cada vez mais a sua pátria, estando os seus versos a serviço de uma reivindicação racial para os humilhados homens de cor. Importa assinalar, a este propósito, a sua técnica retórica arrogante, que persegue uma intencionalidade precisa, onde se mesclam o amor, a fraternidade, o sofrimento, a rebeldia, consubstanciando, assim, uma poesia de intervenção.

Da mesma antologia constam dois contos de Mia Couto, “A fogueira” e “Rosalinda, a nenhuma”, com a seguinte referência do prefaciador acerca da ficção de Mia Couto:

Os motivos comuns que atravessam a escrita de Mia Couto, pilares de um eixo axiológico central, são a profunda crise económica e cultural que acompanha o quotidiano da sociedade moçambicana, durante e depois da guerra civil, ou seja, após a independência nacional. O que se problematiza, fundamentalmente, é a instabilidade na qual está mergulhado o povo moçambicano, o desrespeito pelos valores tradicionais, a despersonalização, a miséria e a precipitação para a morte. O êxito dos seus livros tem a ver também com uma originalidade discursiva, confirmando a criação de uma nova linguagem literária.

O segundo livro é a tradução do romance *Predadores*, de Pepetela, publicado em 2008, com a seguinte observação do prefaciador acerca do teor da narrativa:

Pepetela explora um universo onde impera a lei da selva, com personagens que se devoram numa história a evidenciar a ambição desenfreada, o jogo de favores, o compadrio, os abusos políticos e a corrupção do poder. O leitor observa o percurso existencial dos protagonistas, a sua ascensão e degradação, as transformações ideológicas que acompanharam a implantação do Estado socialista em Angola, a posterior abertura para a economia de mercado, cujo funcionamento promulga profundas injustiças sociais.

A terceira tradução é do romance *O testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo*, de Germano Almeida, publicada em 2009, de cujo prefácio transcrevo o seguinte trecho:

De um modo geral, as narrativas de Germano Almeida conseguem desdramatizar os temas clássicos da literatura cabo-verdiana, como o “regionalismo telúrico”, a “crioulidade” e a “individualização” dos fenómenos socioculturais do arquipélago. O que sobressai do romance publicado em búlgaro é uma visão muito particular do homem de Cabo Verde, apanhado em momentos de exaltação de prazeres e na sua imensa capacidade de gozar a vida. Paralelamente aos segredos insuspeitos das suas personagens, das suas fraquezas, tentações, emoções e sentimentos mais profundos, o autor põe a ridículo a natureza humana associada à mediocridade, à falsidade e ao oportunismo.

Bibliografia

- ALMEIDA, Germano (2009). *Zavechtanieto na G-n Napumoceno da Silva Araújo*. Tradução de Snejina Tomova; prefácio e rev. da tradução de Petar Petrov. Sófia: Five Plus.
- PEPETELA (2008). *Hichnizi*. Tradução de Antónia Peeva; prefácio e rev. da tradução de Petar Petrov. Sófia: Five Plus.
- PETROV, Petar, *sel., pref., notas e red. da trad.* (2004). *Antologia da Literatura Moçambicana*. Sófia: Five Plus.
- PETROV, Petar, *org.* (2008). *Meridianos Lusófonos. Prémio Camões (1989-2007)*. Lisboa: Roma Editora.
- PETROV, Petar, *org.* (2018). *Meridianos Lusófonos. Prémio Camões (2008-2016)*. Lisboa: CLEPUL.

O CAMÕES DE CRAVEIRINHA

NA IMPRENSA PORTUGUESA

Ana Ribeiro
U. Minho

Um Prémio Luís de Camões não fala por si?
José Craveirinha, *Jornal de Letras*

1. Introdução

Criado em 1988, o Prémio Camões detém “uma posição central no contexto dos outros galardões” (GEORGE, 2002: 47). Segundo João Pedro George (2002: 50), ele é o principal dos grandes prémios literários, os quais, “ao conciliarem a importância da instituição com o elevado montante monetário que acionam, acabam por ter uma capacidade de mobilização muito maior, tanto de candidatos como dos meios de comunicação social”. Estes e outros fatores¹ contribuem para a consagração do prémio e, cumulativamente, de quem o recebe.

O destaque conferido pela comunicação social aos prémios literários é mais um dos capítulos das seculares relações entre literatura e *media*, nas quais a imprensa escrita foi pioneira, marcando a literatura presença nas suas páginas de diversas maneiras ao longo dos tempos. A atribuição de um prémio literário, sobretudo quando se trata de um grande prémio, é, em princípio, um acontecimento que merece a atenção dos meios de comunicação, de

¹ George (2002: 50-52) aponta ainda como critérios distintivos “um júri mais numeroso”, a obrigatoriedade de atribuição do prémio em todas as edições e a não existência de candidaturas prévias, dependendo a seleção apenas do júri. António Guerreiro (1989: 10), por sua vez, acrescenta “uma respeitável caução simbólica de onde ele vá retirar o seu nome [...], uma larga amplitude do universo de pessoas premiáveis e um júri suficientemente prestigiado que assegure a respeitabilidade da sua escolha”.

tal forma que, como nota George (2002: 45), “o efeito de banalização criado pela exposição mediática pode também ser um fator de descrédito, já que a influência crescente dos meios de comunicação social pode pôr em causa a autonomia do literário”.

A cumplicidade entre estes dois campos sociais, bem como o valor mediático conferido a certos prémios literários, são o ponto de partida para o estudo dos ecos que a atribuição do Prémio Camões a José Craveirinha em 1991 teve na imprensa portuguesa. Para isso, consultámos em dez jornais nacionais de tipologias diversas (*A Capital* (C), *O Comércio do Porto* (CP), *Diário de Notícias* (DN), *Diário Popular* (DP), *Expresso* (E), *O Jornal* (J), *Jornal de Letras* (JL), *Jornal de Notícias* (JN), *Público* (P) e *O Primeiro de Janeiro* (PJ)), os textos a que deu origem a atribuição do Prémio a Torga, Melo Neto, Craveirinha, Vergílio Ferreira e Pepetela. Pretendia-se assim comparar o caudal noticioso relativo a Craveirinha com o dos seus antecessores e sucessores na distinção², de forma a perceber o valor que os jornais atribuem a este acontecimento e se aquele varia conforme o laureado. Tal estudo permitiria ainda identificar características da abordagem jornalística do prémio, traçar a imagem dele e do premiado veiculada pelos órgãos de informação escrita e perceber se a entrada em cena, pela primeira vez, de um autor exterior ao núcleo dos fundadores e patrocinadores do prémio teve especial repercussão na imprensa portuguesa. Por outro lado, também analisámos as notícias relativas à entrega do prémio. Tendo esta ocorrido numa data tão simbólica como o 10 de junho do mesmo ano, procurámos averiguar que lugar ocupava na cobertura noticiosa desta data e os aspetos destacados no seu tratamento jornalístico.

2. Portugal, Brasil e os mais

No “Protocolo adicional ao acordo cultural entre o governo da República Portuguesa e o governo da República Federativa do Brasil que cria o Prémio Luís de Camões”, assinado na capital brasileira em 22 de junho de 1988, o artigo 13.º previa a possibilidade de “adesão de outros países de expressão portuguesa” ao prémio. A ausência de formalização desta adesão não impe-

² Depois de Vergílio Ferreira, vencedor do Prémio um ano depois de Craveirinha, apenas considerámos Pepetela, por ele ter sido, em 1997, o segundo escritor africano proveniente de um país de língua oficial portuguesa a ser agraciado com este galardão.

diu que, no ano seguinte, na primeira edição do prémio, o júri tivesse partido “do princípio, indiscutível, de que todos os autores das vertentes africana, brasileira e lusa da língua portuguesa eram virtuais candidatos à outorga deste prémio” (“Expressão multimoda...”, 1989: 8). Nesta altura, a escolha recaiu sobre Miguel Torga, a quem sucedeu, no ano imediato, João Cabral de Melo Neto. Em 1991, o júri constituído pelos portugueses David Mourão-Ferreira (que também coordenou os trabalhos), Arnaldo Saraiva e Luís Forjaz Trigueiros e pelos brasileiros Affonso Romano de Sant’Anna, Márcio de Souza e Jorge Fernandes da Silveira³ decidiu atribuir o Prémio Camões a José Craveirinha, o primeiro premiado não pertencente às literaturas dos dois signatários do protocolo acima referido⁴. Tal decisão de um júri onde ainda não tinham assento representantes dos países africanos de língua oficial portuguesa⁵, para Maria-Benedita Basto (2016: 59), não é casual, pois Craveirinha vem a ser “o terceiro galardoado numa geografia-geopolítica exacta [...]. Estabelecido o triângulo perfeito que triangula a expansão portuguesa, os anos e prémios que se seguem parecem não sentir mais o fardo desta equação perfeita”, o que, sem prejuízo da qualidade da obra do autor premiado, põe em causa a natureza exclusivamente literária do prémio. A ata elaborada pelo júri, como veremos, será bem esclarecedora a este respeito.

A justificação avançada por alguns membros do júri insiste, no entanto, na necessidade de reforço da diversidade das culturas de língua portuguesa. Assim, o *P* dá-nos a saber que “Romano de Sant’Anna achou oportuno assinalar que esta decisão marca [«]o reconhecimento de que a cultura de língua portuguesa se encontra em expansão, tendo optado pelo cosmopolitismo, integrada no mundo amplo que é aquele em que vivemos»” (SEPÚLVEDA,

³ Todos eles integraram o júri pela primeira vez. Reuniram-se em Lisboa e anunciaram o prémio nesta mesma cidade, no Hotel Altis, no dia 29 de maio de 1991.

⁴ Nesta altura, a obra de Craveirinha contava já com vários prémios e distinções: Prémio Cidade de Lourenço Marques (1959), Prémio Reinaldo Ferreira, do Centro de Arte e Cultura da Beira (1961), Prémio de Ensaio do Centro de Arte e Cultura da Beira (1961), Prémio Alexandre Dáskalos, da Casa dos Estudantes do Império (Lisboa, 1962), Prémio Nacional de poesia de Itália (1975), Prémio Lotus, da Associação de Escritores Afro-Asiáticos (1983), Medalha de ouro da Comuna de Concesio (Brescia, 1975), Medalha Nachingwea, do Governo de Moçambique (1985), Medalha de mérito da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo (1987).

⁵ Tal só sucederá a partir de 2002, altura em que Craveirinha e Pepetela, os dois africanos distinguidos pelo prémio até então, participaram no júri que atribuiu o Prémio Camões a Maria Velho da Costa.

1991: 31). Já o *DN* regista que “David Mourão-Ferreira [...] ratificou, por seu turno, a ideia de ser necessário e urgente assumir-se uma nova responsabilidade face às culturas de língua portuguesa, de tão largos horizontes: «É preciso dispensar uma nova atenção a este fenómeno», que está para além das culturas portuguesa e brasileira” (“Poesia de escritor africano...”, 1991: 27).

3. Os jornais e o Prémio Camões

O Camões de Craveirinha merece honras de primeira página em dois jornais dos dez consultados, *P* e *JL*, isto é, num jornal generalista de referência recentemente fundado⁶ e num jornal especializado. Não por acaso, nestes periódicos, tal como no *E*, a cobertura de tal acontecimento ocupa no mínimo uma página inteira e os artigos publicados estão assinados⁷.

De notar que, no ano anterior, apenas o *JL* tinha destacado na primeira página a atribuição deste mesmo prémio a João Cabral de Melo Neto. De resto, somente cinco jornais do *corpus* analisado referiram a distinção conferida ao poeta brasileiro (*CP*, *JL*, *JN*, *P* e *PJ*), sendo que em todos a notícia do prémio foi dada de forma enviesada, já que se limitaram a comunicar a saudação que o então Presidente da República, Mário Soares, enviou ao escritor. O *PJ* constitui, a este respeito, um caso paradigmático, visto que a mensagem do Presidente da República é duplamente noticiada: à notícia “Soares felicita o poeta Cabral de Melo Neto” (1990: 9), incluída na secção “Nacional”, sucede, na última página, uma coluna intitulada “Cabral Melo e Neto [*sic*] felicitado por Mário Soares” (1990: 36). Na transformação da ativa do primeiro título na passiva do segundo, o laureado ganha algum protagonismo.

Tal laconismo⁸ contrasta com o destaque que a imprensa tinha dado, em 1989, a Miguel Torga, o primeiro escritor de língua portuguesa a receber o

⁶ O primeiro número do *Público* saiu a 5 de março de 1990.

⁷ Torcato de Sepúlveda (*P*), Ilídio Rocha, Rui Knopfli, Manuel Ferreira, Eugénio Lisboa e Carlos Vaz Marques (*JL*) e António Loja Neves (*E*). No *DN*, há uma notícia assinada por M.A.S.

⁸ O *JL* (“João Cabral...”, 1990: 8) não deixou de assinalar o descaso da imprensa portuguesa pelo Camões de Melo Neto: “Enigmáticamente, a notícia da atribuição do galardão foi praticamente ignorada em Portugal. [...]. Nem os astronómicos dez mil contos [...] que constituem o pecúlio a arrecadar pelo premiado espezitaram a curiosidade da comunicação social para o galardão”. Parece que, afinal, o montante do prémio não lhe confere

prémio⁹. Em termos mediáticos, este arranque auspicioso cuidadosamente preparado¹⁰ é como que refreado no ano seguinte, o que não deixa de surpreender naquele que, logo na primeira edição, foi considerado, em textos da imprensa, “O prémio dos prémios” (GUERREIRO, 1989: 10). Por conseguinte, quando o Camões chega a Craveirinha em 1991, apesar da posição central que lhe é reconhecida no conjunto dos prémios literários, ele parece não se revestir de particular interesse para a imprensa, consequência talvez da sua então curta existência, da oscilação nas datas do seu anúncio¹¹ e, supomos, do valor-notícia dos escritores distinguidos. O laureado surge assim como outro ingrediente do sucesso de um prémio literário, gerando-se entre ambos uma corrente de mútuo reconhecimento.

4. Os jornais e o Camões de Craveirinha

Nos diversos jornais generalistas em que figura, a notícia da atribuição do Prémio Camões a Craveirinha encontra-se, na maioria dos casos, na secção “Cultura” ou “Cultura e espectáculos”. Apenas no *E* e no *PJ* se opta por sublinhar o carácter recente da premiação, incluindo a sua notícia, respetivamente, na secção “Actual” do suplemento *Cartaz* e na rubrica “Fim de semana”. Também para os restantes laureados do Camões selecionados para este estudo é a secção da “Cultura” ou da “Atualidade” que acolhe preferencialmente esta notícia. Por vezes, ela integra a secção “Nacional”, refletindo a nacionalidade do autor distinguido ou o local do anúncio da deliberação do júri. Esta última secção é a única privilegiada apenas no caso de João Cabral de Melo

um especial interesse, pelo menos para a imprensa, talvez mais sensível a outros parâmetros.

⁹ O Camões de Miguel Torga foi objeto de destaque na primeira página de cinco jornais (*C*, *DP*, *JL*, *JN* e *PJ*), tal como o de Vergílio Ferreira (*C*, *E*, *JL*, *JN* e *P*). Pepetela, que em 1997 seria o segundo escritor africano de um país de língua oficial portuguesa a ser distinguido com este mesmo prémio, viria nas primeiras páginas de quatro jornais (*C*, *E*, *JL* e *P*). Deste modo, o Camões de Craveirinha, vindo na sequência de uma edição quase ignorada pela imprensa, teria a seu cargo recuperar a projeção mediática do prémio.

¹⁰ Disto mesmo dá conta o *JL*: “Fontes fidedignas garantiram-nos também que antes de tomada a decisão, Miguel Torga foi sondado de forma discreta no sentido de se apurar que aceitaria o galardão. Era necessário acautelar que o Prémio, nesta sua primeira edição, não ficaria por receber...” (“Torga: «Eu não cuido de prémios!»”, 1989: 8).

¹¹ O primeiro Camões foi atribuído em maio; o segundo, só em setembro; o terceiro, novamente em maio; o quarto, em outubro (tão atrasado como o de Melo Neto, mas nem por isso tão pouco badalado, bem pelo contrário) e o oitavo, o de Pepetela, em abril.

Neto, uma vez que a notícia são as felicitações enviadas pelo Presidente da República ao laureado e não a atribuição do prémio em si.

A consonância que praticamente existe nos diversos jornais quanto à secção escolhida para integrar a notícia da premiação do “poeta do Índico” não se repete na abordagem deste facto feita por cada um deles. O *CP* é, de todos, aquele que apresenta a notícia mais sucinta. Com o título “Prémio Camões para Craveirinha”, limita-se a indicar o nome e nacionalidade do eleito, sendo a maior parte da notícia preenchida com a identificação dos seus antecessores, com a indicação das nacionalidades dos membros do júri e com a unanimidade na sua decisão, assim como por características do prémio (montante, objetivo, universo de autores contemplado). Todos estes dados se sobrepõem à apresentação do premiado e às razões da sua escolha.

Embora com um título idêntico, “Craveirinha: «Prémio Camões»”, o *JN* combina dados relativos ao poeta moçambicano e ao galardão com excertos da sua reação ao prémio. O mesmo esquema é adotado nos artigos publicados na *C*, no *DP*, no *E*, no *P* e no *PJ*. Já o *DN* distribui estes mesmos conteúdos por dois textos diferentes. Assim, uma notícia intitulada “Poesia de escritor africano leva «Camões» para Maputo”¹² reproduz sobretudo a apreciação crítica de Arnaldo Saraiva, um dos membros do júri, sobre o laureado. Vem acompanhada de um pequeno texto cujo título destaca uma afirmação de Craveirinha, “«Alegria que dói»”, e onde, para além da reação do autor ao prémio, se anuncia a sua próxima publicação.

Neste aspeto, podemos dizer que, na maioria dos jornais consultados, a cobertura noticiosa do Camões de Craveirinha dá a palavra ao autor. Correspondendo aos contactos dos meios de comunicação, ele manifesta-se sobre o prémio que recebeu, ao contrário do que sucedeu com Torga – não por acaso, o *J* dedicou-lhe um artigo intitulado “O silêncio de Torga” (FONSECA, 1989: 33)¹³ – e mesmo com Melo Neto, embora este tenha provavelmente

¹² A este título, um dos poucos que identifica Craveirinha especificamente como poeta, subjaz um ponto de vista revelado pelo verbo ‘levar’, o qual inscreve o lugar de onde se dá a notícia em relação ao lugar de pertença do premiado. É o contraponto de “«Craveirinha traz ‘Camões’ a Moçambique» [,] [...] título de primeira página escolhido pelo jornal moçambicano *Domíngo* (1991:1) para apresentar o prémio Camões atribuído em 1991 a José Craveirinha” (BASTOS, 2016: 53).

¹³ A apologia do silêncio, sinónimo da recusa em manifestar-se sobre o prémio que recebeu, está bem patente nesta resposta do autor de *Bichos* às solicitações do *JL*: “Prémios?

sido mais silenciado do que silencioso. Isto não significa que o autor de *Chigubo* preze menos a sua tranquilidade do que o escritor transmontano. Na declaração exclusiva publicada no *JL*, significativamente intitulada “A honra e o desassossego” (CRAVEIRINHA, 1991: 8), com bonomia, ele lamenta: “fazem o José Craveirinha saltar da sua rotina caseirística para parangonas, microfones à frente, perguntas e mais perguntas, todas elas indiscretas ou inoportunantes. Lá se vai o merecido descanso de simples e vulgar cidadão, olhando a paisagem da rua como sua preferida videonovela diária”¹⁴.

4.1. As palavras de um vencedor

As declarações do escritor moçambicano, quer as divulgadas pela agência Lusa, citadas pelos jornais ditos populares, quer as exclusivas dos jornais considerados de referência (*P*, *DN* e *E*) ou do *JL*, versam os seguintes tópicos:

4.1.1. Louvor da língua portuguesa

Nas suas diversas intervenções, Craveirinha não poupa elogios à língua portuguesa:

i) a língua portuguesa, além de ser uma língua bela, permite na sua plasticidade ser enriquecida por outros sem perder a sua identidade. Portanto, o mérito [...] nunca será meu, o mérito é sempre da língua portuguesa, o que não é também de agora, pois nós somos uns simples, modestos e humildes seguidores de Camões. (“Craveirinha: «o mérito ...»”, 1991: 10)

ii) É um prémio à língua portuguesa [...] por conseguir o milagre de não deixar que nos distanciemos como pessoas, nós os que a usamos e gostamos dela. (*apud* SEPÚLVEDA, 1991: 31)

iii) O Prémio só me faz credor da língua que herdei, porque é ela, finalmente, a responsável por esta honra. (*apud* NEVES, 1991: 36)

iv) É uma justiça para com a língua portuguesa de Camões e uma distinção, em particular, para a poesia africana”. (“Poesia de escritor...”, 1991: 27)

Eu não cuido disso. Cuido é de escrever os livros e o resto é com os leitores e os senhores.” (“Torga: «Eu não cuido de prémios!»”, 1989: 8).

¹⁴ Do mesmo modo, em discurso indireto, o *E* regista: “O escritor, esse, incomoda-se com as inevitáveis repercussões que advêm de tornar-se um laureado, vulnerável às luzes de ribaltas que nunca perseguiu” (NEVES, 1991: 37).

v) Já disse, noutra altura: “amo a língua portuguesa como se ama de paixão uma mulher”. (*apud* MARQUES, 1991: 9)

vi) Gosto dela. Não tenho nada contra outras línguas... mas gosto da língua portuguesa. Ainda por cima sob a sombra tutelar, grandiosa de Camões”. (*ibidem*)

Este filão das declarações de Craveirinha, para além de presente em praticamente todos os artigos, é ainda destacado em diversos títulos:

- i) “Mérito à plasticidade enriquecedora da língua” (C)
- ii) “O mérito é da língua portuguesa” (PJ)
- iii) “A língua portuguesa é um milagre” (P)

Tal preferência, se por um lado se pode explicar pelo público ao qual os jornais se destinam, por outro vai ao encontro do espírito de um prémio chamado, não por acaso, Luís de Camões, convertendo o autor de *Os Lusíadas*, como diz Ellen Sapega (2016: 27), “[n]um modo de representação metonímica da *língua*, no sentido em que cada autor galardoado escreve na «língua de Camões»”, versão pós-colonial do Camões «imperial» inventado pelo Estado Novo (*ibidem*)¹⁵. O próprio autor estabelece esta associação, como demonstram os excertos i), iv) e vi) atrás citados.

Embora reconheça o magistério do épico, nem por isso Craveirinha aceita o monopólio camoniano da língua. De facto, em “A honra e o desassossego” (CRAVEIRINHA, 1991: 8), apresenta a dita «língua de Camões» como um património partilhado por uma comunidade ampla e diversificada: “ligados [Craveirinha, Torga e Melo Neto] pelos fortes laços de ser o idioma de que somos legítimos usufrutuários em comum: a Língua Portuguesa (portuguesamente); a Língua Portuguesa (brasileiramente); ou da Língua Portuguesa (moçambicanamente)”. Os moçambicanismos que emprega no seu texto (“maninguentemente” e “bulabula”), acompanhados do termo equivalente em português europeu, são a expressão de uma identidade própria construída e manifestada numa língua que não deixa de ser portuguesa.

¹⁵ A associação entre Camões e a língua portuguesa é explicitamente afirmada por Ilídio Rocha (1991: 8) no seu testemunho sobre José Craveirinha incluído no *JL*: “É que Camões, mau grado as tropelias que em nome dele nos faziam na escola ou até talvez por isso, é nome que sempre ficou ligado à ideia de língua portuguesa”. É de notar o papel da escola no sucesso desta equação.

No mesmo sentido, afirma também: “A concessão deste prémio calhou-me a mim, mas se calhasse a outros escritores, fossem eles angolanos, cabo-verdianos, são-tomenses ou guineenses e também outros escritores meus conterrâneos estaria bem com aquilo que o prémio representa para todos nós” (“Craveirinha: «o mérito ...»”, 1991: 10; “«Que vou fazer...»”, 1991: 7).

O *JL* vai ao encontro destas considerações ao anunciar na primeira página: “Craveirinha, Prémio Camões. Português, língua morena”. Na aproximação que faz entre o prémio consagrado ao épico e a “língua morena”, este título afasta-se da tal “visão nacionalista, clássica e literária” (TEIXEIRA, 2018: 144) do português, subjacente à famosa expressão “língua de Camões”. Destaca antes a língua portuguesa como fruto de mestiçagens diversas, resultantes da sua adoção e adaptação em diversos pontos do globo, expressando assim uma visão mais consentânea com a natureza pluricêntrica desta língua em que também Camões se expressou.

4.1.2. Leituras do prémio

José Craveirinha reconhece o lugar cimeiro do Prémio Camões entre os prémios literários atribuídos em Portugal, ao qual não é indiferente o patrono escolhido, quando afirma em “A honra e o desassossego” (CRAVEIRINHA, 1991: 8): “Falar do Prémio? Falar o quê? Um Prémio Luís de Camões não fala por si?”. Como se vê, o nome escolhido para o prémio garante, só por si, a excelência de tal galardão, tornando desnecessárias quaisquer palavras a seu respeito. O nome atribuído ao prémio é igualmente indissociável do poder de consagração deste, reconhecido pelo poeta quando o classifica, no mesmo texto, como “tão prestigiante distinção”, pelo que não pode deixar de confessar: “Foi um privilégio esta honra. Um grande privilégio”.

O patamar em que coloca o prémio serve para um pretexto de modéstia por parte do galardoado, *topus* frequente nas intervenções dos escritores: “nunca sonhei que tal prémio fosse atribuído a um escrevinhador desta área do mundo, a África Austral, uma zona muito conturbada e com várias implicações sociopolíticas” (“Craveirinha: «Prémio Camões»”, 1991: 45; “«Mérito à plasticidade...»”, 1991: 17; “«Que vou fazer ...»”, 1991: 7). Nesta passagem, Craveirinha apresenta-se como alguém que julga não cumprir os requisitos que considera necessários para vencer este prémio, o que traduz uma certa conceção sobre ele. É de salientar o facto de este “escrevinhador” assinalar a sua proveniência, estabelecendo uma íntima conexão entre estes dois

traços da sua identidade. Por outro lado, implicitamente, faz o prémio depender de critérios não exclusivamente literários.

Receber o prémio ter-lhe-á provado que estava duplamente enganado, pois não só o confirmou como escritor, como também o canonizou. Além disso, a situação social e política de Moçambique, país onde já decorriam as negociações que conduziriam ao final da guerra civil no ano seguinte, não foi critério de exclusão. Também não terá influenciado a decisão do júri, como esclarece o coordenador dos trabalhos, David Mourão-Ferreira: “«Estiveram em causa valores literários e não considerações políticas; houve talvez uma coincidência conjuntural. Caso contrário seria mais oportuno dar o prémio a um angolano.»” (*apud* SEPÚLVEDA, 1991: 31).

No entanto, tal não impediu o laureado de fazer várias leituras do prémio, extrapolando geralmente o plano literário:

i) É uma justiça para com a língua portuguesa de Camões e uma distinção, em particular, para a poesia africana. (*apud* M. A. S., 1991: 27)

ii) O Prémio não é só do Craveirinha, nem sequer apenas de Moçambique, e abrange muito mais do que a literatura: deve ser entendido também como uma homenagem a esta área bastante conturbada do continente africano onde nos inserimos. (*apud* NEVES, 1991: 36)

iii) Mas também, espero, terá conotações com a comunidade portuguesa da vizinha África do Sul, que ficará certamente sensibilizada com este prémio. Há um vínculo importante que se vai sedimentar, consolidar, a partir de um instrumento de comunicação tão vital como o é a língua portuguesa. (*apud* NEVES, 1991: 36)

Em tais afirmações, Craveirinha partilha o prémio com outras comunidades, seja por razões políticas, seja por fraternidade linguística e literária (que não deixa de ter implicações políticas também). Neste gesto generoso e conciliatório, dilui modestamente a natureza individual do galardão para dar visibilidade a situações ou grupos pouco visíveis e/ou pouco valorizados.

4.1.3. Impacto do prémio na vida do poeta

Apesar dos diversos parceiros a que estendeu o prémio, a verdade é que foi de facto o autor de *Karingana ua karingana* a recebê-lo e a sentir as suas consequências. Como já vimos acima, José Craveirinha não apreciou a expo-

sição mediática trazida pelo Camões. Também os dez mil contos do prémio (50 mil euros, na moeda atual¹⁶) não lhe deram particular satisfação:

i) é claro que vai ser uma outra etapa desta vida, ter que enfrentar esta coisa de ser, sem querer, nem ter feito aquilo que é natural aos outros fazerem, e tornar-me de repente milionário. (“Craveirinha: «Prémio Camões»”, 1991: 45; “«Que vou fazer ...»”, 1991: 7)

ii) Mas o que é que eu vou fazer com tanto dinheiro? O que é que vou fazer com um prémio destes? Para tudo o que gostaria de fazer não chega, para aquilo que estou acostumado é demais. (“Craveirinha: «Prémio Camões»”, 1991: 45; “Craveirinha: «o mérito é...»”, 1991: 10; “«Que vou fazer ...»”, 1991: 7)

A reação de Craveirinha, que chega a considerar o prémio “um azar” (*apud* MARQUES, 1991: 9), difere da de Miguel Torga, que se mostrou indiferente a tal circunstância: “Eu não ligo a prémios. Sempre vivi do meu trabalho e não são agora os prémios que vão alterar o que quer que seja” (“Torga: «Eu não cuido...»”, 1991: 8). De qualquer maneira, nenhum dos dois encara a literatura como ganha-pão. Sobressai a autonomia de ambos em relação aos valores económicos e a sua fidelidade aos valores literários.

É a apreensão do poeta moçambicano quanto ao destino a dar ao dinheiro inesperadamente recebido que o *DP* destaca no título da notícia sobre a atribuição do prémio, no qual, após a indicação “Prémio Camões”, cita, sem identificar o autor: “Que vou fazer com tanto dinheiro?” (1991: 7). Tal opção parece-nos refletir a valorização recorrente do montante associado ao prémio, tópico que, como já mencionámos, tanto agrada à imprensa. De facto, os jornalistas, à semelhança do que sucede com um vencedor do Euromilhões ou da lotaria, não perdem a oportunidade de questionar os galardoados sobre como vão empregar tão avultada quantia: “Uma pergunta da praxe: o que é que o José Craveirinha já pensou fazer com este muito dinheiro, dez mil contos?” (MARQUES, 1991: 9). Embora esta importância contribua para que o Prémio Camões seja um “Grande Prémio”, ela parece-nos competir seriamente com o seu valor simbólico. Em nosso entender, é este que Craveirinha prefere, como se depreende da satisfação várias vezes expressa por o prémio

¹⁶ A partir de 2001, o valor do prémio duplicou, subindo para 100 mil euros. Brasil e Portugal participam nesta quantia com 50% cada um.

estar “sob a sombra tutelar, grandiosa de Camões” (*apud* MARQUES, 1991: 9) e por “[o colocar] na honrosa companhia de tão consagradas figuras maiores da literatura como é um Miguel Torga, como é um João Cabral de Melo Neto” (CRAVEIRINHA, 1991: 8). O título “A honra e o desassossego”, que encabeça o testemunho do escritor no *JL*, é um bom resumo da reação ambivalente do autor ao prémio. A citação “«Alegria que dói»”, escolhida para título de um pequeno texto no *DN*, expressa a mesma visão (des)encantada. Neste caso concreto, o poeta justifica o seu desalento com a idade¹⁷: “Porque há formas de alegria que doem. Já estou velho” (M.A.S., 1991: 27). Idêntica formulação ocorre no *P*: “É um peso muito grande, as grandes alegrias também pesam, sobretudo a um sexagenário como eu” (SEPÚLVEDA, 1991: 31). É como se o Prémio Camões, implicitamente reconhecido como um prémio carreira, chegasse num momento em que o escritor, fragilizado pela idade e pelas experiências de vida, não estivesse emocionalmente preparado para o receber, o que não deixa de ser uma forma de confirmar a sua posição dominante no conjunto dos prémios literários.

Tristezas e alegrias à parte, o Prémio Camões, como sempre acontece com um prémio literário, surge como uma possível alavanca na divulgação da obra do escritor. À data da premiação, Craveirinha contava com quatro títulos publicados: *Chigubo* (1964), *Karingana ua karingana* (1974), *Cela 1* (1980) e *Maria* (1988). Segundo “«Alegria que dói»” (M.A.S., 1991: 27), *Babalaze das hienas* estava em preparação na altura do prémio¹⁸. O *E* avança “o interesse de uma editora em publicar a sua «Obra Completa»” (NEVES, 1991: 36). Ao *JL*, no entanto, o poeta não se mostra tão otimista quanto às suas publicações no futuro: “Julgo que isso vai resultar, precisamente, em editar o que está por editar; dar à luz o que está aí pelas gavetas. Não sei, verdadeiramente não sei. Depende sempre dos editores, de quem esteja interessado nisso...” (*apud* MARQUES, 1991: 9). A hesitação do escritor leva-nos a pensar que o capital simbólico amealhado pela atribuição do prémio pode não garantir o interesse das editoras. Estas mediadoras fundamentais

¹⁷ Segundo o *JL* (1991: 8), Craveirinha recebeu “a notícia da atribuição do prémio no dia em que completava 69 anos”. Do grupo de autores que seleccionámos, apenas Pepetela era mais jovem (55 anos) quando recebeu o Prémio Camões. De resto, Torga contava 81 anos, Melo Neto, 70 e Vergílio Ferreira, 77.

¹⁸ Seria publicado apenas em 1996, em Moçambique, pela Associação de Escritores Moçambicanos.

entre o escritor e o público detêm a última palavra, o que sugere que o júri e as instituições responsáveis pela distinção e as casas editoriais podem não partilhar o mesmo tipo de critérios¹⁹.

Como jornal especializado que é, o *JL* fornece uma pequena amostra dessa obra ao revelar, numa das páginas do *dossier* dedicado ao escritor moçambicano, oito “Poemas inéditos de José Craveirinha” (1991: 11). A indicação que acompanha sete deles anuncia uma publicação a caminho: “(Este conjunto de poemas destinam-se [*sic*] a uma futura nova edição, ampliada, do livro «Maria»)”.

4.1.4. O ofício de escritor

A explicação para o moderado entusiasmo do autor de *Hamina e outros contos* com as suas publicações futuras é avançada pelo próprio logo a seguir: “Nunca me preocupei muito em editar” (*apud* MARQUES, 1991: 9). No mesmo sentido, tirando irónico proveito dos lugares comuns do discurso colonialista, declara ao *E*: “Sabe, convencionou-se que o africano era indolente, atavicamente indolente, e eu perfilhei a ideia e tornei-me indolente. Adoro escrever, mas a intenção de escrever para publicar um livro é um objectivo que me falta” (*apud* NEVES, 1991: 36). O elevado número de textos do seu espólio não se entenderia sem esta paixão pela escrita, a qual coloca a edição em segundo plano.

Como declara a Carlos Vaz Marques, o que o seduz na escrita é “O jogo. O jogo. O jogo das palavras. Toda aquela busca constante que é precisamente o género “poesia”. // Cada palavra tem um peso próprio. É aquilo que já alguém muito mais importante na poesia disse: o encontro do sentido com o som.” (*apud* MARQUES: 1991: 9). O poeta moçambicano afasta-se, assim, de uma conceção romântica da criação literária, substituindo a inspiração por trabalho. Para Craveirinha, a poesia não se resume a este lado lúdico, pois ele

¹⁹ O tempo confirmou as reticências de José Craveirinha sobre o impacto do prémio na fortuna editorial da sua obra. Depois de receber o Prémio Camões, e para além de *Babalaze das hienas* (1996), publicou *Hamina e outros contos* (1997) e um segundo volume de *Maria* (1998). Só em 2007 foi assinado um protocolo entre a família do escritor e o Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa para editar a obra completa de Craveirinha. Nesta altura, falava-se em 10 mil textos inéditos, dos quais, tanto quanto foi possível apurar, apenas *O folclore moçambicano e as suas tendências* (2009), foi dado à estampa. Cf. https://macua.blogs.com › 2007/02 › textos_de_jos_craveirinha. [Consult. 26/12/ 2019].

não é gratuito: “Havia também dentro daquilo a que chamei o jogo, uma necessidade de comunicar. E a poesia era um meio eficaz para isso: comunicar. Para comunicar aquilo que nós sentíamos em termos de esperança, sonho, amor... Aquelas coisas que ocupam todos os que andam metidos nestas coisas da vida...” (*ibidem*).

Face ao confessado desinteresse pela publicação, seriam os amigos, seu primeiro público e crítico, os responsáveis pela concretização deste desejo de comunicar, aumentando o número de mediadores entre o escritor e o público: “Mas nunca estive preocupado em fazer com o objectivo de editar. É por isso que eu sou o menos responsável por aquilo que tem sido editado. Os mais responsáveis têm sido os amigos que andam aí a devassar as gavetas e publicam. Resolvem publicar” (*ibidem*). No mesmo sentido, escreve no *JL*: “É bem feito para quem nunca levou a literatura suficientemente a sério no sentido de a escrever para a publicar” (CRAVEIRINHA, 1991: 8). No caso de Craveirinha, parece, assim, haver um processo com vários intervenientes, tendo cada um deles tarefas bem definidas: ao poeta compete escrever; aos amigos, escolher e à editora, publicar. Por outro lado, se a publicação é um elemento indispensável para a definição de escritor, o poeta moçambicano surge como um alguém que se tornou escritor por acaso ou pela vontade de outrem.

4.2. Craveirinha nas palavras de outros

Nos jornais considerados de referência, a notícia do prémio é mais polifónica do que nos jornais mais populares, pois, para além da voz do poeta, neles encontramos também a voz dos críticos. Neste conjunto, e porque se trata da atribuição de um prémio, adquire especial relevo a ata do júri, que nunca aparece integralmente reproduzida em nenhum dos jornais consultados. Assim, o *P* e o *JL* coincidem na citação dos parágrafos onde se descreve o processo de seleção do laureado. Num primeiro momento, “Os membros do júri debruçaram-se demoradamente sobre as várias literaturas que em língua portuguesa se exprimem, tendo concluído que, já uma vez premiado um autor português e outro brasileiro [...], seria a altura adequada para se considerar a concessão do Prémio a um autor de um país africano de língua oficial portuguesa” (“A acta do júri”, 1991: 8). Esta passagem torna evidente a triangulação identificada por Maria-Benedita Bastos, referida em 2. Tal

triangulação pressupõe nitidamente uma hierarquia evocativa do binómio centro e periferia.

Escolhida a região a privilegiar, e “após se terem analisado os indiscutíveis méritos literários de vários autores desta área, o júri centrou-se, a breve trecho, no nome de José Craveirinha, grande poeta moçambicano cuja obra é reconhecida como da mais elevada categoria” (*ibidem*). De acordo com esta declaração, não será descabido dizer-se que o júri não decidiu propriamente sozinho, já que parece não ter sido indiferente à já existente fortuna crítica do escritor. Assim sendo, o Prémio Camões, ao reconhecer o reconhecimento, funciona como o reconhecimento máximo, situação de que retira o seu prestígio na escala dos prémios.

Deste modo, pode afirmar-se que o júri veio fazer coro com as demais vozes que celebravam a obra do poeta da Mafalala. A sua apreciação crítica sobre a arte do escritor selecionado encontra-se no *E* e no *DN*, jornais que optaram ambos pela parte da ata onde o júri justificou a sua escolha:

Traduzindo uma lúcida indignação ou uma indignada lucidez colectiva ou individual (inclusivamente de poeta ‘enclausurado’ e de poeta inconformado até com a ‘passividade animal’), ou expondo a fragilidade e a solidão geradas pela morte ou pela ausência amorosa, a poesia de José Craveirinha revela a dignidade e a grandeza de um poeta que tem ‘amor para dar às mãos cheias’, é sempre tão veemente quanto densa e vigiada e afirma sempre um discreto optimismo, próprio de quem nunca deixou de acreditar no diálogo entre o ‘irmão africano’ e o ‘irmão europeu’ (o outro), de quem persegue a ‘beleza de todas/ as cores das flores do universo’ e de quem aceita os desafios do tempo presente e se interroga sobre os enigmas do destino. (*apud* NEVES, 1991: 37)

Este retrato destaca a natureza multifacetada do escritor e da sua obra, na qual têm assento o coletivo e o individual, a indignação, o amor e a fraternidade, o presente e o futuro, o local e o universal.

Para além de extratos da ata do júri, os mesmos periódicos reproduzem ainda apreciações de críticos ou de outros escritores. Torcato Sepúlveda, no *P*, cita Arnaldo Saraiva, um dos membros do júri que concedeu o Camões a Craveirinha, Rui Knopfli e Jorge de Sena. No *E*, António Loja Neves convoca Noémia de Sousa e Ana Mafalda Leite. As declarações de Arnaldo Saraiva a propósito da atribuição do prémio são também reproduzidas no *DN*. Enquanto jornal especializado, o *JL* inclui depoimentos de Ilídio Rocha,

Eugénio Lisboa, Rui Knopfli e Manuel Ferreira. Chama a atenção o facto de, neste elenco, poucas repetições haver, o que contribui para a diversidade de pontos de vista sobre a obra do poeta. Por outro lado, a maioria dos intervenientes tem uma ligação estreita a Moçambique. Destaque-se neste grupo Noémia de Sousa, poetisa moçambicana contemporânea de Craveirinha. Ela recorda o amigo quando jovem, para salientar a sua “forte personalidade”, o espírito de liderança que já então manifestava e a sua rebeldia (NEVES, 1991: 36).

A indestrutível ligação do autor à língua portuguesa é o traço comum à maioria das intervenções, que assim reiteram os depoimentos do laureado. Deste modo, Eugénio Lisboa (1991: 9) e Rui Knopfli (1991: 10), se por um lado dão um testemunho pessoal, falando do amigo enquanto homem e poeta, por outro salientam ambos o seu apego ao português, traço igualmente sublinhado por Ilídio Rocha (1991: 8) e Arnaldo Saraiva (“«A língua portuguesa...»”, 1991: 31; “Poesia de escritor africano...”, 1991: 27). De certa maneira, Ana Mafalda Leite, em vésperas de lançar uma obra sobre o poeta moçambicano, segue esta mesma linha, mas salienta o papel do escritor na renovação dessa língua que lhe é tão cara: “A investigadora lembra que a escrita do moçambicano «é uma reinvenção da própria língua, uma revalorização do português. [...] Ele é um dos responsáveis por a língua portuguesa ficar mais rica.»” (NEVES, 1991: 36).

Indo para além da questão linguística, Jorge de Sena, citado por Torcato Sepúlveda no *P*, identifica a obra de Craveirinha com África e enaltece “aquela nobreza de poesia ante que a crítica se envergonha dos seus juízos, como a humanidade deveria envergonhar-se de apenas sê-lo às horas em que não trafica consigo mesma” (*apud* SEPÚLVEDA, 1991: 31). Ao mesmo tempo que sugere a vertente interventiva da obra do escritor moçambicano, Sena aproveita para criticar a desumanidade da humanidade e, implicitamente, o colonialismo e as suas práticas racistas.

Arnaldo Saraiva, cuja apreciação é retomada tanto no *P* como no *DN*, refere a natureza ideológica da poesia do premiado, sem deixar de notar também o seu lado mais pessoal e intimista. Traça ainda a genealogia literária de Craveirinha, influenciado pela “leitura dos neo-realistas portugueses, dos nordestinos brasileiros e de escritores europeus e americanos socio-literariamente empenhados” (*apud* SEPÚLVEDA, 1991: 31). Salienta a originalidade da sua poesia e a sua consciência de “que a poesia é feita de palavras e

que elas se tornam autónomas, imagens que só ao leitor pertencem” (SE-PÚLVEDA, 1991: 31), resumindo deste modo a conceção de poesia do escritor²⁰.

O depoimento de Manuel Ferreira incluído no *JL*, para além de abordar tópicos idênticos aos anteriores, relaciona a atribuição do Prémio Camões a Craveirinha com “a exemplar seriedade e o empenho postos nos estudos literários africanos em Portugal” (FERREIRA, 1991: 10)²¹. Além disso, contextualiza o aparecimento de Craveirinha na literatura moçambicana e destaca o papel por ele aí desempenhado:

No fundo, havia que arrostar com a pesada e podre herança da literatura colonial e para tanto só um grande talento podia dar voz inteira aos apelos subterrâneos, latentes e crescentes, na consciência de um povo. Um demiurgo, não predestinado, mas determinado, e que nessa determinação fosse um dos mais eficazes agentes da fundação da **moçambicanidade**, que significava conferir à poesia de Moçambique a sua autonomização. (FERREIRA, 1991: 10. Negrito no original)

A “revalorização do português” assinalada por Ana Mafalda Leite é indissociável deste desígnio:

Ora, é na construção dessa proposta, que implica a edificação de um novo paradigma estético, que Craveirinha organiza os materiais não apenas em ordem a lograr o processo formal poético em si mesmo, mas para conferir a identidade vital aos conteúdos. E aí a sua linguagem é potenciada pelas especificidades nacionais moçambicanas, ou seja, também ela, a linguagem, se renacionaliza. (*ibidem*)

Pela apropriação específica que faz de uma língua que Moçambique partilha com outras comunidades, Craveirinha não é apenas património deste país:

²⁰ No *DN* (*apud* “Poesia de escritor africano...”, 1991: 27), onde Arnaldo Saraiva é citado e não parafraseado, lê-se: “«poeta que sabe que a poesia se faz com palavras e só é autêntica se implicar o diálogo e a libertação»”. Neste caso, a poesia é uma construção que, embora não se confunda com a realidade, deve ter efeitos nela.

²¹ O próprio Manuel Ferreira, “indigitado como o melhor perfil pessoal e científico” (CARVALHO, 2017: 36) para lecionar, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a recém-criada cadeira de Literaturas africanas de expressão portuguesa em 1974, terá contribuído significativamente para o desenvolvimento desta área de estudos.

Ao cabo e ao resto, a obra de José Craveirinha, produto de um grande talento e do límpido amor à língua portuguesa que, nem pelo facto de ser **moçambicanizada** – ou por isso mesmo! –, deixou de ser a língua de todos nós. Um poeta de todos nós. (*ibidem*)

Independentemente do prisma por que abordem a obra do poeta moçambicano, os autores convocados são vozes de autoridade que o confirmam como alguém “que, pelo valor intrínseco da sua obra, [contribuiu] para o enriquecimento do património literário e cultural da língua comum” (Art.º 1.º do “Protocolo...”).

5. Discursos

O Prémio Camões de José Craveirinha volta a ser notícia a propósito da sua entrega no dia 10 de junho, data anunciada desde o início para este ato, de acordo com o nome do patrono do prémio²². Se acrescentarmos que, desde 1978, este é também, e não por acaso, o dia de Portugal e das comunidades portuguesas, poder-se-ão fazer outras leituras desta escolha.

O carácter conjunto da celebração reflete-se na cobertura mediática da cerimónia da entrega do prémio, dependente das reportagens sobre as comemorações deste feriado nacional(ista). Integra por isso a secção “Nacional” ou “Política”.

Em todos os jornais onde encontramos reportado tal acontecimento não faltam as referências que o presidente Mário Soares fez, no seu discurso, ao premiado, “combatente anticolonialista e resistente tantos anos preso sob a ditadura” (“Soares dá recado...”, 1991: 2) e “símbolo da fraternidade linguística” (“Mário Soares incita...”, 1991: 3). A este propósito, considera que “a atribuição do Prémio Camões a um moçambicano que na sua poesia, «confirma a língua que falamos na sua vitalidade e que lhe confere os signos de uma diferente visão do mundo é, para todos, motivo de alegria e orgulho»” (“Soares dá recado...”, 1991: 2).

Talvez por se tratar do Presidente da República, ou por questões de afirmação de soberania ou supremacia linguística, as palavras de Mário Soares

²² O 10 de junho foi também o dia em que Torga recebeu o seu Camões em 1989. No ano seguinte, a cerimónia da entrega do prémio apenas teve lugar em outubro. Com Craveirinha, o prémio regressou ao dia a que o épico dá o nome.

sobrepõem-se ao discurso laudatório proferido pelo Secretário da Cultura do Brasil, Sérgio Rouanet. Ele é referido pelo *P*, mas para destacar que “A presença do governante brasileiro ficou, sobretudo, assinalada por uma ‘gaffe’, ao esquecer-se de referir o Presidente da AR, Vítor Crespo, quando saudava as autoridades presentes” (MORAL, 1991: 6). Já segundo o *DN* (“Timor Leste é a oitava ...”, 1991: 4), na sua alocução sobre o laureado, o representante do Brasil “salient[ou] o seu amor pela língua portuguesa, «o que o coloca na linhagem dos grandes fazedores de poemas do século XIX»”.

Tanto no *P* como na *C*, a intervenção de Craveirinha, conquanto dê origem a uma divisão no texto, é mais um capítulo do relato sobre as comemorações. Ambos intitulam esta parte “Somos oito”, frase proferida pelo poeta para recordar Timor-Leste, “aquele pequeno mas sacrificado pedaço de terra, não aqui representado, mas presente nos nossos sentimentos e no nosso dever de solidariedade”²³ (*apud* “Soares dá recado...”, 1991: 3), ainda sob domínio indonésio, como nação de língua portuguesa. Aliás, é em nome da língua comum partilhada por diversas comunidades que Craveirinha se apresenta como “«uma voz reclamando, com toda a veemência, paz também em Moçambique, paz também em Timor Leste, paz também na vizinha África do Sul onde vive meio milhão de falantes de berço, da bela língua portuguesa»” (*ibidem*). Esta atitude não surpreende num poeta que pôs a sua poesia ao serviço da libertação de Moçambique e que leu no prémio mais do que um louvor pessoal.

Prosseguindo nesta linha interventiva, e aproveitando a visibilidade proporcionada pela ocasião, o laureado destacou “o «especial simbolismo» do prémio «no momento histórico que vivemos (e sofremos). O seu prestígio chama a atenção de espíritos influentes do mundo culto para atribulados desajustes no «puzzle» socio-político, não exceptuando a África do Sul” (*apud* “Soares dá recado...”, 1991: 3). Mesmo que o *P* não deixe de notar que “Modesto e irónico, comentando o Prémio Camões que acabava de receber das mãos do Presidente português, Craveirinha «amnestiou» o júri «que fez de mim vítima indefesa de um equívoco literário»” (MORAL, 1991: 6), julgamos que ambos os jornais privilegiam a natureza política da intervenção de Craveirinha.

²³ Em novembro deste mesmo ano, o Massacre de Santa Cruz confirmaria a oportunidade da chamada de atenção do poeta moçambicano.

O panorama não é diferente no *PJ*, o *CP* e o *DN*. Embora na reportagem sobre as comemorações apenas relatem as palavras dirigidas pelo Presidente da República ao premiado e dediquem uma notícia à parte ao discurso do poeta moçambicano, repetem estes mesmos excertos. Os títulos escolhidos, “José Craveirinha definiu Timor como «nação de língua portuguesa»” (*PJ*), “Timor-Leste é a oitava nação lusófona” (*DN*) e até “Timor-Leste – o oitavo PALOP” (*CP*), confirmam o destaque conferido ao cariz político da alocução do escritor moçambicano. De certa maneira, ela serve de contraponto ao discurso presidencial, pois, como o *CP* assinala, “Sem qualquer referência a Timor-Leste, Mário Soares falou na assinatura dos acordos de paz para Angola como exemplo do papel que Portugal «pode e deve desempenhar na fidelidade à sua história e tradição humanistas [...]»” (“Dezenas de personalidades...”, 1991: 4). Ao evocar Timor-Leste numa cerimónia pública em data tão emblemática para Portugal, o autor de “Grito negro” junta-se ao popular que, à entrada do Convento de Cristo, monumento onde decorreu o evento, “distribuiu panfletos onde se lia «Timor está em Tomar, porque Timor ainda é Portugal»” (*ibidem*). Olhado a partir destas páginas, o Prémio Camões ganha outros contornos. A inclusão da notícia da sua entrega numa secção de “Política” não se justifica apenas pela data e cerimónia em que ocorreu.

6. Conclusão

Numa entrevista concedida a um jornal espanhol, José Saramago (DELGADO, 1990: 107), que também foi jornalista, afirmou: “Os jornais seguem a mentalidade corrente. Salvo exceções, são caixas de ressonância [...]”²⁴. Estudar a projecção que teve, em jornais portugueses, a atribuição do Prémio Camões a José Craveirinha em 1991 permite, pois, ver para além desta efeméride.

Os dez jornais consultados para a realização deste trabalho revelaram-nos que o lugar cimeiro que o Prémio Camões ocupa na hierarquia dos grandes prémios literários em Portugal não lhe garante por si só visibilidade mediática. Em 1991, quando este prémio, na sua terceira edição, chegou às mãos de Craveirinha, ele não detinha uma posição mediática consolidada, correspon-

²⁴ Tradução nossa a partir do original: “Los periódicos siguen la mentalidad corriente. Salvo excepciones, son cajas de resonancia [...]”.

dente à sua preponderância no campo literário. No ano anterior, a atribuição do prémio ao poeta brasileiro João Cabral de Melo Neto passou quase despercebida à imprensa portuguesa. Se juntarmos a esta espécie de boicote o quase silenciamento do Secretário da Cultura do Brasil na sessão de entrega do prémio a Craveirinha, configura-se um cenário algo censório, fruto talvez das disputas linguísticas entre Portugal e Brasil²⁵. Seria necessário verificar se esta atitude se manteve em edições seguintes para confirmar tal hipótese.

Com o Camões de Craveirinha, a cobertura mediática deste prémio retomou praticamente os níveis que já conhecera com Torga, embora com menos destaques na primeira página. A imprensa escrita portuguesa acolheu melhor este premiado do que o primeiro galardoado brasileiro. Neste sentido, pode dizer-se que a entrada em cena de um escritor africano de língua portuguesa se revestiu de um valor positivo para a imprensa. Os jornais portugueses parecem assim secundar o desejo expresso pelo júri de conferir visibilidade às culturas africanas que fizeram do português uma língua também sua, o que é uma maneira de reforçar a importância da língua portuguesa no mundo.

Enquanto Torga era pouco mediático, apesar do interesse dos *media*, o poeta moçambicano, embora sem ter nisso especial gosto, não se furtou a colaborar com a imprensa. A maior parte dos jornais, tanto na reação imediata de Craveirinha ao prémio, como no autorretrato que o escritor vai traçando nas suas intervenções, destaca a sua estreita ligação à língua portuguesa. Os testemunhos críticos convocados confirmam igualmente tal afeição, sem deixarem alguns deles de salientar a moçambicanização do português operada pelo escritor, o que não é encarado como uma desvirtuação, mas como outra face do seu amor pelo português. Esta insistência na ligação afetiva do escritor à língua portuguesa, para além de vir ao encontro do espírito de um prémio chamado Camões e, portanto, o apresentar como um digno vencedor, não deixaria de ter impacto junto ao público.

Para além disto, os jornais citam também depoimentos de Craveirinha nos quais é possível rastrear a sua visão do prémio. Neles discorre ainda sobre os efeitos daquele na sua vida pessoal e sobre a sua conceção de poesia.

Os jornais de referência e o jornal especializado acrescentam testemunhos de escritores e críticos que contêm pistas de leitura para a obra do galardoado-

²⁵ Recorde-se, a propósito, que os dois países tinham assinado em 16 de dezembro de 1990 aquele que ainda hoje é conhecido como o Novo Acordo Ortográfico.

do, fornecendo uma amostra da sua fortuna crítica. São vozes de reconhecido mérito, provenientes do campo literário, que atestam a qualidade da obra do escritor e a justeza da atribuição do prémio.

A divulgação da decisão do júri foi o momento mediático por excelência. A entrega do prémio numa cerimónia pública não só não é noticiada por todos os jornais consultados, como, naqueles em que aparece, nunca consta da primeira página, perdendo até, em alguns casos, autonomia enquanto notícia. Ao contrário do que sucedeu com a cobertura noticiosa da revelação do vencedor do prémio, nesta altura, a distinção entre jornais de referência e jornais populares esbateu-se.

A data escolhida para a entrega do prémio, 10 de junho, poderá ter contribuído para a pouca atenção dada a este acontecimento, o que não quer dizer que esta escolha se limitasse a fazer coincidir a data da entrega do prémio com o dia do seu patrono. Ao dar mais destaque às palavras do Presidente da República sobre o laureado do que ao discurso que um governante brasileiro lhe dedicou, os jornais consultados parecem colaborar numa apropriação do ato e do prémio por Portugal, como se a língua celebrada fosse exclusivamente sua.

Seja enquanto parte de uma reportagem mais ampla sobre as celebrações do dia de Camões, de Portugal e das comunidades portuguesas, seja enquanto notícia isolada, todos os jornais salientam os apelos à paz em territórios onde se fala português proferidos por Craveirinha na sua intervenção, com particular destaque para a convocação de Timor-Leste. De novo ético e estético confluem, conferindo ao Prémio Camões outro alcance. Sabendo que a questão de Timor-Leste estava na ordem do dia, não é difícil perceber a preferência dos jornais. A literatura passa de novo para segundo plano, pois valores mais altos se levantam.

Bibliografia

- A *ACTA do júri* (4-10/06/1991). “Jornal de Letras”, Ano X, n.º 465, p. 8.
- BASTOS, M.-B. (2016). “Camões em Moçambique à procura d’ *As Quybyrycas* de Frey Garabatus. Cãnone, geopolítica e descolonização”. In MACEDO, A.

- G., BRUGIONI, E. e PASSOS, J. *Prémios literários. O poder das narrativas. As narrativas do poder*. Porto: Afrontamento, pp. 53-74.
- CABRAL Melo e Neto felicitado por Mário Soares (14/09/1990). “O Primeiro de Janeiro”, Ano CXXII, n.º 255, p. 36.
- CARVALHO, A. (2017). “Fundação das literaturas africanas de língua portuguesa, na FLUL: um gesto pioneiro”. In TOPA, Francisco, org. *40 anos de literaturas africanas na FLUP. Da preia à baixa-mar?* Porto: Sombra pela cintura, pp. 33-45.
- CRAVEIRINHA, J. (4-10/06/1991). *A honra e o desassossego*. “Jornal de Letras”, Ano X, n.º 465, p. 8.
- CRAVEIRINHA: «Prémio Camões» (31/05/1991). “Jornal de Notícias”, Ano 103, n.º 363, p. 45.
- CRAVEIRINHA: «o mérito é da língua portuguesa» (31/05/1991). “O Primeiro de Janeiro”, Ano CXXIII, n.º 151, p. 10.
- DELGADO, R. (1990). *José Saramago*. “Tribuna” (13 de agosto), pp. 106-107. Disponível em <josesaramago.org> [Consult. em 02/01/20].
- DEZENAS de personalidades condecoradas em Tomar (11/06/1991). “O Comércio do Porto”, Ano CXXXVIII, n.º 10, p. 4.
- EXPRESSÃO *multímada e original* (24/04-01/05/1989), *Jornal de Letras*, Ano IX, n.º 355, p. 8.
- FERREIRA, M. (4-10/06/1991). *Um poeta de todos nós*. “Jornal de Letras”, Ano X, n.º 465, p. 10.
- FONSECA, J. (21-27/04/1989). *O silêncio de Torga*. “O Jornal”, Ano XIV, n.º 739, p. 33.
- GEORGE, J. P. (2002). *O meio literário português (1960-1998)*. Lisboa: Difel.
- GUERREIRO, A. (22/04/1989). *Miguel Torga. O prémio dos prémios*. “Expresso”, n.º 869, p. 10.
- JOÃO Cabral de Melo Neto: «Camões» para um brasileiro ibérico (18-24/09/1990). “Jornal de Letras”, Ano X, n.º 428, p. 8.
- JOSÉ Craveirinha definiu Timor como «nação de língua portuguesa» (11/06/1991). “O Primeiro de Janeiro”, ano CXXII, n.º 162, p. 5.
- KNOPFLI, R. (04-10/06/1991). *O cidadão José Craveirinha*. “Jornal de Letras”, Ano X, n.º 465, p. 10.
- LISBOA, E. (04-10/06/1991). *Amor à língua portuguesa*. “Jornal de Letras”, Ano X, n.º 465, p. 9.
- MÁRIO Soares incita os Portugueses à «ousadia de uma grande ambição» (11/06/1991). “Diário de Notícias”, Ano 127, n.º 44639, p. 3.
- MORAL, D. (11/06/1991). *Governar com sabedoria, bom senso e capacidade de diálogo*. “Público”, Ano 2, n.º 464, p. 6.
- M. A. S. (30/05/1991). *Craveirinha ao DN. «Alegria que dói»*. “Diário de Notícias”, Ano 127, n.º 44627, p. 27.

- MARQUES, C. V. (04-10/06/1991). *Craveirinha: «A poesia pregou-me uma partida»*. “Jornal de Letras”, Ano X, n.º 465, p. 9.
- «MÉRITO à plasticidade enriquecedora da língua» (31/05/1991). “A Capital”, Ano XXIV, 2.ª série, n.º 7335, p. 17.
- NEVES, A. L. (08/06/1991). *Prémio Camões 91. Um poeta do Índico*. In “Cartaz” (suplemento do *Expresso*, n.º 971).
- POEMAS inéditos de José Craveirinha* (04-10/06/1991). “Jornal de Letras”, Ano X, n.º 465, p. 11.
- POESIA de escritor africano leva «Camões» para Maputo* (30/05/1991). “Diário de Notícias”, Ano 127, n.º 44627, p. 27.
- PRÉMIO Camões para Craveirinha* (30/05/1991). “O Comércio do Porto”, Ano CXXXVII, n.º 364, p. 28.
- PROTOCOLO adicional ao acordo cultural entre o governo da República Portuguesa e o governo da República Federativa do Brasil que cria o Prémio Luís de Camões (Decreto n.º 43/88)* (30/11/1988). “Diário da República”, Série I, n.º 277.
- «*QUE vou fazer com tanto dinheiro?»* (31/05/1991). “Diário Popular”, Ano 49, n.º 16505, p. 7.
- ROCHA, I. (04-10/06/1991). *A profecia do velho tipógrafo*. “Jornal de Letras”, Ano X, n.º 465, p. 8.
- SAPEGA, E. (2016). “Camões e Pessoa: dois prémios pós-coloniais?” In MACEDO, A. G., BRUGIONI, E. e PASSOS, J. *Prémios literários. O poder das narrativas. As narrativas do poder*. Porto: Afrontamento, pp. 25-30.
- SEPÚLVEDA, T. (30/05/1991). *Poeta moçambicano José Craveirinha ganhou o Prémio Camões. «A língua portuguesa é um milagre»*. “Público”, Ano 2, n.º 452, p. 31.
- SOARES dá recado em Tomar aos «homens do poder»* (11/06/1991). “A Capital”, Ano XXIV, 2.ª série, n.º 7343.
- SOARES felicita o poeta Cabral de Melo Neto* (14/09/1990). “O Primeiro de Janeiro”, Ano CXXII, n.º 255, p. 9.
- TEIXEIRA, J. (2018). “De todas as línguas se pode ver o mar. O português e as línguas globais”. In BARROSO, Henrique, coord. *O português na casa do mundo, hoje*. Famalicão: Húmus, pp. 133-153.
- TIMOR-LESTE é a oitava nação lusófona* (11/06/1991). “Diário de Notícias”, Ano 127, n.º 44639, p. 4.
- TIMOR-LESTE – o oitavo PALOP* (11/06/1991). “O Comércio do Porto”, Ano CXXXVIII, n.º 10, p. 4.
- TORGA: «*Eu não cuido de prémios*» (24/04-01/05/1989). “Jornal de Letras”, Ano IX, n.º 355, p. 8.

NAÇÃO E IDENTIDADE EM *MAYOMBE* DE PEPETELA

Adriano Carlos Moura
Instituto Federal Fluminense

Considerações iniciais

Que efeitos a guerra colonial e o fim do imperialismo português produziram na forma e conteúdo de romances escritos sobre o tema, publicados depois de 1975 em Angola, e em que medida isso pode ter afetado as concepções sobre nacionalismo e identidade do povo angolano?

A crise identitária vivida pelos sujeitos e nações se reflete não apenas nos narradores e personagens, mas na própria composição do romance, gênero de produção ainda bastante incipiente no país, à época da independência. No caso angolano, os gêneros mais praticados e publicados eram conto e poesia, tendo Angola uma relação muito recente com a produção, publicação e circulação do gênero romanesco, que é espelho dos sujeitos (empíricos e ficcionais) não apenas no plano do conteúdo, mas também da forma. Muito diferente do modelo ocidental, o romance burguês, cuja narrativa é centrada em sujeitos e seus problemas individuais; a nação é a protagonista, sendo os personagens metáforas e metonímias da realidade política e cultural.

A crítica pós-colonial é um dos caminhos teóricos para a análise do romance angolano corpus deste trabalho: *Mayombe* (2013) de Pepetela. Para Homi Bhabha, essa perspectiva “é testemunha das forças desiguais e irregulares de representação cultural envolvidas na competição pela autoridade política e social dentro da ordem do mundo” (BHABHA, 2013: 276).

O caráter performativo das narrativas contemporâneas dos países da África lusófona pode ser analisado a partir das concepções identitárias de povo-nação formuladas por Bhabha. Segundo o autor

nação preenche o vazio deixado pelo desenraizamento de comunidades e parentescos, transformando esta perda na linguagem da metáfora. A metáfora, como sugere a etimologia da palavra, transporta o significado de casa e de

sentir-se em casa através da meia-passagem ou das estepes da Europa Central, através daquelas distâncias e diferenças culturais, que transpõem a comunidade imaginada de povo-nação (BHABHA, 2013: 228).

Para o crítico, “A cultura como estratégia de sobrevivência é tanto transnacional como tradutória. Ela é transnacional porque os discursos pós-coloniais contemporâneos estão enraizados em histórias específicas de deslocamento cultural” (BHABHA, 2013: 277). Os deslocamentos são marcas dos narradores e personagens do romance.

Pepetela é pseudônimo de Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, angolano de família portuguesa, nascido em Benguela, mas que obteve formação universitária em Portugal. Em 1961 passou a integrar o MPLA, fator que influenciou determinadamente sua obra *Mayombe*, que narra a trajetória de um grupo de guerrilheiros do Movimento em conflito com tropas portuguesas na floresta que dá título ao romance. Escrito durante a vivência como guerrilheiro, o livro já reflete o que se tornaria Angola depois da independência: uma nação marcada pelas diferenças étnicas e políticas que culminariam na guerra civil.

De acordo com o historiador Éric Hobsbawm, a ideia que, modernamente, temos de nação se construiu a partir de 1925. Ele alude ao *New English Dictionary* que, em 1908, atribuía ao termo um significado ligado à unidade étnica, apesar de posteriormente estar mais próximo da ideia de independência e unificação política. Acrescenta ainda que na era das revoluções, o conceito de nação estava ligado a algo uno e indivisível, “o corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como sua expressão política” (HOBSBAWM, 2013: 32). A Angola narrada por Pepetela está bem distante de ser concebida como una e indivisível. *Mayombe* é um romance que, além de outros fatores, aborda conflitos devidos às diferenças étnicas entre seus personagens oriundos de grupos variados como kikongos, umbundos, quimbundos, cabindas; com culturas, línguas, tradições bem específicas, além de mestiços marcados pela discriminação racial. Porém o material trabalhado por Hobsbawm para elaborar sua pesquisa sobre nações e nacionalismos contempla a concepção europeia de Estado-Nação, o que difere da organização política e social das diferentes nações da África.

A concepção de indivisibilidade só se construiria a partir do que Benedict Anderson cunhou como comunidade imaginada, estando a nação portuguesa

bem mais próxima de uma nação imaginada do que Angola, que desde antes da presença do colonizador era um território dividido em várias nações caracterizadas, inclusive, por línguas diferentes. Em *Comunidades imaginadas* (2008), Anderson aponta a literatura como um dos produtos culturais do nacionalismo, e o romance como gênero de projeção da construção imaginada de comunidade.

Em 11 de novembro de 1975, Angola nasce como uma nação livre, presidida pelo poeta Agostinho Neto. A literatura angolana passa, a partir desse momento, como escreve Carlos Ervedosa, “a dar os seus primeiros frutos em liberdade, tal como o imbondeiro secular que, findos os anos de seca, se prepara, em plena floração, para dar as suas mais belas e saborosas múkuas” (ERVEDOSA, 1985: 155). É dessa Angola livre que surgem romances como *Mayombe*.

O romance e as concepções de identidade

A literatura, mesmo quando se propõe a ser porta-voz de anseios coletivos, constitui-se como produto de subjetividades que, propensas à influência de outras fontes, criam malhas textuais e intertextuais que expressam a maneira como refletem sobre a realidade. Como produto de sujeitos empíricos, o romance evolui de acordo com a evolução dos sujeitos criadores que, por sua vez, são parte do processo por que passa a sociedade em que se encontram. Por mais visionário que fosse um escritor do século XVI, dificilmente sua obra refletiria a mentalidade do século XX. O mais retrógrado e conservador do século XXI dificilmente conseguiria ocultar nas malhas de sua ficção os discursos ideológicos e estéticos de sua época, mesmo que deles não compactue. Ainda que não queira ou admita, o escritor será sempre produto (não no sentido passivo do termo) de sua época.

O romance é um *corpus* ficcional de relevância para a compreensão das mudanças sofridas pelo homem ao longo do processo histórico, principalmente o romance histórico. Seus personagens se apresentam como testemunhas de tais mudanças, mesmo que ficcionalizadas. Os personagens de *Mayombe* encontram-se no território da ficção, o que não os distancia do que se pode contar acerca dos fatos oficialmente registrados pela história.

Segundo o filósofo Ian Watt “Os nomes próprios têm exatamente a mesma função na vida social: são a expressão verbal da identidade particular de

cada indivíduo. Na literatura, contudo, foi o romance que estabeleceu essa função” (WATT, 2010: 6). *Mayombe* é uma obra que não se volta para questões individualizantes. O autor utiliza uma estratégia semiótica que oferece ao leitor a oportunidade de realizar inferências para compreensão da identidade dos personagens e seu papel na história: eles são desprovidos de seus nomes de origem e adquirem epítetos genéricos, sem que haja a intenção de que isso se traduza no espírito universalista do herói da epopeia clássica. Os apelidos servem para designar a identidade ligada à função que o soldado desempenha no grupo:

Sem Medo, guerrilheiro de Henda. Antes chamava-se Esfinge, ninguém sabia por quê. Quando foi promovido a Chefe de Secção, os guerrilheiros deram-lhe o nome de Sem Medo, por ter resistido sozinho a um grupo inimigo que atacara um posto avançado, o que deu tempo a que a Base fosse evacuada sem perdas. Uma das muitas operações em que rira do inimigo, sobre ele lançando balas, gracejos e insultos (PEPETELA, 2013: 17).

Segundo Watt, “Locke definiu a identidade pessoal como uma identidade de consciência ao longo de um período no tempo; o indivíduo estava em contato com sua identidade contínua através da lembrança de seus pensamentos e atos passados” (WATT, 2010: 22).

Os cinco capítulos do romance de Pepetela são narrados em terceira pessoa, mas com a intervenção de narradores em primeira pessoa que, ao longo dos capítulos, assumem-se como sendo o narrador. São eles: Teoria, Milagre, Lutamos, André, Sem Medo, Chefe de Operações, Chefe do Depósito, Muatiãnvua, Mundo Novo. Cada qual imprime não apenas sua perspectiva acerca das ações que protagonizam conferindo a autenticidade de que trata Watt, mas complementam os relatos da experiência coletiva com a rememoração e atualização do passado e dos acontecimentos que os conduziram à condição presente. “EU, O NARRADOR, SOU TEORIA. Nasci na Gabela, na terra do café. Da terra recebi a cor escura do café, vinda da mãe, misturada ao branco defunto do meu pai, comerciante português” (PEPETELA, 2013: 14).

Bem diferente do homem europeu dos romances aludidos por Watt, exemplar ainda de uma representação supostamente estável de sujeito em termos identitários; os personagens de *Mayombe* apresentam conflitos ligados à origem linguística, religiosa, ideológica, étnica, política.

Verifica-se, por exemplo, toda uma influência do discurso marxista, que não se origina nem da cultura portuguesa, tampouco da angolana, mas da formação política do autor, da presença de russos e chineses que apoiavam o movimento de guerrilha do MPLA e da experiência que soldados como Mundo Novo obtiveram estudando na Europa: “Mundo Novo está a pensar na Europa e nos seus marxistas-leninistas” (PEPETELA, 2013: 25). Não se pode ignorar na feitura desse romance a formação marxista do autor, menos ainda o fato de ele ter vivenciado o cotidiano guerrilheiro do Movimento, mesmo que não tenha escrito uma obra com configurações autobiográficas. Os personagens de Pepetela não podem ser lidos como sujeitos resultantes do hibridismo português / angolano ignorando todas as outras linhas que os atravessam, inclusive as idiosincrasias de cada nação dentro de Angola.

***Mayombe* e a pluralidade das nações**

Em “Desestabilizando o discurso competente”, Sônia Torres, ao se referir à postura dos ingleses, antigo império, frente ao imperialismo “sem colônia” dos EUA, afirma que “pensar a nação como uma totalidade homogênea se revela igualmente falacioso, uma vez que ela é constituída de culturas heterogêneas” (TORRES, 1996: 181). Por mais que a autora esteja se referindo à situação inglesa, é possível pensar a condição de Angola sob a mesma ótica. O caso angolano é ainda mais evidente do que o inglês, já que a concepção de nação supostamente unificada só passa a imperar a partir da independência, em 1975. Os angolanos, porém, não negaram a multiplicidade de nações que compõem seu território, sendo a ilusão de homogeneidade uma herança da cultura europeia. Nem mesmo a língua, sempre associada aos nacionalismos europeus e motivo de orgulho e de discriminação (aos não falantes), pode ser considerada um fator de unidade. O português como língua oficial foi também uma imposição e herança da colonização, convivendo com várias outras línguas faladas por diferentes grupos étnicos.

Seguindo ainda a argumentação de Torres:

A nação torna-se uma forma social liminar de representação, um espaço marcado internamente pela diferença cultural e pelas histórias heterogêneas de povos conflitantes, autoridades antagonistas e espaços culturais em constante tensão (TORRES, 1996: 182)

A ilusão de unidade homogênea, na qual os povos europeus viveram sob suas nações e tentaram estender às muitas de suas colônias, converge para uma ignorância das manifestações culturais híbridas que marcam os povos que mantêm contatos prolongados de forma voluntária ou impositiva com outras culturas.

“O hibridismo aparece como estratégia crítica, ao invés de simples apropriação ou adoção de uma estética; ele assume um movimento que busca modificar conceitos da nação como organismo fechado e coeso” (TORRES, 1996: 183). O hibridismo se verifica na língua, na arte, na cultura de modo geral e é resultado da experiência colonial como já assinalou a crítica Ana Mafalda Leite (2012). No que concerne à identidade étnica do indivíduo, nota-se, porém, a dificuldade que o mestiço angolano, etnicamente híbrido, tem para se sentir inserido ou aceito; condição em que se encontra, por exemplo, o personagem Teoria, como se pode verificar nos trechos abaixo:

Perdi Manuela para ganhar o direito de ser ‘talvez’, café com leite, combinação, híbrido, o que quiserem. (...) Criança ainda, queria ser branco, para que os brancos me não chamassem negro. Homem, queria ser negro, para que os negros me não odiassem (PEPETELA, 2013: 18).

Ser mestiço, no contexto do romance, é, por vezes, motivo de desconfiança e discriminação assim como o fato de pertencer a tribos diferentes, fato que se evidencia neste outro fragmento:

O comandante é kikongo; embora ele tenha ido pequeno para Luanda, o certo é que a sua família veio do Uíje. Ora, o fiote e o kikongo são parentes, é no fundo o mesmo povo. Por isso ele estava tão furioso por se ter roubado um dos seus primos. Por isso ele protege Lutamos, outro traidor. E viram a raiva com que ele agarrou o Ingratidão? Por quê? Ingratidão é kimbundo, está tudo explicado (PEPETELA, 2013: 47).

Essa fala do personagem Milagre sobre Lutamos e Ingratidão denota a divisão interna entre os soldados angolanos devido às diferenças étnicas, fator que contribui mais uma vez para a negação de qualquer tentativa de pensar Angola como modelo ocidental de nação, ratificando a inadequação do termo “lusófono”, a menos que o adjetivo se refira apenas ao fato de ser o Português a língua oficial do país. No fragmento, percebe-se também a manifesta-

ção do que Kwame Anthony Appiah (1997) conceituou como racismo intrínseco.

Appiah diferencia racismo de racialismo. Para ele, este atua com a visão de que há características hereditárias de integrantes de uma mesma espécie, permitindo a divisão num conjunto pequeno de raças de maneira que “todos os membros dessas raças compartilham entre si certos traços e tendências que eles não têm em comum com membros de nenhuma outra raça” (APPIAH, 1997: 33). Essas características hereditárias vão além dos aspectos morfológicos caracterizando certa visão essencialista de raça. Ele estabelece uma diferença entre dois tipos de racismo: o extrínseco e o intrínseco. Consoante essa diferenciação “os racistas extrínsecos fazem distinções morais entre os membros das diferentes raças, por acreditarem que a essência racial implica certas qualidades moralmente relevantes” (APPIAH, 1997: 33). Esse grupo acredita que membros de diferentes raças possuem aspectos que justificariam a discriminação. É o caso, por exemplo, dos sul-africanos brancos que se beneficiam de privilégios sociais em função de sua raça. Para o autor, “Muitos de nós somos incapazes de abandonar crenças que desempenham um papel na justificação das vantagens especiais que auferimos de nossas posições na ordem social.” (APPIAH, 1997: 34).

Os racistas intrínsecos “são pessoas que estabelecem diferenças morais entre os membros das diferentes raças, por acreditarem que cada raça tem um status moral diferente, independentemente das características partilhadas por seus membros” (APPIAH, 1997: 35). Para o racista intrínseco, o fato de pertencer a uma mesma raça é razão suficiente para o estabelecimento de preferência. Para esse racista nenhuma prova da capacidade moral ou intelectual de um membro de outra raça seria motivo para conferir-lhe um tratamento que seria privilégio apenas aos da sua raça de origem.

Os exemplos de *Mayombe* podem ser lidos, portanto, como caso de racismo intrínseco que, no contexto da obra, expressa o corporativismo do capitão em relação aos kikongos.

O filósofo acrescenta ainda: “o discurso da solidariedade racial costuma expressar-se através da linguagem do racismo intrínseco, enquanto os que usaram a raça como base da opressão e do ódio apelaram para ideias racistas extrínsecas” (APPIAH, 1997: 38). Essa perspectiva é importante para refletir acerca da ação dos brancos europeus sobre os negros africanos.

Apesar das diferenças entre os povos do território angolano, havia o ponto comum que era o objetivo de derrotar o exército português e conquistar a independência, além da apropriação do idioma do colonizador como língua oficial para todo o território, impedindo que a adoção de um idioma local como oficial e imposto aos demais provocasse mais conflito. Portanto, a língua como fator de identificação de uma nacionalidade não convinha como elemento de identificação da nacionalidade do negro africano, sendo a apropriação do idioma do colonizador de função mais pragmática e política do que identitária.

Chinua Achebe, citado por Appiah, defende que o escritor possui a tarefa de “estimular a criação de uma identidade africana” (Achebe *apud* APPIAH, 1997: 112). A essa defesa acrescenta Appiah que as reflexões dos ficcionistas são o melhor ponto para a articulação da identidade africana pelos intelectuais, citando o escritor nigeriano Wole Soyinka como nome representativo de uma literatura com vigor para que tal tarefa se desenvolva. É possível concordar com Appiah sobre a ideia de que a literatura, principalmente o romance, é o melhor caminho de entrada para uma reflexão sobre a identidade devido à abrangência de seu universo. Minha discordância se instaura, porém, quando Achebe cogita a possibilidade da criação de uma identidade africana.

A tentativa de estabelecer um único modelo de identidade africana, mesmo que tecido pelos próprios intelectuais e escritores do continente, implica incorrer em equívoco semelhante ao do europeu: o da homogeneização. Não se pode ignorar o fato de muitos intelectuais da África terem tido formação em universidades europeias, sendo chamados pelo próprio Appiah de “eurófonos”. Como firmar um modelo de identidade que atenda às idiossincrasias de um país como Angola comparando-se com outros como Marrocos ou Egito, por exemplo?

Tal tentativa traz em si os mesmos riscos e equívocos apontados por Edward Said (2007) em seu estudo sobre o Orientalismo. A mesma imagem mítica e exótica que se teceu acerca do Oriente amplamente criticada por Said também se aplica à forma eurocêntrica como o mundo sempre enxergou e interpretou a África. Assim como há os orientalistas, africanistas espalham-se elaborando cada qual sua versão sobre África e o africano.

Sobre esse aspecto, é relevante destacar o papel desmistificador que a circulação de romances de diferentes autores africanos tem propiciado. Escrito-

res como Pepetela e Ondjaki (Angola), Paulina Chiziane (Moçambique), Chimamanda Ngozi Adichie (Nigéria), dentre inúmeros outros que tornariam a lista extensa, expõem ao leitor a história, a cultura, a política, o cotidiano de seus países com o olhar de quem neles viveu ou ainda vive, mesmo que transitando em paragens estrangeiras.

Diferente do que afirma Gayatri Chakravorty Spivak (2014), o subalterno pode falar e não deixa de o ser porque fala. Mesmo premiados e lidos, esses autores continuam sendo criticados tendo como objeto de comparação o referencial europeu, ou são citados dentro de uma categoria específica. Em notas editoriais e blogs literários é comum ler que *Terra sonâmbula* de Mia Couto é considerado um dos melhores romances *africanos* do século XX. Por que não apenas um dos melhores romances do século XX?

A capacidade literária dos negros sempre foi negada. Kant e Hegel os consideravam incapazes de produzir o que concebiam como “belo”. E não se trata apenas da capacidade dos negros, mas do africano em geral (Mia Couto é um africano branco). O africano, mesmo sendo branco, pertencerá, assim como os escritores brasileiros, à categoria dos que advêm de um território “subdesenvolvido”, portanto necessitado das concessões benevolentes da cultura eurocêntrica habituada a ser chamada de universal. Esse posicionamento não implica ignorar que o escritor africano negro está muito mais sujeito ao silenciamento do que o branco. Spivak denuncia a condição do sujeito feminino que seria duplamente subalterno. O escritor negro da África também: por ser negro e africano.

Pepetela não se encontra na condição de negro, mas de africano. Portanto, escreve de um local cuja literatura dificilmente seria chamada de universal. Será o “melhor romance”, ou “melhor escritor” dentre os africanos, como se pertencesse a uma categoria à parte dentro do heterogêneo campo das literaturas das diferentes nações do mundo.

O romance de Pepetela se encontra inserido no que se convencionou chamar literatura pós-colonial. Mais do que celebrar a nação, os romances da considerada fase pós-colonial rejeitam o imperialismo ocidental, porém não deixando de rejeitar também “o projeto nacionalista da burguesia nacional pós-colonial” (APPIAH, 1997: 213). Segundo Appiah, o compromisso dos romancistas pós-coloniais africanos já não é a nação, ou um antigo tradicionalismo, mas a África e seu povo.

Angola e seu povo são os protagonistas do romance, escrito ainda durante a guerra, mas publicado somente após, e que já traz fortes críticas ao que se tornaria o país depois da independência: uma nação não apenas plural, mas também dividida politicamente.

De acordo com Appiah:

A ‘raça’ nos incapacita porque propõe como base para a ação comum a ilusão de que as pessoas negras (e brancas e amarelas) são fundamentalmente aliadas por natureza e, portanto, sem esforço; ela nos deixa despreparados, por conseguinte, para lidar com os conflitos ‘intra-raciais’ que nascem das situações muito diferentes dos negros (e brancos e amarelos) nas diversas partes da economia e do mundo (APPIAH, 1997: 245).

O conflito entre angolanos de diferentes nações, em *Mayombe*, é um retrato dessa realidade. Para o filósofo, as identidades são complexas e múltiplas, florescem a despeito de nosso desconhecimento de suas origens e

que não há, por conseguinte, muito espaço para a razão na construção – em contraste com o estudo e a administração – de identidades. Assim, para aqueles que atribuem uma centralidade a essas ficções em nossa vida é tentador deixar a razão para trás: celebrar e endossar as identidades que, no momento, parecem oferecer a melhor esperança de promover nossos outros objetivos, e silenciar sobre as mentiras e os mitos (APPIAH, 1997: 248).

É impossível refletir sobre nação sem vincular a discussão às questões identitárias que o nacionalismo implica, sendo o romance um agenciamento literário capaz de abranger as diferentes nuances imbricadas nessas questões complexas demais para que se desenvolvam neste trabalho. Entretanto cabe uma pergunta: a quem servem as delimitações identitárias e de nação, quando tais delimitações dividem povos em momentos em que urge da parte deles união incondicional como a luta em torno de uma causa comum? O excerto abaixo mostra a dúvida dos soldados sobre voltar ou não para socorrer um outro que ficara para trás, e a dúvida decorre da origem étnico-cultural, pois o personagem, por ser “destribilizado”, encontra-se numa espécie de desterritorialização:

Ninguém se queria oferecer, porque Muatiânvua é um destribilizado. Fosse ele kikongo ou quimbundo e logo quatro ou cinco se ofereceriam... Quem foi?

Lutamos, que é cabinda, e Ekuikui, que é umbundo. Uns destribilizados como ele, pois aqui não há outros cabindas ou umbundos.... É assim que vamos ganhar a guerra? (PEPETELA, 2013: 53)

Não há por parte dos personagens a consciência continental de ser africano, tampouco angolano, mas a consciência tribal, que serve de fator de discriminação entre eles.

Recorrendo novamente ao pensamento de Appiah:

“Africano” certamente pode ser uma insígnia vital e capacitadora; mas, num mundo de sexos, etnicidades, classes e línguas, de idades, famílias, profissões, religiões e nações, mal chega a surpreender que haja ocasiões em que ela não é o rótulo de que precisamos (APPIAH, 1997: 251).

Para o autor, quem nega as verdades biológicas ou ficcionais da raça é taxado pelos nacionalistas como um genocida ou destruidor das nações. A negação ou afirmação da existência das raças pode atender a interesses bem distintos.

Considerações finais

Diante das questões apresentadas no decorrer deste estudo sobre nação e identidade em *Mayombe*, é possível tecer uma afirmação: assim como nação, identidade é um constructo ficcional, tão ficcional quanto o conteúdo das obras literárias. Afirmar tal ficcionalidade está longe de qualquer perspectiva depreciadora ou necessariamente negativa. Compreender tais conceitos como construções históricas, sociais, políticas e culturais; não essencialistas, iminentes, autogeradas ou naturais pode ser uma forma de enfrentamento às diferentes estratégias de discriminação ou políticas de exclusão de povos e indivíduos cuja identidade nacional ou individual não se enquadra dentro de ficções hegemônicas, menos pelas possibilidades de adaptação do que por interesses de ordem político-econômica.

Bibliografia

APPIAH, Kwame Anthony (1997). *Na casa de meu pai: A África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto.

- BHABHA, Homi (1998). *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- HOBSBAWM, Eric (2013). *Nações e nacionalismos desde 1780*. 6.^a ed. São Paulo: Paz e Terra.
- LEITE, Ana Mafalda (2012). *Oralidade e escritas pós-coloniais: estudos sobre literaturas africanas*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- PEPETELA (2013). *Mayombe*. Rio de Janeiro: Leya.
- SAID, Edward (2007). *Orientalismo*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras.
- SILVA, Tomaz Tadeu (2004). *O que é, afinal, Estudos Culturais?* 3.^a ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty (2014). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.
- TORRES, Sônia (1996). *Desestabilizando o discurso competente: o discurso hegemônico e as culturas híbridas*. “Gragoatá”. 1. Niterói: EDUFF, pp. 170-190.
- WATT, Ian (2010). *Ascensão do romance*. São Paulo: Companhia das Letras.

PAPÉIS DA PRISÃO, DE LUANDINO VIEIRA:

DIÁRIO DE UM MILITANTE

Ana T. Rocha

Centro de Literatura Portuguesa da U. Coimbra

Em 2015 a editorial Caminho deu à estampa *Papéis da prisão. Apontamentos, diário, correspondência (1962-1971)*, da autoria de Luandino Vieira, organizado por Margarida Calafate Ribeiro, Mónica V. Silva e Roberto Vecchi em parceria com o escritor. Trata-se de um livro com mais de mil páginas, composto por textos de natureza diversa que Luandino escreveu aquando do cumprimento da sua pena nas prisões de Luanda e no Campo de Chão Bom em Tarrafal de Santiago, Cabo Verde, acusado de “intentar, por meio violento ou fraudulento, separar a Mãe-Pátria ou entregar a país estrangeiro todo ou parte do território português” (*apud* RIBEIRO *et al.*, 2015: 16).

Os textos compreendidos neste imenso volume apresentam-se sob a forma de fragmentos, cronologicamente organizados. A sua organização e o teor íntimo e testemunhal dos conteúdos permitem-nos acompanhar a experiência do escritor enquanto preso político e ter acesso a um documento histórico pelo que de representativo propõe acerca de um tempo decisivo da história do país, a luta de libertação.

Um e outro destes aspetos unem-se na exposição da militância possível de Luandino entre muros, além da presente na sua obra literária. Sobre esta última, o *Papéis* revela-se, aliás, o “*room of one’s own*”, roubando aqui a expressão a Virginia Woolf, onde essa atividade literária engajada foi pensada e estruturada. A escrita de contos e novelas era a única atividade que permitia ao autor a sua ação no exterior. Como aconteceu através do livro

Luuanda, premiado em Angola e em Portugal e que gerou grande polémica entre a massa crítica de posição coerente com a do governo e que culminou numa forte campanha contra o escritor e contra a instituição responsável por uma dessas premiações, a Sociedade Portuguesa de Escritores, que, em consequência do feito, foi assaltada, vandalizada e os seus membros detidos.

O resultado da receção da obra luandina foi estudado e trabalhado pelo autor durante os anos de prisão através de uma consciência aguda em relação às temáticas que este desejava abordar, à linguagem que queria utilizar e ao carácter político que lhe queria incutir: “Estive a pensar e preciso de melhorar a m/ linguagem, elevando-a de modo a poder descrever situações, ambientes e personagens mais ricos e complexos, mas sem a tornar ininteligível ou menos concreta e sem perder a base popular” (*sic*) (VIEIRA, 2015: 151).

Porém, Luandino era conhecedor das limitações que o condicionavam, tal como o comprovou a campanha supracitada. Consequentemente, se o autor escreveu algumas das suas mais conhecidas obras na prisão, a divulgação das mesmas (à exceção de *Luuanda* e dos trabalhos anteriores, como *A cidade e a infância* e *A vida verdadeira de Domingos Xavier*) só aconteceu depois da sua libertação e graças ao modo clandestino como saíram para o exterior e à fidelidade com que foram preservadas por Linda (esposa do escritor), por Don’Ana (esposa de um dos guardas do campo, a quem Luandino comprava bens alimentícios e com quem travou amizade) e Liceu Vieira Dias, que tendo sido companheiro de prisão de Luandino, trouxe consigo algum do material do escritor aquando da sua saída, como o testemunha o *Papéis*: “Veio o Liceu despedir-se. Nervoso e comovido. Disse-me: «Só se me cortarem o braço é que largo a pasta preta!» – quando lhe disse que levava oito anos de trabalho penoso” (*idem; ibidem*: 900).

Nestas circunstâncias, foi a partir dos livros anteriores à detenção e em território estrangeiro que a militância cultural foi possível. Nesse sentido, foi feita uma tradução para o francês da novela *A vida verdadeira de Domingos Xavier*, por Mário Pinto de Andrade, e realizado o filme *Sambizanga*, inspirado na obra, por Sarah Maldoror.

Atendendo às restrições que mencionámos, pretendemos, nesta exposição, verificar de que modo a militância acontecia na prisão e analisar a filosofia política de Luandino que sustentou a sua resistência. Para tal é necessário reconhecer os dois ambientes prisionais que Luandino experienciou e as

diferenças entre ambos. Referimo-nos à realidade das prisões de Luanda (Pavilhão Prisional da PIDE, Cadeia do Comando Central da PSP e Cadeia Comarcã de Luanda), e à realidade do campo de concentração.

Enquanto recluso em Luanda, o escritor beneficiou das visitas regulares dos familiares e da proximidade com a realidade luandense, pois a entrada e saída de presos evidenciava a agitação que permanecia no exterior e o contínuo abuso nas rusgas que preenchiam as cadeias nas noites de fim de semana. Este êxodo de prisioneiros (com alguns reincidentes), a proximidade entre os reclusos e a permanência em Luanda favoreciam a militância, uma vez que as próprias prisões se iam revelando um mostruário dos motivos pelos quais os presos políticos se batiam, como a violência, o racismo e o abuso, facilitando a revolta dos demais. Este era, aliás, um problema com o qual as autoridades coloniais se confrontavam: a sobrelotação das prisões e seu efeito contrário ao objetivo do sistema prisional fundamentado no discurso lusotropicalista que recusava a existência de revolta nos chamados nativos. Ora, não só a incapacidade dos presídios o contrariava, como a prisão se converteu em motivo de revolta ela mesma, frustrando o “mote da «recuperação» dos «indígenas»”, devido, como explicam Ramada Curto, Bernardo Cruz e Teresa Furtado, à “renovação do ódio que os prisioneiros libertados alimentavam no decorrer do cumprimento da pena e por via dos «prováveis maus tratos sofridos durante os interrogatórios a que foram submetidos»” (CURTO *et al.*, 2016: 199).

Foi em Luanda que Luandino iniciou a escrita do diário, sentindo necessidade de fixar toda essa realidade vedada, por escrito, denunciando a falta de condições, de higiene, a precariedade das prisões e, claro, o comportamento de guardas e diretores, como o conhecido inspetor da PIDE, Francisco Lontrão, que o historiador Fernando Rosas designa, em documentário, como “carrasco do norte de Angola” (ROSAS, 2017). Não constando que Francisco Lontrão tenha sido condenado pelos seus atos, o *Papéis da prisão* funciona para este caso e outros como o documento que não permite o esquecimento dos crimes da História:

Durante esse dia não notei nada de extraordinário, nem durante o recreio. Porém à noite depois das 9 ½, percebi a despeito de tudo estar calmo e de se fazerem apenas os ruídos habituais que o Lontrão estava a «trabalhar», coisa que ele só faz à noite quando é alguma coisa de «interesse» como ele diz.

Cerca das 10 ½ ouvi nitidamente berrar pelo Costa (que estava de turno) e pedir um nome qualquer que não percebi, ouvindo depois o som de pancadas embora o Lontrão feche o gabinete para trabalhar (*sic*) (VIEIRA, 2015: 80).

No Tarrafal, Luandino também expõe a autoridade, como no caso da visita do escritor Manuel Lopes ao Campo, que revela o modo como cada ação simples de Luandino está sempre vinculada à militância, fazendo-a atuar assim que surge espaço para a sua possibilidade:

Às 12h30 minutos, tivemos visita (...) O director: «Este senhor é o escritor cabo verdiano Manuel Lopes» – olho-o com satisfação curiosa (...) Estende-me a mão quando o director numa espécie de golpe de teatro diz: «O escritor Luandino Vieira» – vejo os olhos dele de repente abertos, espanto onde leio satisfação. Aperto de mão. Ele fala pausadamente das razões da visita (...) Dirijo-me de propósito ao Director: «Sr. Director dá-me licença que faça uma pergunta ao Sr. M.L.?». Vejo-o empalidecer por eu ter usado o regulamento, por ter restabelecido as distâncias qdo. ele se esforçava por eu não ser um preso. E o escritor nota isso, essa minha subserviência e retrai-se (*sic*) (*idem: ibidem: 955*).

Contudo, o contexto no Tarrafal é diferente. No campo de concentração, os presos não estavam apenas privados de liberdade, eles estavam essencialmente exilados. Este exílio decorreu do problema da insuficiência das prisões angolanas, mas sobretudo da necessidade de isolar os presos políticos dos demais, para que estes últimos não corressem riscos de “doutrinação”, como justificavam por seu lado, enquanto do outro lado da luta o termo utilizado era o de “consciencialização”.

Este exílio teve como consequência na atividade militante uma alteração no alvo. Se, em Luanda, o alvo era a realidade exterior, no exílio o alvo converte-se no indivíduo ele mesmo. “O Tarrafal é a prisão em mim”, assim afirmou Luandino e assim se comprova nos *Papéis* (*idem; ibidem: 1049*). No campo, Luandino concentrou-se na sua atividade literária e em si próprio. O objetivo era a resistência ao contexto e, nesse sentido, o trabalho de escrita e a rigorosa disciplina que Luandino se autoimpôs foram a grande chave que o susteve.

Se a escrita literária, como já vimos, foi utilizada por Luandino como veículo de militância cultural, a escrita do diário foi executada com a mesma consciência, mas, aqui, mais preocupada com a historiografia do país, como

se compreende, por exemplo, na seguinte passagem: “Custa escrever isto, mas é preciso não atraiçoar a verdade para que o sofrimento de um povo não fique diminuído ou adulterado quando se recolhe como «material»” (idem; *ibidem*: 427).

Além dos fragmentos onde o autor expõe claramente este seu interesse, todo o diário o comprova através do diálogo que nele estabelecia com a sua esposa, para além das cartas que lhe direcionava. O diário testemunha uma entejada e uma militância a duas mãos entre o casal. Linda guardava os escritos do marido e datilografava-os, revelando, por sua parte, a mesma consciência do autor em relação à importância testemunhal dos mesmos.

É neste processo que se une o testemunho à “escrita de si”. A “escrita de si” surge, muitas vezes, como modo de fazer face a mudanças, agitações e momentos de violência, como foram os do século XX, que, por isso mesmo, viu surgir imensa literatura testemunhal consequente desta prática de escrita, como *O ofício de viver*, de Cesare Pavese, escrito no confinamento, *Como se faz uma novela*, de Miguel de Unamuno, escrito no exílio, o *Diário*, de Ety Hellisum, escrito na Holanda invadida, ou os *Cadernos do cárcere*, de Antonio Gramsci.

Segundo Michel Foucault, a “escrita de si” representa, desde os pré-socráticos, um meio através do qual o autor se trabalha a si próprio, os seus pensamentos, sentimentos, ideias e valores, numa prática que o ajuda a construir-se enquanto tal e enquanto ser civil, político e moral. Esta atividade tende a materializar-se em blocos, cadernos e mesmo folhas avulsas, preenchidas por um estilo mais espontâneo, imediato e menos rigoroso.

É uma escrita que funciona, portanto, como instrumento para a construção de uma doutrina pensada e elaborada para fazer face ao contexto hostil, tendo como fundamento o desejo de fazer sobreviver a identidade e os valores do sujeito, isto é, o seu “ser”, ou, se preferirmos, a sua “alma” (termo caro a Tomás de Aquino), ou o “espírito” (termo preferido por Kant) (ARENDETT, 2011: 53). Podemos verificar esse desejo de integridade incorruptível por parte de Luandino, por exemplo, na seguinte passagem do seu diário: “Pelo menos enquanto for possível, viver de maneira a não perder o que já tinha adquirido de bom” (VIEIRA, 2015: 138).

Foucault identifica vários tipos de “escrita de si” e a que cremos melhor adequar-se ao *Papéis* é a *hypomnemata*, designação que diz respeito a textos que

podiam ser (...) cadernos pessoais que serviam de agenda (...) livro de vida, guia de conduta (...) Neles eram consignadas citações, fragmentos de obras, exemplos e ações de que se tinha sido testemunha ou cujo relato se tinha lido, reflexões ou debates que se tinham ouvido ou que tivessem vindo à memória. Constituíam uma memória material das coisas lidas, ouvidas ou pensadas (...) argumentos e meios para lutar contra este ou aquele defeito (como a cólera, a inveja, a tagarelice, a bajulação) ou para ultrapassar esta ou aquela circunstância difícil (um luto, um exílio, a ruína, a desgraça) (FOUCAULT, 1992: 135).

As citações que aponta Foucault são frequentes neste tipo de escrita e significativas. Estas são resultado da “cultura de si” e da prática do estudo inerente a ela. Ao longo dos *Papéis* encontramos à volta de 120 referências a leituras e citações de autores. As preferências ideológicas, intelectuais e políticas ficam explícitas nessas escolhas. As presenças dos escritores neorealistas portugueses, como Marmelo e Silva ou Carlos de Oliveira, e de Frantz Fanon, Albert Camus, Sartre, Pavese, Garcia Lorca, Guimarães Rosa, Jorge Amado, Lenine, Tolstói, Gorki, bem como a presença dos companheiros africanos, como António Jacinto, Costa Andrade, Agostinho Neto, Uanhenga Xitu, Craveirinha, Arnaldo Santos, entre muitos outros autores e pensadores, evidenciam não apenas a linha estética que Luandino queria seguir, mas, de igual modo, a sua linha de pensamento.

O pensamento e o conhecimento eram tidos como únicos elementos a que a censura não podia chegar, como explica Luandino em carta para a esposa: “Quanto aos livros que perdeste... um dia compram-se outros; mas se assim não for, também não faz mal: estavam lidos e estudados, estão na minha cabeça e daí ninguém os tira. Mesmo morto, o que sei vai comigo” (VIEIRA, 2015: 736).

Nesta passagem é possível encontrar, além da importância atribuída ao estudo e ao conhecimento, o valor atribuído à serenidade que Luandino buscava face aos obstáculos, ao contexto e aos sentimentos que esse despoleta. Estes princípios lembram a filosofia estoica que reconhecemos serem caros a Luandino na construção da sua conduta de vida no campo. Pese embora o

desmerecimento conferido ao estoicismo por parte de alguns marxistas, aspectos existem onde é possível uni-los.

Se, por um lado, os estoicos creem no determinismo, por outro, como lembra Helmut Fleischer, o “materialismo histórico não parece oferecer qualquer pretexto para uma «construção racional» da história. Muito pelo contrário, apresenta-a de forma inteiramente empírica, até mesmo antifilosófica” (FLEISCHER, 1978: 28). Os estoicos valoram a independência do pensamento e essa como base para a mudança. Os marxistas apoiam-se na dialética que consideram como meio através do qual o homem se compreende parte de um grupo socialmente unido, agindo a partir daí em conformidade com as necessidades e possibilidades desse.

Para ambas as concepções filosóficas, a liberdade está na escolha que se assume depois de se aceitar a realidade. A única diferença estará no modo como se alcança esse conhecimento e na atuação. Para o estoico, a sabedoria e a serenidade são os valores indicados e exigem solidão, para o materialista a ação coletiva é o motor da história e da existência, ou, mais sucintamente, “a mão é o cérebro”, como afirma o Mais-velho de *Nós, os do Makuluso*.

Luandino é claramente materialista e no seu diário é possível compreender a sua confiança na ação consciente do homem:

Leitura do “Pró e Contra a Pílula”. As posições marxistas e católicas estão muito próximas e por motivos opostos! Os marx. acreditam na ciência, os católicos nos homens. Ao fim e ao cabo são os católicos que acreditam que “o homem se faz a si próprio” com aquela confiança na possibilidade de uma vida sexual consciente, planificada, organizada i.e. como uma verdadeira actividade do amor humano? Será possível? (Porquê esta desconfiança marx. nos homens? Porque os conhece bem de mais? (*sic*) (VIEIRA, 2015: 866).

Na argumentação de Luandino valorase a crença no ser humano, na sua consciencialização e, por conseguinte, na sua capacidade de ação e mudança a partir dessa, tema que sempre o acompanha e que é coerente com o seu nacionalismo e com as suas leituras de Fanon, para quem a consciencialização é uma das etapas pelas quais tem forçosamente de passar o intelectual colonizado (FANON, 1961: 217).

O processo de consciencialização é para Luandino a chave de um início e, no tempo de reflexão que a temática lhe merece, o escritor depara-se com as

dificuldades nesse percurso que vê contaminado por comportamentos pequeno-burgueses que encara como alienação, nomeadamente, e para darmos um exemplo, nas atitudes do escritor Mário António, que tenta compreender:

A propósito de um personagem baseado no caso do M[ário] António, sua evolução, sua posição presente (...) transcrevo umas lúcidas partes do ensaio do Luckács para me ajudar a melhor compreender e explicar esse personagem que inevitavelmente criarei: o do peq[ueno] burguês atraído sinceramente para o marxismo mas que subsistindo nele os principais (de base) caracteres do espírito pequeno burguês vai falhar e continuar alienado, procurando tapar essa alienação com uma acção apenas baseada no gesto, na atitude, vazias de conteúdo dinâmico (*sic*) (idem; *ibidem*: 247).

Luandino distinguia, então, a aparência, o gesto, a superficialidade e a simulação do comportamento pequeno-burguês, da ação clara, significativa e que expõe em si própria o objetivo pretendido, ou seja, a ação consciente.

Fica clara no *Papéis* a filosofia marxista adotada por Luandino. Porém, se tivermos de a descrever por tópicos devidamente enumerados, podemos recorrer às quatro lições do narrador de *Nós, os do Makulusu*, escrito em apenas oito dias, no Tarrafal:

Primeira lição: aprendo que cultura não é o que eu estudo nos livros, ou não é só ou não é nada (...)

Segunda lição (...): ser só não chega; é preciso que queiras, que estejas sendo diariamente, que nos deixemos ser (...) é isso mesmo: luta de classes – explorados e exploradores e a consciência de duas peles a baralhar tudo (...)

Terceira lição (...) Os capitães-mores das guerras e entradas no sertão desapareceram, a mentalidade ainda cá está. Desapareceram? (...)

Quarta lição (...) A pele não é o homem, a carne não é o homem – “a mão é o cérebro!” (...) o homem é uma secreção de milhões de células nervosas que não nasce feito e que nunca se faz totalmente, nascendo-se cada dia. O homem mora instalado em debaixo, dentro, por baixo das bissapas de cabelos loiros, negros, lisos, ondulados, crespos, anelados. Aí está e aí vive; e daí, daí só, e da mão que é o cérebro, é que eu posso dizer: irmão (...) Mesmo que essa mão agarre na espingarda velha (...) para matares, daqui a alguns meses, o meu irmão Maninho com a dele na mão, nova (VIEIRA, 1975: 70-73).

Nestas lições vemos como pelo materialismo se compreendia a luta armada enquanto forma concreta da ação afirmativa coletiva, na urgência de “ser”, que, como vimos, se concretiza no “fazer” sobre uma realidade dada,

ou, e para finalizarmos, com uma frase do Mais-velho de *Nós, os do Makuluso*, uma vez mais: “Vida é concreto, resto é morte” (idem; *ibidem*: 74).

Este valor atribuído à concretude, à ação e ao fazer dos grupos humanos é, mais do que uma concepção do mundo, da vida e da história, isto é, mais do que uma filosofia, uma componente essencial da estética da obra do escritor, uma estética marxista, como a designa Adolfo Sánchez Vázquez, incluindo no *Papéis da prisão* – um livro que reflete numa linguagem totalmente afastada dos jogos estilísticos ao gosto burguês, muito utilizados nos diários ao jeito francês e britânico, e que manifesta o movimento dos homens como movimento do tempo histórico e do fazer histórico, reatribuindo a estes e às relações entre eles a responsabilidade da sua existência e do seu saber, não deixando espaço para uma espiritualidade que aguarde futuros provindos de entidades superiores, alheias ao único motor que é a vontade humana.

Bibliografia

- ARENDDT, Hannah (2011). *A vida do espírito. Pensar*. Vol. I. Lisboa: Instituto Piaget.
- CURTO, Diogo Ramada, CRUZ, Bernardo Pinto da e FURTADO, Teresa (2016). “Prisões, reforma prisional e empresas: o 4 de fevereiro”. In CURTO, Diogo Ramada *et al.*, orgs. (2016). *Políticas coloniais em tempo de revoltas – Angola circa 1961*. Porto: Afrontamento.
- FANON, Frantz (1961). *Os condenados da terra*. Lisboa: Ulisseia.
- FLEISCHER, Helmut (1978). *Concepção marxista da história*. Lisboa: Edições 70.
- FOUCAULT, Michel (1992). *O que é um autor?* Lisboa: Vega.
- HISTÓRIA da História África. Os cárceres do império*. Episódio 5, 2017. Realização de Bruno Moraes Cabral. Apresentação de Fernando Rosas.
- RIBEIRO, Margarida Calafete, SILVA, Mónica V. e VECCHI, Roberto (2015). “Papéis críticos avulsos”. In VIEIRA, José Luandino. *Papéis da prisão. Apontamentos, diário, correspondência (1962-1971)*. Alfragide: Caminho.
- SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo (1979). *Las ideas estéticas de Marx*. Cidade do México: Biblioteca Era.
- VIEIRA, José Luandino (1975). *Nós, os do Makulusu*. Lisboa: Sá da Costa.
- VIEIRA, José Luandino (2015). *Papéis da prisão. Apontamentos, diário, correspondência (1962-1971)*. Alfragide: Caminho.

